

ARMANDA ÁLVARO
ALBERTO

Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jäder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva



Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud



ARMANDA ÁLVARO ALBERTO

Ana Chrystina Venancio Mignot



ISBN 978-85-7019-506-7
© 2010 Coleção Educadores
MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica MEC/UNESCO, o qual tem o objetivo a contribuição para a formulação e implementação de políticas integradas de melhoria da equidade e qualidade da educação em todos os níveis de ensino formal e não formal. Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A reprodução deste volume, em qualquer meio, sem autorização prévia, estará sujeita às penalidades da Lei nº 9.610 de 19/02/98.

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sigma Comunicação
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Mignot, Ana Chrystina Venancio.

Armanda Alberto / Ana Chrystina Venancio Mignot. – Recife:
Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

164 p.: il. – (Coleção Educadores)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7019-506-7

1. Alberto, Armanda Álvaro, 1892-1974. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDU 37(81)

SUMÁRIO

Apresentação por Fernando Haddad, 7

Ensaio, por Ana Chrystina Venancio Mignot, 11

Textos selecionados, 103

Tentativa de escola moderna, 103

As diretrizes regionais de educação, 112

Leitura para adultos, 118

Inquérito sobre leituras infantis, 128

Pela criação de bibliotecas infantis, 132

Era uma vez..., 135

Às professoras primárias do Brasil, 138

Cronologia, 143

Bibliografia, 153

Obras de Armanda Álvaro Alberto, 153

Obras sobre Armanda Álvaro Alberto, 154

Outras referências bibliográficas, 157



APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l'éducation*, organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores*, o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

* A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: “Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação”. Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação



ARMANDA ÁLVARO ALBERTO
(1892-1974)

Ana Chrystina Venancio Mignot

Estudo biográfico da educadora

Encontrei uma carta. Diferentemente de tantas cartas que são rasgadas, queimadas, amassadas, perdidas e até mesmo roubadas, esta foi cuidadosamente guardada. Escrita para encurtar distâncias, amenizar ausências, comunicar saudades, é um elo de ligação entre uma professora e seus alunos. Passaria despercebida se não tivesse uma anotação manuscrita no final – *Enviado da prisão política na Enfermaria da Casa de Correção.*

Rio, 1 de março de 1937

Meus queridos alunos da Escola Regional de Meriti,

Como não posso ir hoje até ahi para receber vocês todos no dia da reabertura da nossa escola, ao menos em pensamento quero estar perto de vocês.

Sei que D. Zulmira e D. Dulce vão fazer tudo para que vocês não sintam a minha falta.

E sei que vocês também vão fazer um esforço muito grande para trabalhar, para estudar, para brincar, para viver na escola como se eu fosse aparecer de um momento para outro e abrir os braços, dizendo o que sempre digo quando chego ahi: bom dia, meus passarinhos!

Meus queridos alunos: não há de custar muito a chegar o dia em que vocês vão me ver de novo. Enquanto esse dia não chega, quero ter a certeza de que vocês se lembram de mim: quero receber cadernos com exercícios bem feitos por vocês, todas as vezes que o professor Edgar for dar aula ahi.

Lembrem-se mais uma vez de que em nossa escola todos os alunos são irmãos, brancos, pretos e mulatos: quero ver todos juntos, ajudando-se um ao outro, brincando sem brigar.

Tudo o que vocês quiserem de mim, é só pedir por carta, que para vocês faço com alegria o que é possível fazer. Que cada semana, um aluno, ou mais de um, me escreva, contando tudo o que se passa aí: excursões, jogos, comissão de cada um, doenças etc.

Escutem: organizem as comissões de trabalho muito direitinho, por eleição. Só podem votar os alunos de 10 anos em diante. Os menores podem ser votados, porem não podem votar. Muito cuidado com o Museu, com os livros, com a vitrola. E o nosso jardim? as nossas árvores de frutas? as nossas flores?

Para as mães do Círculo de Mães e para todas as mães dos meus alunos, mando um abraço de amiga.

Para vocês, minhas crianças, todo o carinho de sua professora muito amiga

Armanda¹

¹ Só foi possível localizar esta carta guardada no arquivo de Armanda Álvaro Alberto porque, quando comecei a pesquisa sobre ela, contei com a colaboração de muitas pessoas. Margarida de Souza Neves, orientadora da tese de doutorado *Baú de memórias, bastidores de histórias*: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto, defendida na PUC-Rio, em 1997, cúmplice em momentos decisivos durante o desenvolvimento do estudo e em outros tantos projetos profissionais. Zaia Brandão deu o afetuoso e decisivo apoio à publicação do livro pela Editora da Universidade de São Francisco, em 2002, que dá origem à atual publicação, sugestão prontamente acolhida por Marcos Cezar de Freitas, coordenador da série Memória da Coleção Estudos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação. O presente trabalho resulta, portanto, da tese de doutorado, que se transformou em livro, em capítulos de livros e artigos, que serão indicados ao longo do texto. Impossível esquecer a enorme confiança que Tereza Álvaro Alberto Freire de Carvalho e Carlos Sússekind depositaram neste trabalho que ainda iniciava e que desprendidamente cederam arquivos de seus tios. De Dina Venâncio Filho lembro que abriu portas ainda desconhecidas, que continuaram sendo abertas por Alberto Venâncio Filho que facilitou acesso a muitos textos. Ex-alunos, antigas professoras e amigas de Armanda Álvaro Alberto se dispuseram a recordar o passado. Muitos também foram os competentes funcionários das instituições onde pesquisei e, em particular, Vanda Freire Santana, da Biblioteca Nacional e Arlete Pinto de Oliveira e Silva da então Comissão de Biblioteca e Apoio da Associação Brasileira de Educação (ABE). Naquela época, também foram importantes Mary Tavares, Simone Leconte, Eneida de Almeida Mendonça e Márcia Coelho da Silva que colaboram com profissionalismo. Paulo Quinet ajudou a começar, a não desistir e a colocar o ponto final. Marisa dos Reis Almeida e Luciana Borgerth Vial Corrêa, em fases distintas, atuaram como auxiliares de pesquisa. Nada seria possível se não tivesse obtido o indispensável apoio financeiro do CNPq, que concedeu uma bolsa de doutorado, e do Inep que, ao financiar pesquisa anterior sobre a

Cartas constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias. Como outras formas do escrever autobiográfico, seus autores recorrem à caneta, numa escrita que instaura uma conversa entre pessoas ausentes, expressando ideias, sendo intérprete e mensageira entre os homens.² Nelas, o remetente se dá a conhecer pois

através da correspondência, é possível (...) rastrear posicionamentos e surpreender momentos em que o remetente se desnuda para o outro, projetando o que estava escondido ou o que o preocupava.³

Ao redigir essa carta, Armanda Álvaro Alberto procurou aliviar tensões e suprir suas carências mais profundas.⁴ Escreveu como instinto de autoconservação.⁵ Estava presa sob a acusação de participar do movimento comunista de novembro de 1935.

experiência pedagógica realizada pela educadora na Escola Regional de Meriti, estimulou o aprofundamento da investigação. Conteí recentemente com Alexandra Lima da Silva, Jacqueline de Albuquerque Varella e Bruna de Mello Tavares para digitar os textos de Armanda Álvaro Alberto, que estão sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), da UFRJ, que também atendeu prontamente à solicitação. Por fim, cabe ressaltar que devo muito a meus alunos e alunas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da UERJ, onde atuava naquela ocasião. Foram eles que despertaram meu interesse por Armanda Álvaro Alberto, fazendo com que buscasse, no traçado de sua vida, uma história que pertence a todos nós.

² GÓMEZ, Antonio Castillo. "La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII)". In: *Bulletin Hispanique*, Tomo 100, 1998, nº 2, pp. 342-381.

³ LIMA, Sonia Maria van Dijk e FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor. "De Gilberto Freyre para José Lins do Rego". In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Batella (orgs) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000, p. 244.

⁴ A respeito de cartas e prisões ver RUIZ BAUTISTA, Eduardo. "Cartas desde la cárcel. escritura y represión en un tiempo de guerra". In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed). *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Espanha: Sendoa, Coleção La tinta naufraga. 2001, pp. 155-172.

⁵ Ver CROCI, Federico. *Scrivere per non morire. Lettera della Grande Guerra del soldato bresciano Francesco Ferrari*, Genova: Marietti, 1992, apud RUIZ BAUTISTA, Eduardo. *op. cit.* p. 163. Ao examinar cartas escritas da prisão, o autor observa que a escritura se configura como um ato de autoconservação, de valorosa resistência frente a um evento que impõe dores e sofrimentos inauditos.

Pesavam sobre ela, Olga Benário, Nise da Silveira, Maria Werneck, Beatriz Bandeira, Eugênia Álvaro Moreyra, Eneida de Moraes, Carmem Ghioldi, Julia dos Santos, Valentina Leite Barbosa Bastos, Rosa Meireles e Elisa Ewert, as denúncias de fazerem propaganda comunista de forma velada ou ostensiva, colaborando com seus maridos ou parentes na difusão das ideias marxistas, o que as identificava como perigosas, rebeldes, revolucionárias, extremistas, comunistas.

Não escaparam da censura, da perseguição e da prisão, durante a “onda de terror” que visava conter e combater a “subversão social”, num momento no qual nada detinha o governo diante do que representasse ameaça à ordem social: “a selvageria policial não respeitou nem categoria social, nem idade, nem sexo”, assinalou Leôncio Basbaun.⁶

Debruçada sobre esta carta guardada, lembro que, como tantas outras, delimita

lugares e momentos particulares na história dos sujeitos e da cultura. Na emergência dessas histórias, sujeitos que escrevem e leem cartas deixam suas marcas, que podem indicar pistas para uma leitura da constituição do sujeito da escrita, na escrita.⁷

Assim, dirijo minha atenção para o contexto no qual foi produzida e os motivos que guiaram a escrita, mas, também, para seu conteúdo, sua remetente e seus destinatários.

A carta guardada aguça a curiosidade, convida a invadir a vida alheia. A curiosidade fica mais intensa, na medida em que se sabe que foi escrita, durante a prisão política, por uma educadora consagrada por sua experiência pedagógica inovadora, uma combativa militância no movimento feminista, uma atuação em favor da participação da família na vida escolar e de uma política de leitura, com ênfase na

⁶ Ver BASBAUN, Leôncio. *História sincera da República – 1930-1960*. São Paulo: Editora Edaglit. Edições L.B., 1962, p. 96.

⁷ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins. “Cartas adolescentes: uma leitura e modos de ser...”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Camara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs), *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2000. p. 204.

construção de bibliotecas populares e infantis e no delineamento de uma política editorial de livros destinados às crianças, mas que, ao longo dos anos, caiu no esquecimento.

A anotação manuscrita sugere que a remetente queria chamar a atenção de um possível futuro leitor, para o contexto no qual foi escrita? Está datilografada. Trata-se, pois, de uma cópia. Teria o original escapado da censura? Chegou a seu destino? Quem foi seu portador? Os destinatários a compreenderam? Ou, foi mais uma carta que ao ser escrita cumpre somente a função catártica de desabafar? Seria apenas um esforço de colocar pensamentos e sentimentos no papel para, depois, esconder ou esquecer?⁸

Qualquer que seja a resposta para cada uma destas indagações, o gesto de guardar a cópia da carta, no arquivo pessoal, sugere que obedeceu a uma intencionalidade. Afinal, para que se guarda? Guarda-se para ter a vida reconhecida. Para testemunhar, reviver, eternizar.

A carta guardada funciona como pretexto para me aproximar delicada e cuidadosamente da vida de quem a escreveu, procurando conferir sentido aos ditos e não ditos, caminhando por pistas e zonas de sombras. Em outras palavras, debruço-me sobre papéis, mas também sobre os ombros de quem a escreveu para percebê-la “nas suas hesitações, nos seus projetos, nas suas angústias”,⁹ e nas circunstâncias nas quais foi lida.

A carta é um dos muitos documentos do arquivo pessoal da educadora Armanda Álvaro Alberto que permaneceu durante muitos anos aos cuidados da sobrinha Teresa Álvaro Alberto Freire de Carvalho.¹⁰

⁸ Reflexões anteriormente desenvolvidas em MIGNOT, A. C. V. “A trajetória de uma educadora pioneira: Armanda Álvaro Alberto (1892-1974)”. In: Simone Simões. (Org.). *Mulheres da Baixada Fluminense: histórias de luta e conquista da cidadania feminina*. Rio de Janeiro: Cedim, 2004, v. 04, pp. 31-45.

⁹ CURY, Maria Zilda. Ferreira. “Acervos: gênese de uma nova crítica”. In: MIRANDA, Wander Melo (org). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 1995. p. 59.

¹⁰ Atualmente, o arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto está sob a guarda do Proedes/UFRJ. Sobre seu arquivo ver MIGNOT, A. C. V. “Une vie éternisée dans des papiers: lecture des archives d’une éducatrice pionnière. *Penser L Éducation*”, Rouen, v. 16, 200 pp. 69-82.

Chegar até ele não foi tarefa fácil. Exigiu conquistar confiança e, sobretudo, compreender que dar a conhecer a documentação de um ente querido, muitas vezes, envolve situações difíceis e complexas. Geralmente, estes velhos papéis carregam uma grande carga afetiva dos responsáveis pela documentação, pois protegem segredos, sonhos, expectativas e projetos, o que obriga os pesquisadores a se colocarem no lugar daqueles que escreveram, conservaram e classificaram de formas muito próprias, inúmeros papéis que cumprem a função social de edificar a memória pessoal ou familiar.¹¹

Distante dos olhares indiscretos dos pesquisadores, por muito tempo, este arquivo contém documentos de natureza e temporalidades diversas que permitem seguir de perto o percurso daquela que reuniu bilhetes, ofícios, cartões, relatórios escolares, discursos, fotografias recortes de jornais. Dentro de envelopes e pastas, acondicionados em álbuns, envoltos em papel de seda ou amarrados por laços de fita, estes escritos deixam entrever fragmentos de sua vida.

Durante o manusear destes documentos, foi possível seguir caleidoscopicamente o percurso de legitimação na cena pública e os embates nos quais se envolveu. Das muitas leituras, quando a biografada escapava da tentativa de pôr ordem na desordem que é a vida, esbarrei em seus diversos espaços de atuação.

Muito tempo se passou entre a primeira vez que ouvi falar em Armanda Álvaro Alberto até o dia em que tive seu baú de memórias¹² diante de meus olhos. Ela chegou à minha sala de aula, do curso de pedagogia, em Duque de Caxias, hoje Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do

¹¹ Ver DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Danièle. "Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX". In: BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos, e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs), *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: EDUPF, 2002. pp. 75-87.

¹² Ver MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

Rio de Janeiro, através de histórias passadas de geração em geração, transmitidas aos meus alunos, por seus avós e pais.

Não sei mais contar direito como aconteceu. Talvez recrie, invente, aumente. Foi mais ou menos assim... Já não tenho mais ilusões sobre a recordação do passado: ela é “*menos uma reprodução do que uma criação*” que resulta apenas de “*uma tentativa de pôr ordem em acontecimentos que tinham outra ordem no momento em que foram vividos*”. Aliás, não perco de vista que uma narração é, “*em grande parte, mais uma reinterpretação do que um relato.*”¹³

As histórias que chegavam às salas de aula davam conta de uma escola diferente, que funcionou naquela cidade, desde quando ela era apenas um distrito, que adotava métodos de ensino muito avançados. Outras, traziam informações que a diretora conhecia muita gente importante do Rio de Janeiro, ou ainda que faziam muitas festas e as crianças aprendiam brincando, distribuía merenda escolar e, por isso, ficou conhecida por um apelido: “Mate com angu”. Tinha, no entanto, muitas dificuldades de escuta naquele momento em que acreditava que a Escola Nova havia aligeirado os conteúdos destinados às camadas populares.

Decisivo no meu interesse por Armanda Álvaro Alberto foi a observação de uma aluna que comentou distraidamente: a diretora da escola era personagem de *Olga*, de Fernando Moraes. Fui tomada por uma imensa curiosidade pois o livro era um libelo contra a intolerância política. Quem seria esta mulher que tinha testemunhado impotente a deportação de Olga Benário para os campos de concentração?

Assim, saí atrás de lembranças que permaneciam vivas na cidade, mesmo tendo sido condenadas ao silêncio. Entrevistei ex-alunas e antigas professoras. Encontrei na biblioteca da faculdade um livro de sua autoria. Desconfiei dos depoimentos de Belisário

¹³ HUBERMAN, Michael. “O ciclo de vida dos professores”. In: NÓVOA, Antonio (org). *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 1992, p. 58.

Penna, Paschoal Lemme, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho. Quem era esta mulher tão elogiada pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros? Descobri que, como Cecília Meireles e Noemy da Silveira, era uma das três mulheres entre os 26 intelectuais que o assinaram.¹⁴ Como as outras, não havia sido, ainda, estudada.

Antes de chegar ao arquivo, conversei com suas amigas. Revolvi saudades. Embaracei-me com lágrimas.

Praticamente intocado como relíquia, o arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto permaneceu anos e anos, até outubro de 1994, distante dos pesquisadores. Foi preservado porque sua família tinha consciência do seu valor para estudos e compreensão da importância de sua presença no movimento de renovação educacional. Talvez, porque sempre soubesse que Armanda não havia atuado nos bastidores dessa história. Afinal, *a guarda do papel escrito é a guarda da vida contida no papel. Em outras palavras, guarda-se o (...) que contém a vida.*¹⁵

Permanecia esquecida na historiografia da educação brasileira. Apesar de ter atuado em um dos movimentos educacionais mais estudados pelos historiadores, o movimento da Escola Nova, sua presença ainda não tinha suscitado interesse para estudos. Contrastando com as elogiosas referências feitas pelos seus contemporâneos, estava relegada às notas de pé de página, às margens, obscurificada em uma literatura que privilegiava a ação do poder público, a legislação, as reformas educacionais, a ação dos educadores que

¹⁴ Sobre Cecília Meireles, consultar NEVES, Margarida de Souza, LÔBO, Yolanda Lima e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs). *Cecília Meireles: a poética da educação*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio: Loyola. 2001. Coletânea que reúne estudos de diferentes tradições disciplinares sobre a poeta, jornalista e educadora, lançado por ocasião do seu centenário de nascimento. A respeito de Noemy da Silveira, consultar verbete de autoria de WARDE, Mirian. "Noemy da Silveira Rudolfer". In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002, pp. 860-866. Consultar, também, MORAES, José Damiro. *Signatárias do manifesto de 1932: trajetórias e dilemas*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp, 2007.

¹⁵ D' ARAÚJO, Celina. "O fio da meada no diário de Vargas". Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. *Estudos Históricos*. v. 9, ano 17, 1996, p.189.

ocuparam cargo de destaque na política educacional: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Este apagamento se deve, em parte, às versões construídas pelos próprios renovadores que exerceram cargos públicos que, em seus registros, contribuíram para consagrar a memória do movimento de renovação educacional como um movimento centrado nas reformas educacionais empreendidas a partir das décadas de 1920 e 1930, como as de Sampaio Dória em São Paulo, Lourenço Filho no Ceará, Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro e Anísio Teixeira, na Bahia, e depois no Rio de Janeiro.¹⁶

Até então, o olhar dos historiadores da educação estava preso às versões construídas pelos próprios renovadores que exerceram cargos públicos de liderança, o que contribuiu para cristalizar determinadas versões do movimento de renovação educacional. Em meio a intensos debates sobre os rumos da educação nacional foram estes reformadores, certamente, que procuraram colocar, em prática, algumas ideias que circulavam em torno da escolarização e que diziam respeito às edificações escolares, à formação de professores, às metodologias de ensino e à produção de materiais escolares, mas, assim como Armanda, outros personagens e iniciativas foram igualmente importantes e significativos.

Vestígios da presença de Armanda Álvaro Alberto, no entanto, foram deixados em livros de cunho memorialístico. Na narrativa autobiográfica – portadora de amnésias, seleções, heroicizações – sobrevive aquilo que se deseja deixar para as futuras gerações. Nela, o autor imprime uma representação de si mesmo e da própria história. Como narrador, é senhor do passado, autoridade, condutor da trama. Também não escapa do jogo de esconder-revelar.

¹⁶ Sobre a construção da memória do movimento de renovação educacional, consultar BRANDÃO, Zaia. *A Inteligência educacional, um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: Ifan-CDAPH. Editora da Universidade de São Paulo/Edusf. 1999.

Assim, nas memórias de Laura Jacobina Lacombe,¹⁷ Armanda é lembrada nos idos de 1910, num tempo distante, fugidio, pleno de harmonia, quando ainda muito jovens foram colegas do Curso Jacobina. Em suas recordações não há espaço para as divergências que protagonizaram na década de 1930, assumindo posições antagônicas no interior da Associação Brasileira de Educação (ABE). O conflito entre católicos e pioneiros, expulso das lembranças, fica escondido, abafado, silenciado.

Uma perspectiva diferente inspirou a escrita memorialística do também pioneiro Paschoal Lemme e da feminista Maria Werneck de Castro. Voltam ao passado para denunciar a injustiça e a repressão que se abateu sobre a sociedade brasileira, quando os comunistas, em novembro de 1935, tentaram instaurar uma revolução. Escritos nos anos de 1980 – período de redemocratização do país – retiram do silêncio a participação política de Armanda, na medida em que procuraram demonstrar que os professores e mulheres foram vítimas do arbítrio, quando lutaram contra o integralismo no plano nacional e o avanço mundial do nazifascismo. Já velhos, olhavam para traz fazendo dos depoimentos um certo balanço do vivido, procurando compartilhar o gosto amargo que as lembranças haviam deixado.

Armanda emerge de suas reminiscências como uma das mulheres que ingressou na cena política num momento de radicalização ideológica, exercendo a cidadania, experimentando o medo e a violência. Na escrita memorialística, assim como na historiografia e no relato dos pioneiros, a presença de Armanda Álvaro Alberto sobrevive em registros que contêm zonas de penumbra, restos de

¹⁷ Sobre a atuação de Laura Jacobina Lacombe no movimento educacional e no debate político com o grupo de educadores pioneiros que permaneceram na Associação Brasileira de Educação depois do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, consultar CARUSO, Andrea Soares. *Traço de União como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em Educação. (Dissertação de Mestrado), 2006.

tempo irrecuperáveis, redemoinhos de lembranças. O passado é reconstruído, reinventado, reinterpretado, atualizado pelas mudanças do próprio indivíduo e as transformações de seus juízos e valores sobre a realidade.

Entendido como uma forma de escrita de si, o arquivo pessoal, parecia um dos muitos modos em que contava a sua vida: ele foi seu “*mundo mudo a que as mulheres confiam sua memória*”,¹⁸ onde guardou seus “*mil nada*s”,¹⁹ suas insignificâncias significativas.

Diante da profusão de documentos organizados com uma lógica que precisava ser decifrada, fui me dando conta de que a guarda do papel é a guarda da vida contida no papel. Por que arquivar a vida? Arquiva-se a própria vida para ter a identidade reconhecida, para retirar lições do passado, para impedir o trabalho do tempo, para evitar o esquecimento.²⁰

Sua organização se deu, provavelmente, quando se dispôs a organizar o livro *A Escola Regional de Meriti (documentário): 1921-1964*, publicado em 1968, pelo MEC/ Inep/CBPE, quando selecionou aquilo que era mais significativo da escola que dirigira por mais de 40 anos. Já não era mais a jovem que desafiara os padrões da época, se sentia velha e só. Tomava consciência de que precisava registrar, comunicar sua experiência, deixar sua versão inscrita para a posteridade.

Surpreendentemente, não existiam referências a sua infância, a sua vida afetiva e a seu casamento, como em tantos arquivos femininos, que repletos de maços de cartas, cadernos de recordações, álbuns de fotografias da família, livros de receitas, livros de poesias e diários, organizam o sentido da vida, elaboram vivências, revelam experiências e testemunham práticas cotidianas.²¹

¹⁸ PERROT, Michele. “Práticas de memória feminina”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero: ANPUH, v 9. n° 18, 1998. pp. 9-18.

¹⁹ Idem.

²⁰ ARTIÈRES, Philippe. “O arquivamento de eu”. In: *Estudos Históricos*. CPDOC/FGV. 1998. vol. 11, n. 21, pp. 9-34.

²¹ Cf. MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano. 1996.

Esparços registros deixavam escapar “*as coisas do coração*”²² como o retrato dos pais, com dedicatórias desbotadas e as de seu casamento. A partir de discursos e breves anotações manuscritas, me vi diante de uma mulher que sabia da importância que havia desempenhado na cena educacional e que queria proteger sua privacidade. Encontrei elementos que me permitiram compreender seu lugar social, a data de nascimento e morte.²³ Armanda Álvaro Alberto, nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de junho 1892, filha de Maria Teixeira da Motta e Silva e Álvaro Alberto Silva – um médico que estudou na Europa e se destacou nas questões sanitárias e na política da zona rural do Rio de Janeiro, no período em que a cidade passava por intensas reformas urbanas.²⁴

²² Cf. expressão de RANUN, Orest. “Os refúgios da intimidade”. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 211-266.

²³ Ver também MIGNOT, A. C. V. “Armanda Alvaro Alberto (1892-1974)”. In: Jean Houssaye. (Org.). *Femmes Pédagogues* (Col. Pédagogues du monde entier). Paris: Editions Fabert., 2009, v. 2, pp. 371-417.

²⁴ Uma biografia de seu pai, escrita por Júlio Novaes, publicada na *Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia*, em 1908, informa que foi redator da *Revista Acadêmica*, entre 1880 e 1884, e que, juntamente com Domingos Freire e Torres Homem, dirigiu a *Gazeta Médica Brasileira*, da qual foi redator-chefe. No *Brasil Médico*, onde foi redator-chefe, em 1887, divulgou seus primeiros estudos e experiências. Em 1889 – período da transição republicana, encontrava-se em Paris, assistindo disputadas conferências na Escola de Salpêtrière, frequentando aulas ministradas por Charcot, Lambert, Vigier, entre outros, o que lhe conferiu prestígio na sociedade médica brasileira, ao retornar. Em 1892, regressou ao Brasil. Prosseguiu nas publicações sobre a febre amarela. Retornou à Europa para estudar na Bélgica, em 1901, onde permaneceu por dois anos. É bem possível que Armanda tenha viajado também, mas não existem registros a este respeito. Na volta desta temporada fora do país, Álvaro Alberto Silva elegeu-se Intendente Municipal no Distrito Federal, dedicando-se às questões relativas ao saneamento da cidade e, em particular, ao combate à febre amarela, num momento no qual o discurso médico sobre higiene e civilização não só andavam juntos, como justificavam as intervenções no campo social. Morando em Santa Cruz, onde fixaram residência, ele montou na própria casa um laboratório para realizar experimentos sobre questões médico-químicas, desenvolvendo estudos sobre explosivos e confeccionando diversas pólvoras que ofereceu ao governo. Em 1905, abandonou a política e dedicou-se aos estudos de química e pirotecnia. No ano seguinte, foi nomeado para preparador de história natural da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Montou também um laboratório de pólvoras de guerra e inventou aparelhos pelos quais recebeu prêmios no Brasil e no exterior. Em 1908, um ano antes de sua morte, exerceu o cargo de diretor do Laboratório Municipal de Análises.

A formação de Armanda se deu no ambiente doméstico, sob a orientação da mãe e de alguns professores particulares. Dona Filhinha, como era carinhosamente tratada, refugiou-se no espiritismo após a morte do marido. Em homenagem póstuma que lhe foi prestada, Yolanda da Motta Portinho, lembrou que ela era uma mulher de temperamento apaixonado, que defendia convicções políticas e literárias com grande independência. Manifestava simpatia por iniciativas em favor de combatentes de guerra e insurreições. Orientou os estudos dos filhos, dos sobrinhos e dos filhos dos sobrinhos e dos amigos que a ela recorriam.

Armanda teve um único irmão: Álvaro Alberto da Motta e Silva, cientista consagrado que, atualmente, dá nome à mais importante condecoração nacional na área de ciência e tecnologia, conferida pelo presidente da República. Após receber as primeiras lições sob orientação da mãe e de professores particulares, ele estudou na Escola Politécnica e na Escola Naval. A partir de 1925, aperfeiçoou seus estudos em Bruxelas. Ingressou na Marinha onde chegou ao posto de almirante. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciência e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e notabilizou-se pelos estudos pioneiros na área de energia nuclear, influenciando a política nacional neste setor.

Tendo vivido, desde a infância, em meio a um ambiente cultural no qual predominavam as discussões políticas e as preocupações científicas, ela só frequentou regularmente uma escola quando tinha 14 anos, participando de um curso sobre literatura inglesa, ministrado no Colégio Jacobina, escola na qual iniciaria suas atividades no magistério, pouco tempo depois.

Por causa do irmão que servia na Marinha, passou uma temporada, em 1919, em Angra dos Reis, quando fundou uma escola ao ar livre para os filhos de pescadores. Um biógrafo de Álvaro

Alberto lembrou “a relação com a irmã, aliás, sempre foi boa, apesar de opiniões políticas divergentes. Álvaro Alberto era anticomunista”.²⁵

Em 1921, mais uma vez, graças a ele, que fundara a Fábrica de Explosivos Rupturita, na Baixada Fluminense, em 1920, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, com firma registrada no nome do amigo Francisco Venâncio Filho, visto que estava legalmente impedido de ter uma empresa, por causa da carreira militar, Armanda se viu instigada a construir uma escola na cidade, a escola que a consagrou nos meios educacionais, voltada para atender às crianças das camadas sociais mais desprotegidas. Álvaro Alberto, através da fábrica de explosivos – cuja produção “não ultrapassava uma tonelada/mês; a fabricação, feita manualmente por não mais que uma dúzia de operários, abastecia um mercado formado pelas pequenas pedreiras e pelas poucas minas de carvão”²⁶ – custeou parte do empreendimento, mantido pela Fundação Álvaro Alberto, denominação em homenagem ao pai deles. Em 1928, a mantenedora da Escola Regional de Meriti contava com “220 sócios, concorrendo cada um, mensalmente, com uma importância módica que perfaz, atualmente, 1:200\$000.” Também contribuíam, espontaneamente, “casas comerciais, em gêneros, calçados, fazendas, utensílios etc. Os sócios da Fundação são contribuintes, benfeitores, beneméritos, fornecedores etc”.²⁷

Com a ajuda do irmão, a educadora, que assinou vários manifestos e participou de numerosas campanhas e lutas em defesa da educação pública, dava forma à sua convicção de que o desafio de levar educação a todos era dever de toda a sociedade e não apenas dos

²⁵ GARCIA, João Carlos Vitor. *Álvaro Alberto: a ciência do Brasil*, Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, (série Identidade Brasileira) 2000, pp. 10-11. Para o autor, a rupturita despertou o interesse da Marinha, que também desenvolveu estudos sobre a ‘super’-rupturita que teria utilização para fins militares.

²⁶ Idem. “É bem verdade que não havia, então, praticamente mineração no país, exceto esse pouco de carvão no Sul e um pouco de ferro em minas; também não havia construção de estradas, nada que demandasse grande consumo de explosivos.(...) O sucesso do empreendimento foi, entretanto, enorme”. *op.cit.* p. 11.

²⁷ GASPARINI, Savino. “Iniciativa particular e higiene pública”. In: ALBERTO A., Armanda. 1968. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

poderes públicos. Isso pode ser visto em alguns trabalhos que apresentou em conferências de educação em âmbito nacional e estadual:

Sem a iniciativa particular, o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam à União e aos estados os recursos financeiros suficientes. A Escola Regional de Meriti tem por máxima aspiração ser reproduzida em todo o país. Que os fazendeiros, os industriais, os capitalistas fundem escolas para os filhos dos seus colonos, sítiantes, operários, empregados... Peçam aos poderes públicos ou aos centros de educação, como a Associação Brasileira de Educação, os programas, mesmo as professoras, mediante entendimento com o governo. E aqueles que só dispõem de boa vontade, fundem associações como a nossa – que o ocupar-se da criança ainda é a mais humana das funções de nossa espécie.²⁸

A escola regional é, pois, a que vive no seu meio, investiga suas condições físicas, sociais e econômicas, e procura contribuir, de qualquer modo, para melhorar aquelas condições. Não é, pois, uma instituição à parte da sociedade, coisa que só interessa a crianças e professores... A interferência das escolas rurais americanas nas obras de benefício público está à altura da fama de que gozam. Ora vigorando um tal regime de conhecimento direto das coisas, de participação na vida da comunidade, de troca de serviços com ela, está dito o que a cada cidadão consciente compete fazer. Ou individualmente, ou fazendo parte de associações de amigos da escola, desde o industrial, que franqueia as suas oficinas à visita das turmas de escolares em excursão e que, se os produtos de sua indústria podem ter consumo na escola fornecendo-lhes regularmente: ao pequeno lavrador que, por ser pobre, só pode contribuir com uma visita mensal ao terreiro escolar para ensinar como se semeiam, se podam, se tratam as plantas ali cultivadas; ao comerciante que, ou fornece certa quantidade de gêneros a prazo certo para o almoço familiar da escola, ou prefere contribuir em espécie para a caixa escolar, até ao médico, ao dentista, à costureira, à doceira, todos podem e devem contribuir para a obra de educação comum. Talvez, quem sabe, a parte de benefícios colhida pelos que contribuem para a escola, seja tanta ou maior do que a recebida pelos pequenos escolares... Porque, se eles, os adultos, para quem a escola agora apela, perderem essa oportunidade de aperfeiçoamento de sua

²⁸ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. "Tentativa de escola moderna". In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968. *op.cit.* pp. 41-42.

educação social de sua verdadeira educação social, exercitando-se nas funções mais nobres que cabem a um membro da comunidade – que são as dedicadas à infância – eles perderão pelo menos, o seu melhor título de civilização... Não muito longe daqui, em Meriti, o terreno para construção de uma Escola Regional, além de diversos materiais para o prédio e depois disso, até hoje, contribuições em dinheiro e outras que lhe dão, valem como antecipada afirmação do que virá a ser a cooperação dos particulares quando essa cooperação for estimulada e sistematizada pelos poderes públicos.²⁹

Armanda casou-se em 1928, com Edgar Sússekind de Mendonça, filho mais velho do segundo casamento de Lúcio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, com Anita Sússekind de Mendonça. Não adotou o sobrenome do marido na vida pública.

No seu arquivo, assim como mulheres que escreveram diários e memórias,³⁰ Armanda deixou em seus velhos papéis aquilo que pretendia immortalizar. Como outras professoras-autobiógrafas, ela também privilegiou seu cotidiano profissional e, refletindo sobre o fazer docente, projetou sonhos, anotou dificuldades, immortalizou sua imagem. Em meio a seus guardados deixou escapar os múltiplos significados que atribuiu à educação, à escola e ao magistério na tessitura de sua vida.

Seus guardados permitem, assim, problematizar a memória construída, até bem pouco tempo, na historiografia do movimento de renovação educacional como a de um movimento restrito às reformas educacionais e à participação masculina, trazendo à tona personagens, trajetórias, redes de sociabilidade que teceram a

²⁹ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “As diretrizes regionais de educação”. Conferência pronunciada em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da I Conferência Regional de Educação, realizada em 1933, publicada no *Jornal do Commercio*, em 7.7.1933, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

³⁰ Consultar o inventário da memorialística feminina brasileira publicada feito por VIANA, Maria José da Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Faculdade de Letras. 1995, inventário este que foi ampliado pela pesquisa desenvolvida por LACERDA, Lillian Maria de. *Álbum de leitura: histórias de vida, memórias de leitoras*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação.

história da educação brasileira, história essa que não dispensou a participação das mulheres.

Os documentos indicam que a organização do arquivo era um ritual com intenção pedagógica para legar ao futuro provas incontestes da importância que tivera no seu tempo. Adentrar pela lógica do arquivo, significou, enfrentar dúvidas, imprevistos, surpresas.

O arquivo da educadora se constituiu em permanente convite para sucessivas leituras que, em seu sentido poético, significa “*seguir as pegadas de alguém*”.³¹ Envolveu, portanto, a construção de “*um olhar rastreador sobre as pegadas deixadas*”.³²

Contrastando com a exiguidade de informações sobre a vida privada, havia uma profusão de documentos sobre a trajetória profissional. Assim, foi possível perceber que Armanda tinha se consagrado pela prática e não por uma reflexão teórica elaborada sobre a educação nos termos em que o fizeram Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, para citar apenas alguns. Seus escritos privilegiavam a própria experiência, não se valiam de argumentos de autoridades, nem apontavam filiações ou pertencimentos.

Seus inúmeros papéis permitiram vislumbrar uma educadora sintonizada com as iniciativas educacionais que ocorriam no país e mundo afora, mesmo antes de participar da Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade que promoveu intenso intercâmbio com educadores de outros países, convidando-os para palestras, o que já havia observado na pouca documentação existente na atual escola Dr. Álvaro Alberto, em Duque de Caxias, que sobrara das chuvas e da ausência de política de preservação da memória da educação.

Participara de outras entidades, como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, criada em 1915, no Clube Militar, quando a sociedade se mobilizava para as comemorações do Centenário da Independência, o que propiciou uma série de discussões, interpre-

³¹ CURY, Maria Zilda. *op.cit.* pp. 56-57.

³² *Idem.*

tações e proposições sobre a educação brasileira. Liderada por Antonio Ennes de Souza, Raimundo Seidel, Reverendo Tucker, Corinho da Fonseca e Olavo Bilac, com o objetivo de reverter o abandono em que se encontrava a educação brasileira, reuniu em torno desta bandeira homens e mulheres que compartilhavam do entusiasmo pela educação e, em particular, acreditavam que somente pela alfabetização, se poderia reverter o atraso do país.³³

Assim como sua “*escola ao ar livre*” em Angra dos Reis, em 1919, para filhos de pescadores, que era comum na Alemanha, na Escola Regional de Meriti, em muito se assemelhava ao que ficara definido em Calais, pelo Bureau International des Écoles Nouvelle, em 1921, como características que deveriam ter as escolas novas. Tinha, quanto à organização geral, a preocupação de ser lugar de experimentação científica; estava situada no campo, em regime de coeducação; ministrava trabalhos manuais com fins educativos, mais que profissionais; estimulava a jardinagem, criação de animais, tempo livre para trabalhos extraclasse, como ginástica e excursões. No âmbito da formação intelectual, privilegiava o espírito crítico, em lugar da memorização. Fatos e experiências tinham precedência sobre o ensino livresco. Baseava-se na atividade, na expressão espontânea da criança por meio dos desenhos, jogos e trabalhos coletivos. A disciplina, parte da formação moral, não era imposta, e os alunos participavam do funcionamento escolar. Não estimulava a competição, nem aplicava castigos. O ambiente procurava ser bonito, ordenado, higiênico.³⁴

No seu arquivo pessoal, em meio aos recortes de jornais, confirmou-se que, na prática e pela prática, Armanda se legitimou na

³³ A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo funcionou na Associação Cristã Feminina (ACF), quando as medidas repressivas de 1921 atingiram o Clube Militar, fechando-o, o que certamente, contribuiu para ampliar a participação feminina na causa pela educação.

³⁴ Sobre as características da Escola Nova, ver LOURENÇO FILHO, Manoel Bérqson. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. (12ª edição).

cena educacional, o que lhe permitiu, inclusive, ser convidada por Belisário Penna, quando ocupava interinamente o cargo de ministro da Educação e da Saúde Pública, para integrar a Comissão de Intercâmbio Brasil-Uruguai, em 1931. Das conferências proferidas no país vizinho, uma delas permite ter acesso à sua compreensão acerca das reformas educacionais do país.

Para ela, tais reformas eram inspiradas no ideário pedagógico europeu e norte-americano, e levadas a efeito desde a década anterior, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo, lideradas por renomados educadores. Fernando de Azevedo, na capital da República de 1927 a 1930, idealizara um plano de mudanças no ensino primário e profissional, urbano e rural, cuja importância podia ser conferida em conferências, jornais e discussões em entidades docentes. A reforma iniciada por Francisco Campos, também em 1927, teve como ponto de partida um Congresso de Instrução, com o qual se desejou conhecer as opiniões e sugestões do magistério mineiro. A Escola de Aperfeiçoamento se constituiu no ponto alto: *“está destinada a elevar o nível de cultura profissional dos professores atuais e futuros. (...) A orientação desta escola mereceu os aplausos efusivos de Claparède, que esteve nela.”* O trabalho de Carneiro Leão, em curso, vinha sendo *“um trabalho de quem conhece, como filho, as necessidades de sua terra”*. A reforma pernambucana liderada por ele levava em conta *“as condições peculiares do nordeste brasileiro – de rudeza da zona semi-deserta, de pobreza, de largas distâncias, de desinteresse dos poderes locais pela educação”*. Na reforma paulista, por sua vez, destacou o esforço de Lourenço Filho – *“um educador completo”* – que promovia há um ano uma reforma que *“embora não fosse ideal, estava de acordo com as possibilidades do momento e suscetível de desenvolvimento”*,³⁵ e na qual a ideia de autonomia didática se colocava pela primeira vez. Concluía:

³⁵ Conferência da educadora “El movimiento reformista escolar en el Brasil”. In: *Imparcial*, 14 de novembro de 1931, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

Apesar da falta de estímulo, os reformadores de meu país se entendem perfeita e harmoniosamente entre eles: existe uma grande troca, um admirável intercâmbio de ideias, de propósitos, de iniciativas, de estudos. É assim, que todo o movimento tem características comuns de higiene e desporto, em todas as suas manifestações, para salvaguardar a saúde da criança e revigorar seu corpo cuidando do homem de amanhã e da raça de sempre; o ensino sobre base científica e a expansão cada dia mais marcada de novos sistemas pedagógicos.³⁶

Assim, aos poucos, em leituras sucessivas, no ir e vir a vários arquivos, testemunhos e documentos, Armanda foi se apresentando, se esquivando, se escondendo.

A carta é o único documento escrito por Armanda Álvaro Alberto durante a prisão política que chegou às minhas mãos. Apenas duas pequeninas referências posteriores foram feitas por ela a este período, que permitem concordar com a interpretação de que a recordação do tempo passado na prisão é muito dolorosa para as mulheres:³⁷ uma anotação em uma fotografia, que guia o olhar do observador para o que deveria ser visto, retido e valorizado, e um pequenino registro numa agenda minúscula que funcionava como depositária de suas tristezas e saudades, em 1959.

Na fotografia na qual aparece cercada de crianças, professoras e mães de alunos, embaixo, há uma indicação da data de “1-8-1937” e, acima, como um título, escreveu “*Depois de dez meses de ausência da diretora*”. Na agenda, um tributo de gratidão ao apoio incondicional e à ajuda financeira que sua mãe sempre dera à escola e, em especial, neste período:

Viúva aos 37 anos, soube dirigir sua casa sem deixá-la cair de nível social em que era mantida antes. E não houve parente próximo a quem ela deixasse de valer um dia.

À nossa escola, deu sempre muito. Em dinheiro, em entusiasmo pela ação que exercia. Era total esse entusiasmo. Se não fosse sua atitude providencial em 1936-37, durante os oito meses em que estive presa,

³⁶ Idem.

³⁷ Cf. FERREIRA, Elizabeth Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

nossa obra teria sossobrado. Eu só vim a saber do sacrifício que fizera, depois de minha volta à liberdade. A professora Zulmira ia buscar de suas mãos todo dinheiro necessário para sustentar a escola e ela nem soube me dizer quanto gastou. Não valia a Penna, estava muito bem empregado e acabou-se. Como me comoveu encontrar no meio de seus papéis guardados os relatórios da escola, e fotografias da escola... Eu não lhe dei nenhum neto, dei-lhe somente essa escola que tantas vezes me tirou de perto dela.

Como sócia da Fundação, como assinante de donativos, o nome que a ocultou era – Espírita.

Não faltava às festas anuais oferecidas aos amigos até o ano de 1955. Às assembleias gerais compareceu até esse mesmo ano, com 84 anos de idade.

Em seu livro, escrito durante um momento em que experimentava a velhice como momento de recordar e aconselhar, não há qualquer referência à prisão política. Para escrevê-lo, provavelmente, consultou seus guardados para recriar um tempo já desaparecido. Reuniu testemunhos dos principais colaboradores, fotos, discursos de alunos e impressões de visitantes. Por que privilegiou apenas os escritos dos primeiros tempos da escola? Por que foram os anos mais significativos? Por que revelavam a perspectiva inovadora e vanguardista de sua experiência? Ou, por que, em 1968, revelar implicava ocultar?

A carta guardada é, provavelmente, o único documento escrito durante a prisão política que escapou da destruição, da seleção, do descarte, da censura ou da interdição. Talvez, outras cartas fossem vistas como de foro privado e a titular do arquivo ou seus herdeiros, preferissem dar a ver apenas aquilo que se referisse à sua imagem pública. Isto exigiu recorrer ao arquivo de seu marido Edgar Sússekind de Mendonça que permanece sob a guarda do escritor Carlos Sússekind, sobrinho, filho de Carlos Sússekind de Mendonça, uma vez que o casal de educadores não teve filhos.

Neste cruzamento foi possível interpretar lacunas e silêncios. Juntos tiveram algumas experiências profissionais. Partilharam ideais educacionais e políticos. Ao longo da vida em comum, defen-

deram uma escola de qualidade, a coeducação, a integração da escola com a família e a comunidade, bem como se manifestaram contra o ensino religioso nas escolas. De um ponto de vista mais amplo, se posicionaram publicamente em favor da liberdade, da justiça social e da democracia, seja declarando suas posições em debates ou assinando manifestos.

O arquivo da educadora, no entanto, contém diversos recortes de jornais colados em um álbum que permitem surpreender o contexto da escrita da carta. A leitura desta documentação exigiu, também, uma certa imaginação para tentar me colocar na situação na qual se encontrava, naquele momento, em que se dirigia a seus alunos. Uma imaginação inspirada por livros de memórias de educadores, intelectuais e militantes feministas que narraram o vivido, mas atenta ao fato de que nesta escrita modulada de truques, eles eram senhores do passado e condutores da trama que não escapava da reinvenção.

Tomadada como fio condutor, a carta guardada no arquivo propicia compreender a importância que desempenhou no debate político e educacional, o que envolve considerar outros espaços de visibilidade da mulher na trama da história e da história da educação brasileira.

A escrita da carta aos alunos cumpria o papel de ocupar o tempo. Assim, Armanda mantinha o equilíbrio emocional, estabelecia contato com o mundo exterior, suportava o espaço frio da prisão, combatia o isolamento forçado, sonhava com a saída em breve.

Rememorando a prisão política das mulheres, Maria Werneck, em *Sala 4*, fez diversas referências ao fato de que algumas delas passavam os dias entregues à leitura e à escrita, o que ajudava, certamente, a sobreviver ao medo e à solidão. Para ela, as prisioneiras políticas, nas cartas trocadas - elo com o mundo exterior - asseguravam uma certa rotina que também comportava fatos corriqueiros, vaidades que apareciam em conversas, em olhares zombeteiros.³⁸ A incomunicabilidade, provocada pela suspensão de vi-

³⁸ WERNECK, Maria. *Sala 4: primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro. Cesac, 1988.

sitas ou da correspondência, tinha, por efeito fazer retornar os temas sérios: a reação governamental; o estado de sítio; o estado de guerra; Lei de Segurança; o Tribunal de Segurança Nacional.

Entregar-se à escrita foi uma tarefa a qual se dedicaram os intelectuais que foram vítimas da repressão naquele período. *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, é paradigmático dessa escrita urdida para resistir aos sofrimentos, à insegurança e à impotência:

Quem dormiu no chão deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze (...).³⁹

O livro não resultou de consulta às anotações diárias do escritor visto que estas se perderam: *“Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água”*,⁴⁰ observação que permite compreender que escrever nesta situação limite era visto, também, como atitude de rebeldia ou insubordinação.

Nise da Silveira, em entrevista concedida a Ferreira Gullar, lembrou que escrevia intensamente durante esse período. Dedicava-se tanto a esta tarefa que mesmo não havendo nenhuma prova contra ela, nem processo, nem culpa formada, quando sua mãe tentava soltá-la, disseram-lhe que a filha não sairia tão cedo. *“Se há duas pessoas que me têm dado trabalho na formação do processo é ela e o Francisco Mangabeira Filho. Eles parecem malucos, tomavam nota de tudo o que liam, e eu estou sendo obrigado pela lei a ler e analisar todas essas anotações. São folhas e folhas de anotações sobre marxismo, sobre literatura etc.”*⁴¹ Maria Werneck, lembrou que Olga Benário passava horas e horas escrevendo cartas em francês para Luis Carlos Prestes, *“mesmo sem a convicção de que chegassem ao destino”*.⁴²

³⁹ RAMOS, Graciliano, *Memórias do Cárcere* - memórias (obra póstuma), Rio de Janeiro: Editora Record. 1986, v.1. 21ª edição, p. 34.

⁴⁰ idem, p. 36.

⁴¹ FERREIRA GULLAR, *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará /Rio Arte, Coleção Perfis do Rio, 1996. p. 44.

⁴² Cf. WERNECK, Maria. *op.cit.* p. 71.

Por ocasião da morte de Edgar Süssenkind de Mendonça, marido de Armanda que fora preso nos primeiros dias de dezembro de 1935, Eneida de Moraes, ao prestar uma homenagem, também se referiu à intensa dedicação dele à leitura e à escrita, em uma crônica publicada no *Diário de Notícias*, em 4 de março de 1958:

Morreu, em dias da semana passada, Edgar Süssekind de Mendonça, um homem bom, puro, alegre como uma criança, sereno e fiel. Chamava-o de meu pai porque nos dias sombrios do Estado Novo (quem os esqueceu?) quando passávamos tremendos momentos na prisão, naquele período de cadeia e maus tratos, Süssekind preocupava-se com a minha saúde. Sofrendo de úlcera no estômago, uma úlcera que até em música de samba foi parar por nós contada e cantada na Casa de Detenção, meu pai conseguira por causa dela, receber comida de casa, já que a da cadeia era para matar qualquer touro. Até o meu estômago fracassou.

Quando o portador de seu almoço chegava, Süssekind gritava logo por mim. E obrigava-me a comer deliciosos quitutes que lhe mandava a esposa, essa grande e querida mulher que é Armanda Álvaro Alberto. Dos presos políticos, Süssekind, como Francisco Mangabeira, eram os mais mimados e adulados e isso se explica: eram os que recebiam comida da rua. Ser companheiro de cubículo de qualquer um deles era passar bem, ou pelo menos, comer bem.

Posso contar muito sobre Edgar Süssekind, um homem bom que nunca lhe vi em desespero, um gesto de impaciência ou de pessimismo. Corado, com um aspecto sadio, vivia ele na cadeia estudando e comendo. Comia a toda hora e explicava: - é por causa da úlcera. Descobrimos então que nada era mais camarada do que a úlcera do Süssekind.

Provavelmente, se referia às muitas anotações que ele fazia, em meio ao enorme abatimento em que se encontrava. Para seu irmão, Carlos Süssekind de Mendonça, este período representou para Edgar a possibilidade de se dedicar a “*aquisições metódicas de conhecimentos, de leituras cuidadosamente feitas*”, para as quais nunca tivera tempo. A segregação permitiu ainda que fizesse uma série de “*traduções anotadas*”, publicadas posteriormente, mas que resultavam de trabalho realizado nos cárceres ou hospitais onde esteve, como:

Viagem ao Brasil, de Luís e Elisabeth Agassiz, publicado em 1937; - a *Viagem ao Brasil* do Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, de 1938; - *Os grandes homens da ciência*, de Groove Wilson, de 1939; - a *Geologia e geografia física* de Charles Frederic Hart, de 1940; e, finalmente, os dois volumes do *O Brasil e os brasileiros* de Kidder e Fletcher, que são de 1942.⁴³

Edgar escrevia muitas cartas, apesar de só ter sido preservada uma delas, endereçada ao irmão e carimbada pela Seção de Segurança Pública da Polícia do Distrito Federal. Preso há um mês no navio D. Pedro I, acusado de ter sido um dos líderes da “*revolução vermelha*”, o texto de Edgar é marcado por uma avaliação positiva dos acontecimentos políticos e do restabelecimento da verdade o que poderia fazer parte de uma estratégia de despistamento da censura, mas contém a versão que seria por ele mantida:

Felizmente as notícias de Irene, Mandinha e Mamãe me deram animação maior, pois, mesmo que não acredite no dia certo das promessas, acho que estas promessas demonstram que as autoridades não deram crédito às calúnias contra os professores, procurando envolvê-los em violências que nunca aprovaram.⁴⁴

Um único documento, manuscrito, permanece junto às cartas recebidas por Edgar Sússekind de Mendonça, no período em que esteve preso: o discurso de paraninfo do Colégio Benett para a décima terceira turma de normalistas, em dezembro de 1935. É um balanço dos últimos anos da educação brasileira, traçando um panorama de entusiasmo e fé sobre a criança no mundo e sobre as realizações no campo educacional nos últimos dez anos, com destaque para o papel desempenhado pela Associação Brasileira de Educação, a ABE, que, a partir de 1924, promovera uma propaganda destinada a criar uma consciência nacional. Fala dos livros sobre educação, dos livros didáticos que se publicaram desde então,

⁴³ Ver SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos e SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar, *Discursos na Academia*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1953, Separatas de Cadernos 21. p. 153.

⁴⁴ Carta de Edgar Sússekind de Mendonça, escrita em 14 de janeiro de 1936, quando estava apenas há um mês na prisão. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

das conferências realizadas no país. Lembra da reforma de Fernando de Azevedo que, tocando em todos os problemas da educação – da reforma dos prédios à formação do professorado –, havia obedecido a três princípios básicos: da escola única, da escola do trabalho e da integração escola-comunidade.

No apaixonado discurso, a obra de Anísio foi lembrada pela criação dos serviços técnicos auxiliares - bibliotecas, testes, escalas, filмотeca, prédios e aparelhamento escolar, programas e literatura didática. Destacava o Instituto de Educação do Rio de Janeiro como a síntese de três homens: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho:

a obra de estrutura orgânica, que Anísio Teixeira concebera e fixara em lei, instalada no prédio amplo e harmonioso que Fernando de Azevedo sonhara e transferira para a realização arquitetônica, ia encontrar em Lourenço Filho o formador e criador.⁴⁵

Na prisão política, o simples gesto de segurar o papel e a caneta, exigia a escolha precisa das palavras, de modo a burlar a censura e evitar a interdição. Por trás de cada uma, aparentemente inocente, escondia-se um mundo de experiências, de medos e de esperanças.

Mais do que um exercício de escrita que tem seus códigos, suas regras, seus rituais, a escrita da carta que seria guardada por tantos anos se constituía, possivelmente, em convite para efetuar uma inevitável avaliação política.

Dificilmente Armanda Álvaro Alberto imaginaria que a presidência da União Feminina do Brasil, criada, em meio à efervescência política de 1935, visando defender os interesses das mulheres brasileiras e romper com a discriminação que se expressava na legislação que mantinha a mulher em situação humilhante, tivesse tão graves consequências.

Maria Werneck, em suas memórias sobre a primeira prisão política feminina, destacou os manifestos lançados pela entidade.

⁴⁵ Discurso manuscrito, p. 9. (Arquivo pessoal Edgar Sússekind de Mendonça) Provavelmente lido por Carlos Sússekind de Mendonça.

Lutar pelos direitos políticos e civis das mulheres, elevar o nível cultural, proporcionar igualdade econômica, preparar a mulher para colaborar com os homens e participar com eles na vida pública, atender o problema da criança, que era inseparável do problema da mulher, lutar contra as guerras e os regimes que restringiam os direitos femininos, associar-se com outras organizações femininas com a mesma finalidade, em qualquer parte do mundo, foram princípios básicos estabelecidos no “Manifesto-Programa” da nova entidade, que teve em sua comissão organizadora, além de Armanda, Maria Werneck, Esther Xavier, Catharina Landsberg, Eugênia Álvaro Moreyra, Mary Mercio e Noemy Mormy.

Na condição de presidente da União Feminina do Brasil, Armanda dirigiu também um apelo “Às professoras primárias do Brasil”, divulgado no *Jornal do Commercio* e no *Jornal do Brasil*, em 26 de junho e 24 de julho daquele ano, respectivamente. Estranhando o silêncio destas profissionais, num momento em que todas as “*classes laboriosas*” reclamavam seus anseios, procurou estimular as mulheres educadoras a lutarem por seus direitos. Pretendia tocar a sensibilidade feminina e a consciência profissional das mulheres que, como ela, assistiam ao “*mesmo espetáculo de desamparo das crianças do povo*” e chamar a atenção para a importante função social que exerciam. Denunciou o quadro de desamparo do trabalho feminino no magistério:

Há localidades onde a professora despende mais do que recebe - para não perder o direito à nomeação. Há, ainda, estados onde, em lugar do aumento de vencimentos em relação à carestia de vida, as professoras remuneradas com 600\$000 mensais antes de 1930, hoje veem aqueles vencimentos reduzidos a 200\$000.

Enfim, na maioria dos estados é a vossa classe a primeira a ser cortada nos vencimentos ou tê-los em grande atraso, sempre que a situação financeira se agrava.

De par com a vossa pobreza obrigatória, a verba concedida nos orçamentos, por toda a parte, as instalações e material escolar, é aquela

mesquinaria que sabeis... Como sabeis, também de sobra, que existem nas capitais e grandes cidades algumas escolas, tipos de 'escola nova', às vezes luxuosas, sem dúvida, porém amostras de escolas para admiração dos entendidos...

Depois da constatação destas realidades todas, seria acaso descabido perguntar: – onde estão as associações de professores?

De certo que estão espalhadas pelo país afora... E, se através dessas organizações de classe não fazeis a vossa defesa, é claro que embora classe numerosíssima, vos sentís desprestigiadas e fracas. Lembrai-vos, entretanto, mulheres educadoras, daqueles que tendes o dever de defender tanto quanto a vós mesmas: os vossos alunos. Não podeis separar a vossa causa da deles. A vossa classe profissional existe por causa deles e para eles que deveis exigir em cada estado onde trabalhais, tudo o que falta ao vosso próprio progresso. E mais: vós que conheceis como poucos, o estado deplorável de doença e de miséria das crianças brasileiras; vós que sois confidentes das mães proletárias; vós que sofreis com elas porque os seus meninos, não raro não podem ir além do segundo ano do curso escolar, obrigados que são a abandonar a escola para ajudar na manutenção da família ... vós tendes o supremo dever de vos unir em redor da infância, ao lado das mães.

(...) Atendei ao apelo profundo que do íntimo de vós mesmas vos faz a vossa consciência de educadoras populares: Ingressai na União Feminina do Brasil.⁴⁶

Liderando a entidade, defendeu que, assim como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a União Feminina do Brasil fosse também uma frente única de todas as mulheres, sem distinção social, religiosa, econômica, racial, política. Divergia das outras associações que, em sua estreiteza, viam o homem como inimigo da mulher, compreensão esta que ajudaria na inflexão do movimento feminista, que passava a conceber a libertação das mulheres passando por mudanças mais profundas da sociedade.

Assim como outras cartas escritas por prisioneiros que cumprem o papel de aliviar tensões e suprir as carências mais profundas,

⁴⁶ Publicado no *Jornal do Comércio*, em julho 1935, s/d. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

para Armanda, provavelmente, mais que um desafio para colocar o pensamento no papel, a folha em branco se apresentava como possibilidade de rever as avaliações feitas em 1935, que deram origem à sua prisão, que se anunciara, desde que, como muitas outras entidades, a União Feminina do Brasil foi fechada por determinação de Getúlio Vargas sob a acusação de ter se filiado à Aliança Nacional Libertadora – uma frente que congregava partidos políticos, mas também sindicatos, entidades estudantis e culturais, em oposição ao imperialismo – e integrar a Frente Única Antifacista, que lutava contra o integralismo.

Greves, manifestações políticas e a possibilidade de aprovação da lei de segurança nacional, foram os ingredientes que canalizaram a insatisfação de forças políticas em torno desta frente. Com os estatutos aprovados, em março de 1935, no final do mesmo mês, o nome de Luiz Carlos Prestes foi aclamado para sua presidência de honra, em comício no Teatro João Caetano. Enquanto isto, o governo se aliava aos integralistas, tentando isolá-la e identificá-la com o Partido Comunista. Até junho, *“ou se era aliancista ou se era integralista, e mesmo que isso não significasse adesão à aliança ou à AIB, as simpatias nacionais estavam divididas”*.⁴⁷

Criada, em maio de 1935, neste clima de insatisfação e de organização de núcleos aliancistas, a União Feminina do Brasil surgia por iniciativa de *“mulheres educadoras, intelectuais e trabalhadoras”*, estabelecendo um contraponto com as demais associações feministas existentes até então, por vezes, *“inócuas, outras ligadas a correntes partidárias explorando a angustiada situação da mulher, pregando um estreito feminismo que consiste em cumular o homem em si e nele ver um ‘inimigo’ da mulher”*.⁴⁸

Divergindo da linha de atuação dessas associações, a entidade pretendeu reunir todas as mulheres dispostas a trabalhar em favor

⁴⁷ VIANNA, Marly. (organização) *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: UFSC, 1995, p. 124.

⁴⁸ WERNECK, Maria. *op.cit* pp. 41-42.

dos princípios básicos estabelecidos em seu “Manifesto-Programa”. O início das atividades foi marcado pelo manifesto “Às mulheres do Brasil”, conclamando-as a saírem da indiferença “*ante os choques, as tragédias e a miséria que nos cercam*”, deixando de ser “*escravas humilhadas, sujeitas desde cedo a toda uma rede envolvente de preconceitos*” e “*vítimas humilhadas*”, e ingressar na nova entidade, para lutarem unidas contra os dois inimigos que “*são nossos e de nossos maridos, pais, filhos, [e] tentam cravar em nós suas guerras sangrentas*”,⁴⁹ e em favor dos direitos, das necessidades, de melhores salários e pelo direito de viver.

No ano anterior, juntamente com Itália Fausta, Leila Figner, Maria Diana Brito, Beatriz Bandeira, Eugênia Álvaro Moreyra, Lídia de Freitas, Laudímia Trotta, Maria Inês Coutinho Ferreira, Medea Moreyra Lima, Maria Mercedes Teixeira, Maria Werneck, Consuelo Barreto de Menezes, Zennaide Andreça, Judith Gouveia, Noêmia Mourão e Priscilla Motta Lima, a educadora Armanda Álvaro Alberto fora uma das signatárias do “Manifesto em defesa da soberania dos países pela paz universal”. Liderado por Maria Lacerda de Moura, as artistas, pintoras, poetas, advogadas, médicas, jornalistas, químicas, professoras e escritoras, apelavam para a união de todas as mulheres em defesa da paz da humanidade que estava sendo ameaçada pelo ataque da Itália à Abissínia. Nele, condenavam a supressão da liberdade de pensamento, a prisão e a deportação de cientistas, as intenções políticas de teorias que procuravam comprovar a inferioridade de raças, a queima de livros e o fechamento de laboratórios, que justificavam as guerras e a opressão contra os povos.⁵⁰

Armanda lançou a ideia da União Feminina do Brasil em entrevista concedida ao jornal *A Manhã*, órgão aliancista que circulou entre março e dezembro de 1935, numa enquete sobre a condição feminina. Em sua opinião, as conquistas obtidas pelas mulheres no plano legal não tinham modificado em nada a situação de

⁴⁹ Idem. pp. 42-43. A autora publica o manifesto na íntegra.

⁵⁰ Idem. Publicado como anexo.

escravidão a qual estavam submetidas. Denunciava a legislação que mantinha a mulher numa situação de subordinação. Reivindicava mudanças no Código Civil que mantinha a mulher como “*um objeto ou animal que se leva para onde se quer sem o direito de escolher*”, o que se verificava no fato de caber ao marido escolher, fixar e mudar o domicílio; na determinação de que em caso de divórcio, os filhos menores ficariam com o cônjuge inocente, mas quando ambos fossem culpados, as mães ficariam com as meninas até os seis anos de idade e os pais com os meninos. Depois, os filhos estariam sob a guarda paterna, o que significava ficar, a seu ver, com o “*pai culpado*”. Além disso, a mulher desquitada que se casasse novamente, perderia a guarda dos filhos, o que resultava, em síntese, que a mulher permaneceria penalizada: “*ou perde o direito humano de ter um companheiro, ou perde o direito de guardar consigo o que ela tem de mais caro no mundo – seu filho*”.⁵¹

Apresentada como a primeira entrevistada da vanguarda da emancipação feminina, ela denunciava ainda que a mesma situação de desamparo se verificava o Código Comercial, na medida em que as mulheres comerciantes precisavam de autorização dos maridos para gerirem os próprios negócios. Considerava ainda que o direito recentemente conquistado de votar e de serem votadas não era suficiente. Outros direitos permaneciam negados, mantendo os homens como senhores da sociedade conjugal e as mulheres como “*sombra sem individualidade jurídica*”.⁵²

A conjuntura política permitia uma avaliação que apontava para o prosseguimento da luta feminista no momento em que a conquista do voto desarticulava o movimento que alcançara a sua principal bandeira. Combater a legislação retrógada, que ignorava os direitos reclamados pelas mulheres de dispor de si mesmas, conservando os filhos menores em caso de divórcio; usufruírem

⁵¹ A *Manhã*. 4 de maio de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁵² Idem.

do fruto do próprio trabalho, recebendo salários idênticos aos dos homens; e, terem direito ao descanso antes e após o parto; no seu entendimento, era uma tarefa que só poderia ser bem sucedida através da luta coletiva.

Acreditava que somente uma frente única de todas as mulheres sem distinção de cor, religião condição social, poderia enfrentar e vencer a luta pela liberdade. Aproveitava a oportunidade desta entrevista para lembrar à leitoras da necessidade de se fundar uma associação verdadeiramente feminina, isto é, cuja finalidade seja a conquista dos direitos que a mulher sente, no fundo do seu ser, que lhe estão sendo roubados. Essa nova entidade poderia adotar o nome de 'Associação Feminina do Brasil'.⁵³

A União Feminina do Brasil, no entanto, não teve tempo de tornar seus princípios realidade. Além do "Manifesto-Programa", da organização jurídica e de um evento cultural, no salão do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, com uma programação de músicas clássicas e declamações, com a presença de Itália Fausta que relatou como as atrizes sofriam com a ausência de uma legislação trabalhista que as amparasse, pouco pode realizar de seu programa.⁵⁴

Em junho de 1935, quando a repressão aos movimentos populares já se fazia presente, em meio a ânimos exaltados, insatisfação nos meios militares e aumento das reivindicações salariais, a entidade foi fechada.

Fazer uma carta chegar ao seu destino exigia cautela e cuidado. Tudo era lido, examinado, perscrutado, censurado. Os intelectuais que faziam da escrita um modo de sobrevivência e resistência se tornaram reféns da própria escrita ou de pequeninas anotações em papéis, que, recolhidos pela polícia, se constituíram em provas que os incriminavam.

⁵³ Idem.

⁵⁴ "União Feminina do Brasil". *A Manhã*. s/d. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

As prisões de algumas lideranças da insurreição evidenciavam que escrever era perigoso. Duas cartas escritas por Carlos Sússekind de Mendonça para o irmão Edgar, mostram isto:

Os inquéritos instaurados para a apuração dos acontecimentos de novembro não podem ter a marcha simples dos outros que se instauram para a apuração dos acontecimentos normais. Já pelo vulto que tomaram aqueles acontecimentos, já pelo número incalculável de pessoas envolvidas ou suspeitas, já sobretudo, pela natureza mesma das diligências realizadas, gerando sempre vários elementos de prova, que obrigam a frequentes mudanças de orientações – é fácil compreensão não só a demora aparente dos trabalhos, como a impossibilidade em que está a Polícia de assegurar a inocência de quem quer que seja, antes de concluídas todas as suas legítimas e imprescindíveis ‘indagações’.⁵⁵

A prisão de Luiz Carlos Prestes com outro arquivo que se diz ‘copioso’, provavelmente concorrerá mais uma vez para o retardamento.⁵⁶

Apagar os rastros, destruir documentos, esconder papéis passou a ser uma obsessão. Quando começaram as perseguições aos intelectuais, segundo relato de uma amiga, a mãe de Armanda, entrou em sua casa, recolheu tudo aquilo que pudesse representar uma ameaça à sua liberdade:

Ela morava numa vila na Avenida Princesa Isabel e a mãe dela pensando que eles fossem à casa dela, foi lá e pegou todos os papéis que ela julgava que podiam ser, ah, como direi, tomados como... comprometedores. Então, ela mastigava os papéis e jogava fora ou punha dentro do sapato.⁵⁷

As insistentes negativas de envolvimento no movimento de novembro de 1935, não encontravam eco. Um documento apreendido na casa de Maria Werneck, colocava em dúvida as alegações de des-

⁵⁵ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça de 12 de janeiro de 1936. Correspondência passiva de Edgar Sússekind de Mendonça. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

⁵⁶ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça de 6 de março 1936. Correspondência passiva de Edgar Sússekind de Mendonça. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

⁵⁷ Depoimento de Dina Venancio Filho, em 1989.

conhecimento do levante e serviam de prova de que a União Feminina do Brasil tinha feito parte da Frente Popular Antifacista que, segundo a versão oficial, visava “preparar terreno e ambiente para o advento da Revolução Comunista”.⁵⁸ O relatório do delegado Bellens Porto, responsável pelo inquérito, dava conta de que

Documentos apreendidos e constantes dos autos mostram as atividades desenvolvidas pela ‘União Feminina do Brasil’ ora incentivando greves, ora organizando cruzadas que ocorriam nos estados do Norte Brasileiro, a exemplo da Aliança levando as palavras de Luis Carlos Prestes.⁵⁹

Somente Rosa Meireles não sofria a acusação de ter escrito ou divulgado um documento de cunho político. Foi, segundo Maria Werneck, acusada pelo simples fato de ser irmã de dois líderes comunistas – Silo e Ilvo Meirelles – e casada com Carlos Costa Leite, “revolucionário de 1922, que em uma de suas fugas aquela ocasião, conseguiu atravessar o cerco vestido de padre”. Avaliando a sua prisão, dentre as das mulheres envolvidas na “rebelião vermelha”, Maria Werneck concluiu que era derivada dos “instintos negativos de Felinto Müller: Este, não conseguindo prender os homens da família, trouxe Rosa”.⁶⁰ Valentina Leite Barbosa, tinha sobre si a acusação de ter escrito, juntamente com seu marido, Adolpho Bastos, uma carta ao Partido Comunista, hipotecando solidariedade e se oferecendo para colaborar. Eneida de Moraes foi acusada pela escrita de uma carta comprometedora, se filiado à União Feminina do Brasil e se confessado comunista. A prisão de Maria Werneck, por sua vez, tinha como justificativa o fato de ter agido junto à União Feminina do Brasil e atuado na Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade.

Além dos escritos, as leituras eram igualmente censuradas. Em entrevista concedida à Ferreira Gullar, em janeiro de 1966, Nise da Silveira, atribuiu sua prisão à denúncia feita por uma

⁵⁸ WERNECK, Maria, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁹ *Idem.* p. 9.

⁶⁰ WERNECK, Maria, *op. cit.* p. 53.

enfermeira do hospital onde atuava como psiquiatra, de que teria livros socialistas:

Gullar: É essa época que você passa a ler Marx e vai a algumas reuniões do Partido Comunista?

Nise: É. Em 1933 eu fiz concurso para médico psiquiatra e fui aprovada. (...). Aí eu comecei a trabalhar no hospital da Praia Vermelha. Uma enfermeira, que fazia a limpeza do meu quarto, viu sobre a minha mesa uns livros socialistas e me denunciou à administração.

Gullar: Em 1935 houve o levante militar e em consequência dele é que começaram as prisões.

Nise: Eu ouvia do hospital o barulho dos tiros.

Gullar: Sim, porque o levante se deu inicialmente ali na Praia Vermelha, próximo ao hospital.

Nise: Pois é. Eu não sabia que ia haver aquilo, não sabia de nada. Luis Carlos Prestes foi considerado o cabeça do levante, embora não aparecesse. Depois o prenderam.

Gullar: Foi a chamada Intentona Comunista de 35.

Nise: Pois é, e eu assim fui metida nessa Intentona.

Gullar: Sem saber de nada! (Risos) Quer dizer que a sua prisão foi determinada por essa denúncia de que possuía livros socialistas?

Nise: E assim aprendi outra lição, que desmentia o que afirmavam os livros de psiquiatria sobre os doentes mentais. Esses livros diziam que os esquizofrênicos eram indiferentes, sem afeto. Mas a doente que me levava o café da manhã em meu quarto, quando soube de minha prisão, não ficou indiferente. Eu não entendia nada do que ela falava, mas ela estava entendendo o que se passava.

Gullar: E qual foi a reação dela?

Nise: Pegou de murros a enfermeira que me havia denunciado. Chegaram lá embaixo. O diretor do hospital, que era o Valdomiro Pires, mandou me chamar. Eu desci e ali fui presa. Fui levada para a Casa de Detenção, na rua Frei Caneca. No dia seguinte, de manhã, me transferiram para o pavilhão dos primários, onde estava instalada a famosa 'sala 4'. Ali ficaram as mulheres prisioneiras.⁶¹

⁶¹ FERREIRA GULLAR. *op.cit.* pp. 41-42.

Enquanto Olga Benário, Elise Ewert e Carmen Ghiold foram presas por viverem em companhia de revolucionários e “auxiliarem tanto quanto possível as suas atividades subversivas”,⁶² Beatriz Bandeira e Eugênia Álvaro Moreyra, também envolvidas na associação feminista, recebiam a acusação de terem participado

da propaganda comunista em nosso país, velada ou ostensivamente. Em colaboração na imprensa, ou colaborando com seus maridos ou parentes na difusão entre nós, das ideias marxistas.⁶³

Mesmo tendo negado as ligações da União Feminina do Brasil (UFB) com o Partido Comunista e com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um dos documentos apreendidos na casa de Maria Werneck comprometiam a entidade e suas lideranças por terem dado apoio à Frente Única Antifascista:

Companheiros,

Representando o Diretório da Aliança a ‘União Feminina do Brasil’, venho dizer aos companheiros que a U.F.B. dá seu apoio à A.N.L. porque reconhece a Aliança Nacional Libertadora, a única força de oposição à reação antifascista de combate ao imperialismo e ao latifúndio e da luta em prol das liberdades democráticas e é a única capaz de dar ao povo brasileiro PÃO, TERRA E LIBERDADE. A data de hoje em que se homenageia a memória dos heróis de Copacabana que peito aberto, lutaram e morreram pela libertação do Brasil, e os valorosos companheiros da heroica Coluna Prestes, concito as mulheres brasileiras a entrarem para a U.F.B. e a lutarem com a A.N.L. na conquista de suas reivindicações. E as mulheres já estão provando sua energia de luta. Ainda ontem o núcleo de Madureira, foram presas diversas companheiras nossas da U.F.B. que, ao lado dos companheiros da Aliança lutavam por Pão, Terra e Liberdade para os brasileiros.⁶⁴

Paschoal Lemme, também, registra em suas memórias sobre esses tempos sombrios, que na noite de 14 de dezembro de 1936, quando foi preso, prestou seu primeiro depoimento. Desconhecia

⁶² Matéria em jornal não identificado. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto. s/d, s/p.

⁶³ “Perante o Tribunal de Segurança Nacional”. *A Manhã*, 21 de janeiro 1937, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁶⁴ BELLENS PORTO, Eurico. *op.cit* p. 125.

as acusações imputadas. Não tivera nenhuma participação no levante de novembro do ano anterior. Não pudera participar das atividades da Aliança, porque tinha muitos afazeres, na administração da educação do Distrito Federal.

Durante o primeiro interrogatório ao qual foi submetido, ouviu perguntas sobre suas relações com Anísio Teixeira e se deu conta de que o objetivo era atingir o prefeito Pedro Ernesto. Fez uma defesa do amigo com quem trabalhara desde 1931, por ocasião de sua nomeação para a Diretoria Geral de Instrução Pública. Declarou não acreditar no envolvimento do seu chefe hierárquico, por ser de formação liberal-democrática, o que não permitiria participação em conspirações dessa natureza:

Quanto ao doutor Pedro Ernesto, meu superior hierárquico era o secretário de Educação e Cultura e nada sabia de suas atividades políticas, mas apenas era notório que ele proporcionava a Anísio integral apoio para a realização da obra em que ambos estavam empenhados, que era de proporcionar ao povo carioca as melhores condições de ensino, educação e cultura.⁶⁵

“*Por uma feliz coincidência*”, lembrou, no dia seguinte, quando seu depoimento seria tomado por escrito, conseguiu entender as causas de sua prisão. Encontrou-se, nas escadarias da Prisão Central, com Armanda Álvaro Alberto, que acabara de depor sobre as atividades subversivas da União Feminina do Brasil, que lhe segredou dissimuladamente uma frase ao ouvido, cujo significado não compreendeu de imediato: “*O Valério Konder assumiu a total responsabilidade pela confecção do programa*”,⁶⁶ informação esta que pouco depois lhe seria extremamente importante para seu depoimento, quando descobriu ter sido o curso organizado por ele, por solicitação do prefeito a Anísio.

Entendendo a informação dada por Armanda, confirmou que o curso, acusado de ter caráter acentuadamente marxista, uma vez

⁶⁵ LEMME, Paschoal. *Memórias* (2). São Paulo: Cortez, Brasília/Distrito Federal/Inep. 1988, p. 249.

⁶⁶ Idem. p. 251.

que falava de luta de classes, dado na União Trabalhista – “*agremiação de caráter beneficente, organizada sob a chefia política do doutor Pedro Ernesto que, como era público e notório, pretendia consolidar suas bases políticas junto à classe trabalhadora, para, segundo me parecia, futuras campanhas eleitorais*”⁶⁷ – era de autoria de Valério Konder, ressaltando que o “*aprovara, e que tais conceitos além de não terem sido inventados por Marx, eram de uso corrente em história e sociologia*”.⁶⁸

Naquele momento, espantado, descobriu que as anotações no verso do panfleto do programa do curso feitas pelo secretário do PCB e por Harry Berger, incriminavam muito mais do que o próprio curso e o programa do mesmo, o que comprometeu Valério Konder, supervisor do curso, Edgar Sússekind de Mendonça, responsável pelas aulas de história do Brasil e literatura brasileira, Hermes Lima, assessor do prefeito, que não dera nenhuma aula de economia política, e a ele mesmo que ministrou aulas de história do trabalho:

O problema grave é que o tal impresso fora encontrado num dos muitos arquivos apreendidos na papelada que aos poucos ia sendo descoberta pela Polícia, com as prisões que iam sendo efetuadas dos elementos revolucionários em seus esconderijos após os fracassados levantes militares de novembro de 1935. E o mais sério ainda com aquele recado que parecia estabelecer claramente relação entre os organizadores dos cursos da União Trabalhista, e os chefes comunistas.⁶⁹

Rememorando ainda “*os tempos agitados e difíceis das opções extremadas*”,⁷⁰ Paschoal Lemme ressaltou que não foi convincente em sua argumentação de desconhecer e estranhar o fato:

(...) talvez Valério Konder, que se filiara por aquela época ao Partido Comunista, fato que eu desconhecia, e entendeu de submeter o tal programa às ‘luzes’ dos chefes comunistas. Valério Konder era uma pessoa proba e muito inteligente, mas sem sombra de dúvida, por essa época ainda sofria de uma doença que já teria sido diagnosticada como *infantil*.

⁶⁷ Idem. p. 252.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem. pp. 253-254.

⁷⁰ Idem. p. 218.

O que é inacreditável porém, é a leviandade com que se escreviam coisas daquela espécie e, mais do que isso, se guardavam papéis dessa ordem, comprometendo pessoas que nada tinham a ver com os acontecimentos que se desencadearam sobre o país gerando a onda de violência que acabou atingindo milhares de inocentes.⁷¹

Maria Werneck, lembrou que a cada divulgação de descoberta de documentos, Leônidas de Castro Rezende era um dos presos que mais se indignava. Uma vez, quando chamado para depor, perguntava a Nise da Silveira “— *Que outro rabisco mais apareceu? Quem mais fez a tolice de deixar bilhetes?*” Com certa ponta de dúvida sobre a veracidade destas notícias que circulavam, a memorialista se perguntava anos depois: “*Será que ele não sabia que muita coisa era inventada?*”⁷²

Em meio a tantos acontecimentos e avaliações políticas desencontradas, escrever na prisão política, significou, provavelmente, para Armanda Álvaro Alberto, uma forma de se manter viva, atenuar a falta que sentia da escola, das mães dos alunos, dos amigos dos primeiros tempos, com os quais havia compartilhado muitos projetos em defesa de uma escola de qualidade para todos.

Pela carta aos alunos, depreende-se que uma de suas práticas de escrita envolvia a correção de cadernos escolares que chegavam com os exercícios feitos pelos alunos, crianças pobres de uma das regiões mais pobres do país, a Baixada Fluminense, descrita nos relatórios anuais que ela enviava aos colaboradores, com o intuito de prestar contas, despertar a consciência cívica e o senso de responsabilidade com as novas gerações.

A alusão ao museu escolar, aos livros e à vitrola sugere sua preocupação com as dificuldades enfrentadas desde os primeiros tempos com a manutenção da escola que, pelos objetos de ensino, procurava traduzir materialmente a nova sensibilidade pela infância e em especial pelos alunos, de acordo com as inovações pedagógicas em circulação nos meios educacionais. Estes recursos auxi-

⁷¹ Idem. p. 254.

⁷² WERNECK, Maria. *op.cit.* p. 89.

liares do ensino representavam seu esforço para adotar, interpretar e recriar os métodos de educação empregados em diferentes países e que lhe permitiam concluir que

venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si – são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela.⁷³

Graças à colaboração financeira dos colaboradores, os “*amigos da escola*”, à caixa escolar e, posteriormente, à fundação mantenedora, garantira o funcionamento da iniciativa particular, gratuita e sem fins lucrativos. A ela se somaram, além dos recursos provenientes de donativos da fábrica de Explosivos Rupturita, os da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, da Associação Cristã Feminina, das alunas do Colégio Jacobina, onde permaneceu lecionando até 1925, e dos amigos e amigas como Laura Brandão e Corina Barreiros, até que começasse a receber o apoio dos pais, de associações, dos comerciantes e dos profissionais liberais da cidade.

É bem possível que, entretida na escrita da carta, se lembrasse com certa nostalgia dos primeiros tempos de sua escola, apesar das múltiplas dificuldades enfrentadas para afirmar a experiência inovadora,⁷⁴ que serviria mais tarde de parâmetro para o projeto de educação popular da Associação Brasileira de Educação, entidade que ajudara a fundar, em 1924.

Talvez, viessem à tona as condições de vida da comunidade, tantas vezes traçadas em seus relatórios: epidemias de sarampo, coqueluche, casos de tuberculose, surtos de impaludismo, que conviviam com a

⁷³ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “Tentativa de escola moderna”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968, *op. cit.* p. 41.

⁷⁴ Sobre o caráter inovador da experiência, consultar, também, SILVA, Vilma Correa Amâncio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Meriti (1921-1937)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado, 2008.

ausência de Posto de Profilaxia, guarda sanitário, vacinas, medicamentos, assistência médico-odontológica, água encanada, rede de esgotos, instalações sanitárias, iluminação e transporte, que assinalavam ainda o aumento populacional, a miséria e a violência decorrente da ocupação de terras a partir de 1930. Talvez lamentasse que o quadro de abandono permanecesse praticamente inalterado por tanto tempo. Não imaginava, naquele momento, que, quando se afastasse da direção da escola, os serviços urbanos não seriam quantitativa e qualitativamente melhores do que os oferecidos nas favelas do Rio de Janeiro.⁷⁵

Provavelmente, preferia recordar-se das conquistas obtidas naqueles pouco mais de dez anos, quando construíra simbólica e materialmente uma Escola Nova: viva, alegre e florida, por considerar a criança como centro do processo ensino-aprendizagem. Uma nova escola do ponto de vista pedagógico e físico, que empregava métodos de ensino avançados e propiciava aos alunos a vivência de práticas democráticas em um espaço adequado ao desenvolvimento infantil, esboçado arquitetonicamente por Lúcio Costa.

Do ponto de vista metodológico, partia do local, próximo, concreto, não restringindo o ensino a questões e temas do ambiente onde a criança vivia. Mais do que assimilar conceitos, os alunos deveriam adquirir o método para chegar a outros conceitos correlacionados. Diferentemente de outras experiências renovadoras, os testes de inteligência eram recusados porque classificavam e homogeneizavam os alunos. Na organização das turmas, a diversidade era considerada de forma a não estigmatizar. Respeitando o critério do grau de desenvolvimento intelectual, cada aluno podia pertencer a várias turmas, con-

⁷⁵ Armanda Álvaro Alberto se afastou da direção da escola em 1964. Estudo efetuado na década de 1960, evidenciou que em Duque de Caxias, "Apenas 17 por cento dos moradores entrevistados dispunham de água encanada (...) Cerca da metade das moradias de Caxias (...) não tinha banheiros dentro ou junto das casas; e apenas 45 por cento da área era servida de rede de esgotos. A quarta parte das casas não dispunha de eletricidade. Tão somente a metade dos 23 bairros de Caxias, que tecnicamente não são favelas, tinham suprimento público de água". Ver PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 78-79.

forme seu adiantamento em cada matéria, para que não se sentisse “*diminuído em se retardar nesta ou naquela turma*”, como Armanda frisava nos trabalhos apresentados em conferências de educação e, mais tarde, publicados em seu livro. Recusando prêmios e castigos, na avaliação não havia notas e não se admitia que o desempenho de um aluno tomasse como parâmetro o do colega, contribuindo assim para a construção da autoestima.

Havia um esforço, ainda, para romper a dicotomia entre o trabalho intelectual e manual. As aulas de jardinagem, marcenaria, cozinha e costura serviam de ponto de partida para estreitar a relação com o meio, trazendo para o universo escolar a mesma base de interesse existente no ambiente familiar. Atividades manuais permitiriam, também, que as crianças participassem da vida em comunidade, aprendendo a dividir tarefas, cooperar, trabalhar para a coletividade. Esta concepção derivava da compreensão de que se poderia contribuir, através da escola, para modificar a mentalidade brasileira com relação ao profundo desprezo pelo trabalho manual, dotando os alunos de formação intelectual sólida, capaz de elevar a capacidade técnica, com os conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Durante a jornada escolar, os alunos assumiam responsabilidades com o funcionamento da escola. Envolvidos na discussão e no desenvolvimento de tarefas, no dia a dia, valorizava-se a vivência de práticas democráticas e da solidariedade. Divididos em comissões, numa proposta de cogestão, os chefes eram escolhidos pelos colegas.

Lamentava, provavelmente, a interrupção de suas atividades à frente da escola que surgiu sem programas a seguir, mas que pretendia explorar uma forma de lidar com os alunos a partir de suas necessidades, interesses e vivências, na qual cabia educar para observar, construir, experimentar, responder e perguntar, valorizando as brincadeiras, jogos e excursões, estratégias capazes de despertar e manter a curiosidade infantil.

As preocupações com os destinos de sua escola, certamente povoavam a sua solidão: Como, à distância, poderia manter vivo

o espírito renovador? Como sustentar financeiramente a escola? Como preservar a ideia de que educar era criar e ousar, desde que os métodos “se baseiem na liberdade”, que permitam a “plena expansão da individualidade”, que levem “criança a observar, a experimentar, a descobrir por si”?⁷⁶

No dia em que as aulas da Escola Regional de Meriti seriam iniciadas, em março de 1937, sem sua presença, Armanda parecia se dar conta de que a imagem de uma educadora que abraçara o magistério, como sacerdócio, sacrifício e desprendimento, em função do cunho missionário, patriótico e heroico de seu trabalho educacional, se desvanecia com os últimos acontecimentos.

As elogiosas referências como a da consagrada escritora Júlia Lopes de Almeida numa bela crônica, publicada na *Revista Universal*, em que era apontada como “uma das mais inteligentes e mais cultas das nossas patrícias, de cuja mocidade irradiante se estende em largo círculo uma claridade fecunda e civilizadora”,⁷⁷ permaneciam na memória de um tempo distante.

Desaparecia a representação de “moça de aparência frágil e ânimo de apóstolo”, que realizava sua tarefa “sem outro rumor que o das asas da abelha trazendo todos os dias a essência com que fabrica o mel”, que dava exemplo de que as mulheres eram capazes de efetivar a solidariedade, e levava adiante uma “verdadeira catequese cívica”,⁷⁸ tendo como objetivo “o ideal de educar e instruir os humildes filhos do interior do Brasil”.⁷⁹

A experiência da prisão marcaria a trajetória da educadora que se distinguiu na cena educacional com a experiência que realizou a partir de 1921, em Duque de Caxias, que à época, com uma di-

⁷⁶ Ver ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968. *op.cit.*, p. 41.

⁷⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes. “Um maço de cartas”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968. *op.cit.*, p. 59.

⁷⁸ Idem. p. CAPISTRANO, H. “Alma feminina”. *A Notícia*. 25 de outubro de 1924. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁷⁹ “Pela alfabetização das crianças suburbanas”. *O Jornal*. 24 de outubro de 1928. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

visão geográfica da região diferente da atual, estava situada no então município de Nova Iguaçu, Estação de Meriti, da Estrada de Ferro da Leopoldina.

Tomava, provavelmente, consciência de que a fundação da escola emergiu da compreensão de que era dever cívico incorporar a população do interior à civilização, através da educação. Denominada inicialmente Escola Proletária de Meriti, a “Mate com Angu”, como era conhecida pelos alunos, numa alusão à merenda escolar, ela deu forma a um projeto de escola ativa que colocava a criança no centro do processo do ensino-aprendizagem.

Mesmo não sendo a primeira experiência no magistério, uma vez que começou a lecionar no Colégio Jacobina e, na Baixada Fluminense, procurasse dar continuidade ao ensaio de escola ativa que realizara com os filhos de pescadores, em Angra dos Reis, em 1919, quando acompanhou o irmão que trabalhava na Marinha, fora ali que dera sentido a seu projeto de educação popular.

Em Angra dos Reis, improvisou apenas uma escola ao ar livre, à sombra de bambus, com mobiliário bem tosco: uma única mesa de pinho, uma cadeira e esteiras no chão. Cerca de cinquenta crianças da região com idades entre 3 e 16 anos, chegavam diariamente de canoa, ou após longa caminhada, por volta das seis, sete horas da manhã e só iam embora à noite. Partindo de seus interesses, Armanda levava-as a manipular objetos concretos: conchas, pedrinhas, folhas, frutos, retalhos de tecidos diversos, convertidos em material didático. Tentava, dessa forma, apostar na capacidade de pensar da própria criança, tomando como ponto de partida seu universo, sua experiência.

Começava então a viver o magistério como um meio de afirmação pessoal e profissional, resultante de uma vontade de atuar no mundo, provocar mudanças e conferir sentido à própria existência, num momento no qual a educação era entendida pelos intelectuais e políticos como via de regeneração da sociedade.

Naquela época, a proximidade das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, servia de pretexto para que determinados setores se organizassem em torno da causa do combate ao analfabetismo, procurando reverter o abandono da educação popular, elevar o nível cultural das massas, retirando-as da ignorância e da apatia e desenvolvendo o espírito cívico. Constituíam-se ligas nacionalistas que procuravam aglutinar os jovens em torno da ideia de coesão e integridade nacional, do desenvolvimento do culto do heroísmo, da propagação da educação popular e do combate ao analfabetismo, que era apontado como responsável pelo atraso do país e a escola começava a ser vista como a instituição capaz de promover o progresso, desenvolver o sentimento patriótico, fixar o trabalhador no campo, aumentar a produtividade agrícola, combater as doenças, propagar os avanços da ciência, reverter costumes, disseminar hábitos de higiene e saúde, unificar a nação, enfim, moldar uma nova geração esclarecida e produtiva.⁸⁰

Assim, num clima de efervescência política e de entusiasmo pela educação, Armanda iniciou o trabalho em Angra dos Reis, procurando colocar em prática os ensinamentos adquiridos nas leituras de Pestalozzi, Maria Montessori, Dewey, e muitos outros. Na escola ao ar livre, improvisada à sombra de bambus e com mobiliário bem tosco, inspirada na proposta montessoriana, procurava traduzir a ideia de trabalhar a partir dos interesses das crianças.

A breve permanência de Álvaro Alberto da Motta e Silva, seu irmão, no posto para o qual fora designado, interrompeu o trabalho de Armanda que seria mais tarde considerado uma das primeiras experiências pedagógicas de cunho renovador. Ali alicerçou a compreensão que teria sobre o papel da escola: civilizar e assistir as crianças do povo.

⁸⁰ Sobre as ligas nacionalistas, consultar NAGLE, Jorge. *Educação na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1976; PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973 e O'NEIL, Charles Francis. *The search for order and progress: brazilian mass education (1915-1935)*. University of Texas: (tese), 1975.

Mas, foi na Escola Regional de Meriti, na qual não deveria existir discriminação religiosa, racial, sexual e social, que se legitimou como uma educadora à frente de seu tempo, por suas ideias inovadoras sobre as práticas pedagógicas, contando com muitos colaboradores, desde os primeiros tempos: Edgar Süssekind de Mendonça, Francisco Venâncio Filho, Delgado de Carvalho, Belisário Penna, Heitor Lyra da Silva e Lourenço Filho.

Deles recebeu sugestões de programas, doações, apoio, e, sobretudo, reconhecimento público para prosseguir na missão cívica de educar as crianças do povo. Eles divulgaram o caráter inovador e pioneiro da escola e de sua fundadora, visto que o trabalho desenvolvido era “*uma das iniciativas de sentimento mais corajosamente renovador*”, constituindo-se em obra de “*admirável intenção socializadora*”, ou chamando a atenção para o regionalismo como princípio educativo da experiência, pois naquela escola, “*não se compreendia ‘a nacionalidade sem que contenha as características de cada região, diretamente ensinada para ser sinceramente compreendida’*”.⁸¹

Privada da liberdade, provavelmente Armanda Álvaro Alberto se defrontava com uma avaliação incômoda: de nada valeram as estratégias adotadas pela União Feminina do Brasil, de protestar jurídica e politicamente rechaçando as acusações de vinculação com o Partido Comunista a partir da divulgação do fechamento da entidade, em função das sanções políticas à Aliança Nacional Libertadora.

Apesar das massas não terem se mobilizado em defesa da Aliança Nacional Libertadora, em torno dela permaneceram comunistas e intelectuais de esquerda, a partir de junho de 1935, que defenderam o programa aliancista, pois partilhavam da avaliação política de que “*a reação desesperada era início da decadência*”.

Surpreendidas com a atitude que qualificaram como ilegal e arbitrária, no dia seguinte da divulgação do fechamento da entidade, as dirigentes da União Feminina do Brasil ingressaram com um recurso

⁸¹ Idem. p. CAPISTRANO, H. ‘Alma feminina’. A *Notícia*. 25 de outubro de 1924. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

junto aos tribunais e solicitaram esclarecimentos, através de ofício encaminhado ao chefe de polícia, no qual demonstravam não concordar com o entendimento que o decreto assinado pelo presidente da República pudesse afetar o funcionamento da entidade. Em face de tal equívoco, argumentavam que a entidade nunca tivera o nome de “*Aliança Nacional Libertadora*”. *A União Feminina do Brasil é uma sociedade civil que tem organização própria, que tem vida independente, que tem personalidade jurídica que não se confunde com outra qualquer de qualquer organismo*”.⁸²

O encaminhamento jurídico, com a defesa a cargo do advogado Heitor Lima, pretendia assegurar o funcionamento da entidade em todo o território nacional, com base nos seus estatutos. Argumentava que era inadmissível considerar as atividades desenvolvidas como subversivas e perigosas à ordem social e política. Para ele, as alegações não procediam, uma vez que as atividades desenvolvidas pela UFB eram diretamente ligadas à emancipação da mulher. A adesão da entidade à Aliança, era apenas apoio o que não se confundia com integração, e que poderia ser comprovado em convocação aos núcleos aliancistas publicada no jornal *A Manhã*, de 29 de junho, na qual não havia referência alguma à União Feminina do Brasil.

Para sustentar a tese, a defesa argumentava ainda que prestar apoio à uma organização devidamente organizada em todo o país e legalmente constituída, “*não poderia bastar para atribuir a pecha de subversiva à União Feminina do Brasil*”.⁸³ O apoio à Aliança Nacional Libertadora não passara de um discurso pronunciado pela associada Beatriz Bandeira em assembleia e no qual concitava as mulheres brasileiras a “*se organizarem para a luta libertadora; para o bem da família, bem de todos nós, bem de nossa pátria*”.

No mandado de segurança encaminhado à Corte Suprema, a defesa refutava também a acusação de criação de um núcleo aliancista

⁸² “A União Feminina protesta e lutará”. *A Manhã*. 13 de julho de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁸³ “União Feminina requer um mandado de segurança”. *Correio da Manhã*. 14 de agosto de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

em Madureira. Era “positivamente o produto de um delírio alucinatório”, pois a entidade não fundara nenhum núcleo aliancista. Permitira, apenas, para que se valesse do núcleo da Aliança para prestar informações e nada mais. Desqualificava, ainda, que a associada Lygia de Freitas fosse uma “agitadora comunista” e arguia-se:

onde está a prova? Foi algum dia processada por atentados à ordem social? Que atos praticou demonstrativos de sua temibilidade como extremista? (...) É comunista fichada, mas a sua ficha é um mistério. Os tribunais têm de acreditar no chefe de polícia, na autoridade coatora, no executor da violência sob palavra! (...) e a polícia investigando, julgando, condenando, e fichando!⁸⁴

Também não se sustentava a acusação de que a entidade tinha orientação do Partido Comunista. Havia prestado apoio à Aliança, naquilo que havia de coincidência programática: “o bem estar da família e da pátria”.⁸⁵

O encaminhamento político envolveu uma ampla divulgação do andamento do processo. As avaliações otimistas que predominavam nos meios intelectuais e entre os comunistas, certamente, justificavam a estratégia adotada pelas dirigentes da entidade de vida efêmera de visitar as redações dos jornais para esclarecer a opinião pública e tentar reverter a decisão. Armanda defendeu, pela imprensa, que a entidade não se constituía em partido político, apesar de ter apoiado a ANL, porque compartilhava dos mesmos ideais: “é nacionalista, anti-integralista e anti-imperialista, sem que isso, no entanto, importe em pública profissão de fé comunista”,⁸⁶ conforme depoimento transcrito por Maria Werneck. Pelas páginas dos jornais, rechaçou a coação sofrida. Reafirmou que a única finalidade da União Feminina do Brasil era a de prestar assistência moral, social, intelectual e material às mulheres.

⁸⁴ “Será julgado amanhã o mandado de segurança da União Feminina do Brasil”. *Diário de Notícias*. 28 de julho de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁸⁵ “A União Feminina do Brasil requer um mandado de segurança”. *Correio da Manhã*. 14 de agosto de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁸⁶ Ver declaração de Armanda Álvaro Alberto ao jornal *O Imparcial* apud WENECK, Maria. *op.cit.* pp. 37-38.

Partilhar das avaliações otimistas significou também considerar que a interdição da entidade não era sinônimo de encerramento das atividades. Convencida disto, Armanda declarou que a União Feminina do Brasil lutaria *legal ou ilegalmente, mas conscientemente, pela emancipação da mulher brasileira*.⁸⁷ Para ela, apesar de recente, a entidade vinha recebendo o apoio das mulheres que compreendiam que “*feminismo não é conquistar assentos na Câmara nem lugares remunerados nos recessos dos gabinetes indevassáveis, mas lutar real e concretamente pelo levantamento do nível cultural, moral e econômico da mulher brasileira*”;⁸⁸ uma alusão ao comportamento de Carlota de Queiroz, a única mulher eleita para a Câmara Federal, sua companheira dos tempos da Associação Cristã Feminina, que se retirara do plenário, quando “*a minoria protestava contra o fechamento arbitrário da sede daquela associação*”.⁸⁹

Na série de visitas aos órgãos da imprensa, em plena militância política com o intuito de esvaziar as acusações, Armanda Álvaro Alberto, acompanhada ora por Maria Weneck, ora por Annita Zoe

⁸⁷ “Lutaremos legal ou ilegalmente, mas conscientemente pela emancipação total da mulher brasileira”. *A Pátria*. 26 de julho 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

⁸⁸ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “Uma carta aberta da presidente da União Feminina à deputada paulista”. *A Manhã*. 26 de julho 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda A. Alberto.

⁸⁹ Idem. Armanda referia-se ao fato de que, juntamente com Alexina de Magalhães Pinto e Alba Canizares, dentre outras, Carlota Pereira de Queiroz esteve, como ela mesma, entre as sócias fundadoras da ACF, em 1920, entidade que pretendia prestar assistência às jovens de todas as religiões, em bases cristãs, sem cunho exclusivamente evangélico, inspirada no trabalho de Florence Nightingale, que havia consagrado sua vida aos trabalhos com enfermos. Ali Armanda teve a oportunidade de trabalhar com missionárias americanas que atuavam no Colégio Bennet e Instituto Central do Povo que, posteriormente, colaboraram com a Seção de Cooperação da Família e a Escola Regional de Meriti. A participação na entidade que congregava mulheres, em sua maioria, protestantes, e com finalidades filantrópicas, permitiu a transposição das fronteiras do lar, estabelecimento de rede de amizades, constituindo-se em espaço de atuação socialmente aceito, intermediário entre a tarefa doméstica e a vida social e política. Na ACF, entrou em contato com um modelo de mulher vivido pelas protestantes que enfatizava o cumprimento de deveres sociais, traduzido em atividades ligadas ao cuidado com enfermos, à assistência social e à uma concepção de educação como propulsora das transformações sociais. Via de regra, as escolas protestantes procuravam suplementar a ação governamental visando atender às exigências do processo de modernização da sociedade. O jornal da associação – *Triângulo*

Loretto, Judith Motta e Lucília de Almeida, ora por Eugenia Álvaro Moreyra, Mary Mercio e Catharina Landsberg, desafiava Felinto Müller, chefe da polícia, a provar que uma das dirigentes era comunista. Nada foi encontrado que a compromettesse. Protestando contra esta “*graciosa informação da leviana autoridade*”⁹⁰ exigia que fosse publicada uma nota de desmentido. Em outra entrevista, justificaria o apoio dado por Beatriz Bandeira à Aliança Nacional Libertadora: “*Estando a A.N.L. dentro do nacionalismo de nosso programa, resolvemos apoiá-la contra o integralismo, porque este, como o nazismo e o fascismo, é a negação total dos direitos da mulher*”.⁹¹

Na data prevista para o julgamento do mandado de segurança, as mulheres de Meriti não se omitiram e publicaram um veemente protesto, repudiando o fechamento da associação feminista:

As mulheres trabalhadoras de S. João de Meriti, justamente indignadas pela atitude arbitrária do governo mandando fechar ilegalmente a sede da União Feminina do Brasil vêm trazer pelas colunas do *A Manhã* o seu enérgico protesto contra mais esta violência. Visto considerarem essa associação um órgão de defesa de seus interesses, declaram que haverão de lutar por sua legalidade.⁹²

Mas, protestar, refutar, exigir ou se solidarizar, foram estratégias inúteis, no desenrolar dos acontecimentos.

Em setembro de 1935, *O Globo* publicou matéria na qual o ministro da Justiça afirmava que a União Feminina do Brasil era disfarce do Partido Comunista, tendo sido sua intenção “*desenvol-*

Azul – cuja coleção está reunida na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, na Seção de Periódicos, serviu de instrumento para divulgar a causa nacionalista de combate ao analfabetismo, conclamando as mulheres a se unirem na cruzada cívica e patriótica para acabar com o maior dos males que afligia o país. “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”, título de uma das matérias, dá o tom dos compromissos firmados. Nele, as mulheres foram exortadas para participar da transformação da sociedade através da educação, disseminando a crença de que elas tinham uma importante missão regeneradora.

⁹⁰Idem.

⁹¹ Ver declaração de Armanda Álvaro Alberto ao jornal *O Imparcial*. apud. WERNECK. Maria. *op.cit.* pp. 37-38.

⁹² Cf. *A Manhã*. s/d, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

ver, impunemente, atividade subversiva de acordo com as finalidades indicadas no manifesto de Luiz Carlos Prestes”. Em função disso, o governo determinava o fechamento desse “núcleo da ANL”.⁹³

Nada intimidava o governo que não retrocedeu quando a prisão de algumas líderes teve repercussão na imprensa internacional, como pode ser visto no *New York Times*, em início de 1936:

Duas feministas, alegadamente por trás de um movimento que a polícia caracterizou como um “revolta de mulheres” estavam na cadeia hoje à noite. Uma quinzena após a prisão delas, a polícia ainda está debatendo se irá transferi-las do Rio para o Pedro I, navio-prisão ancorado a algumas milhas da costa. Já que o navio está carregado com centenas de homens acusados pela participação na Rebelião de Novembro.

A maior atenção está centralizada na Sra. Eugenia Álvaro Moreyra, secretária da recentemente dissolvida União Feminista Brasileira. A polícia a acusa de ser comunista.

Também despertando interesse a prisão simultânea da Sra. Rosa Furtado Soares de Meirelles. Seu irmão é Syllo Meirelles, antigo tenente do exército, acusado pelas autoridades federais de liderar a Rebelião Esquerdista de Novembro em Natal, nordeste do Brasil, e ele é um prisioneiro agora.

A senhorita Armanda Álvaro Alberto, proeminente educadora e presidente da União Feminista, foi liberada depois do interrogatório. Ela testemunhou que a União, fechada pela polícia por determinação na Suprema Corte, não teve filiações com a Aliança Libertadora Nacional, fechada pelo presidente Getulio Vargas no último julho como uma sociedade comunista.⁹⁴

Os argumentos jurídicos e políticos não se mostraram convincentes. Mesmo assim, Armanda assinou, também, em agosto de 1935, um manifesto, que bem expressa as avaliações otimistas

⁹³ “Eva agitadora – a União Feminina é um disfarce do Partido Comunista – diz o ministro da Justiça”. *O Globo*. 15 de setembro de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda A. Alberto.

⁹⁴ Cf. “Two Women Being Held”. *New York Times*. 6 de janeiro de 1936. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

que predominavam entre os intelectuais, mesmo com a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade e a União Feminina do Brasil interdita. Juntamente com Edgar Sússekind de Mendonça, José Lins do Rego, Evandro Lins e Silva, Aparício Toreli, Hermes Lima, Jorge de Lima, Álvaro Moreyra e Eugenia Álvaro Moreyra, apoiaram uma reunião de estudantes e jovens intelectuais que seria promovida na sede da Associação Brasileira de Educação para discutir “A Juventude e a Democracia”, no qual, emprestavam a *“solidariedade unânime dos intelectuais brasileiros ainda não estabados, dos que esperam, dos que acreditam – todo o apoio aos moços do Brasil, à sua reunião, à sua realidade”*.⁹⁵

Compartilhava da crença dos intelectuais – que se julgavam na vanguarda, como aqueles que abrem caminho, vão à frente guiando as massas – no poder das palavras e na força dos manifestos como instrumento de luta para inscrever uma ideia, defender ideais, marcar posições, impor uma verdade.

Muitos dos intelectuais signatários deste e de outros manifestos foram, também, vítimas da prisão política, em represália ao apoio ostensivo que deram às mulheres, aos estudantes e aos movimentos grevistas que se intensificaram em novembro de 1935, mesmo desconhecendo que este quadro político seria analisado como propício ao levante liderado por Luiz Carlos Prestes.

O governo, sabedor de que os levantes não teriam sido vitoriosos, nem contado com apoio popular, encaminhou e teve aprovado, no Congresso, o pedido de decretação do estado de sítio em todo o território nacional, justificando que eram movimentos extremistas que visavam subverter a ordem. Iniciava-se uma onda de prisões de líderes políticos, operários, militares, os intelectuais, da qual os educadores não escaparam, como lembrou Paschoal Lemme, pois foram vistos como os *“instigadores de tudo (...) pregavam ideias subversivas”*. Para o governo, eles se valiam *“da cátedra, da Penna e da*

⁹⁵ Ver SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos e SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. *op. cit.* p. 150.

*imprensa para instilarem o comunismo na cabeça não suficientemente amadurecida dos jovens. Eram muito mais perniciosos do que aqueles que combateram?*⁹⁶

Razões não faltavam para Armanda ser cuidadosa na escrita de cartas. Antes mesmo de ser presa, já experimentara o peso da censura muito de perto. Assim que Edgar foi preso, ainda em 1935, o carimbo da censura política dava a dimensão de que as cartas que chegavam ao destinatário teriam leitores não autorizados.

Nas que sobreviveram à censura e à triagem, é possível perceber que a prisão de Edgar, atingiu sua família, amigos, familiares, companheiros de trabalho e alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que desafiando o medo, o autoritarismo, o perigo, escreveram intensamente para ele permitindo assim que suportasse melhor o confinamento.

Enviadas para o navio D. Pedro I, a Casa de Correção e a Casa de Detenção, 125 foram redigidas pelos familiares mais próximos: a mãe, a irmã e o irmão. Quando ainda estava no navio, a entrega da correspondência só se fazia três vezes por semana, como observou seu irmão Carlos: *“Soube por Mandinha que você se queixa de não termos escrito. A razão foi, realmente, ignorarmos que o serviço estivesse regularizado. Já agora irei, um dia sim, um dia não, à Polícia Marítima, pois também a correspondência com vocês só se faz 3 vezes por semana, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}, pela manhã”*⁹⁷ Assim como as cartas, as visitas tinham a periodicidade afetada por reviravoltas políticas, como assinalou sua mãe Anita Sússekind de Mendonça *“Já estava emocionada pensando em quando iria poder abraçá-lo quando surge uma nova proibição: proibição de visitar presos políticos”*⁹⁸

Edgar era um dos professores que foram presos sob a acusação de ser comunista, juntamente com Valério Konder, Hermes Lima e Paschoal Lemme. Assim como no caso de Armanda não existem

⁹⁶ Cf. LEMME, Paschoal. *op.cit.*, pp. 235-236.

⁹⁷ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 20 de dezembro de 1935. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

⁹⁸ Carta de Anita Sússekind de Mendonça, s/d. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

documentos que comprovem sua vinculação com algum partido político. Paschoal Lemme, no entanto, registrou, em suas memórias, que participara de uma reunião na residência de Armanda e Edgar

numa vila, à rua Princesa Isabel, logo à saída do Túnel Novo, para um grupo de pessoas amigas do casal. Vim a saber depois que eram dois dos irmãos Meirelles, Silo e Ilvo, e o capitão Costa Leite, amigos de Edgar, e que somente mais tarde tomei conhecimento que eram companheiros de Prestes, membros do Partido Comunista e que deveriam desempenhar papel importante nos acontecimentos de 1935.⁹⁹

As notícias publicadas na imprensa demonstravam em suas manchetes o agravamento do quadro político: *“Habeas-corpus para os intelectuais marxistas presos no ‘Pedro I’”*; *“Regimen de achincalhes e de infâmias! Todos apontam como comunistas os seus inimigos”*; *“Os acontecimentos e o estado de guerra”*.¹⁰⁰ Nesta última, era veiculada a informação de que sob a presidência do cônego Olympio de Melo, prefeito interino, reunira-se o secretariado em *“sessão secreta”* para tratar de *“lista de funcionários municipais a serem demitidos das funções, em número superior a cem em virtude de suas atividades extremistas”*. Decidiu-se, no âmbito da Secretaria Geral de Educação e Cultura, pela exoneração de Henrique de Almeida Filho, Anísio Teixeira e Edgar Sússekkind de Mendonça.

Antigo colaborador de Anísio Teixeira, Paschoal Lemme considerava que sua própria prisão se devia ao fato de sua aceitação em permanecer no cargo de Superintendente dos Cursos de Continuação e Aperfeiçoamento e Ensino para Adultos, do Serviço de Museu, Rádio e Cinema Educativo, que continuava com Roquette-Pinto à frente, mesmo depois da saída de Anísio do cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal.

No jornal *A Ofensiva*, da Associação Integralista Brasileira, sua nomeação, em janeiro de 1936, desencadeou manifestações de descontentamentos, visto que tinha sido *“o organizador dos célebres cursos*

⁹⁹ LEMME, Paschoal, *op.cit.* p. 218.

¹⁰⁰ Cf *Diário da Noite*. 16 de janeiro de 1936; *O Globo*, s/d.; *Correio da Manhã*. 14 de abril de 1936, respectivamente. (Álbum de recortes de jornais). Arquivo pessoal de Edgar Sússekkind de Mendonça.

‘comunistas’ (sic) do senhor Anísio Teixeira, nos quais pregava abertamente a ideologia de Moscou”,¹⁰¹ o que provocou o primeiro depoimento de Paschoal Lemme na Polícia Central.

A acusação de comunista que atingiu Edgar Sússekind de Mendonça, segundo Hermes Lima¹⁰² - que foi preso na mesma época - em seu livro de memórias, resultava das acusações que Anísio Teixeira vinha sofrendo por parte dos católicos e integralistas que o denunciavam por ter criado um foco esquerdista e comunista no ensino público e, em particular, na Universidade do Distrito Federal (UDF). Para ele, os rótulos de comunista e esquerdista constituíram-se em expressões mágicas que justificavam toda e qualquer repressão para conter tudo aquilo que fosse visto como prejudicial à ordem instituída. A banalização da expressão, obviamente, implicou na prisão mesmo daqueles que não tivessem sobre si mesmos nenhuma acusação particular.

Sobre Edgar¹⁰³ pesava, ainda, o fato de ter sido orador de sessões promovidas pela Aliança Nacional Libertadora, ter presidido o Clube de Cultura Moderna que teve a participação, entre outros, de Aníbal Machado, Jorge Amado, Roquette-Pinto e José Lins do Rêgo e de ter assinado uma série de manifestos contra o avanço do nazifascismo.

A matéria “*Abrem-se as portas dos cárceres*”, publicada em *O Globo*, em 22 de dezembro de 1936, dava por finalizada a permanência dele na prisão.¹⁰⁴

Como os demais professores presos, é bem possível que, assim como Edgar, Armanda desconhecesse o levante, como assegurou seu cunhado Carlos Sússekind de Mendonça, anos depois. Para ele,

¹⁰¹ LEMME, Paschoal. *op. cit.* p. 243.

¹⁰² LIMA, Hermes. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

¹⁰³ A respeito da prisão de Edgar Sússekind de Mendonça, ver MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. “Artesãos da palavra: cartas de um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos”. In: BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos, e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs) *op.cit.* pp. 115-136.

¹⁰⁴ *O Globo*. 15. de setembro de 1935; *O Globo*. 17 de março de 1937; *Diário da Noite*. 16 de março de 1937, respectivamente. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto. A respeito da prisão política de Armanda Álvaro Alberto consultar também: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio.

desavisadamente, na “noite de 26 de novembro, realizou-se no Teatro Municipal, um espetáculo em benefício da Escola Regional de Meriti, onde as famílias de ambos compareceram”. Mesmo com a passagem do tempo, dizia lembrar-se do espanto de Edgar, ao chegar em casa no dia do levante, na hora do almoço, estranhando o atraso dos bondes “Foi entre incrédulo e brincalhão, que repetiste ter ouvido do ‘chaffeur’ que o 3º Regimento de Infantaria do Exército se revoltara na Praia Vermelha”.¹⁰⁵

O mesmo espanto seria provocado em Anísio Teixeira, membro do alto escalão da administração municipal, segundo Paschoal Lemme, na manhã de 27 de novembro. Tendo se encontrado bem cedo com Anísio Teixeira, no prédio onde trabalhavam, no centro do Rio de Janeiro, ficaram estarelecidos diante dos acontecimentos. Registrou, ainda, que procuravam obter informações mais precisas sobre o ocorrido. Preocupado e sabedor da

campanha de ódios e das ameaças que se encanizavam contra Anísio, recomendei ao Andrade, o nosso fiel motorista, nordestino valente, que procurasse proteger o secretário por todas as formas, mesmo que tivesse que utilizar a arma que levava sempre no carro, naqueles dias em que imperava a violência, e o convencesse a voltar para casa. Assim foi feito.¹⁰⁶

Ao sair em busca de mais informações, se deparou com os jornais que em suas manchetes tratavam do ocorrido e publicavam manifesto de Luiz Carlos Prestes explicando as razões da deflagração do movimento armado no Rio de Janeiro.

Hermes Lima, também preso, não teria com o passar do tempo, uma avaliação diferente, sobre os acontecimentos. Mesmo reconhecendo terem sido os comunistas a mola propulsora da reação ao integralismo, em 1935, considerava o levante um “erro sangrento”,¹⁰⁷ que envenenara a vida pública nacional. Acreditaria, ainda, que a perseguição da qual Anísio teria sido vítima não passava de um

¹⁰⁵ SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos e SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. *op.cit* p. 151.

¹⁰⁶ LEMME, Paschoal. *op.cit* p. 224.

¹⁰⁷ LIMA, Hermes. *op.cit* p. 110.

primarismo integralista e cegueira que impediram qualquer iniciativa que fosse julgada prejudicial à ordem instituída.

Em que pese tal desconhecimento, tudo indica que, desde o início do funcionamento, a União Feminina do Brasil contava com o apoio do Partido Comunista. Isto se devia à análise de que cabia ao partido a tarefa de mobilização das massas, por meio da Aliança, dos sindicatos, da constituição de ligas e comitês de trabalhadores do campo, entre a juventude, os militares e as mulheres. Em maio de 1935, entre as resoluções do Plenum do Comitê Central, definiu-se *“ligar esta luta com a luta das mulheres operárias, camponesas, domésticas, comerciantes, bancárias, intelectuais, professoras, funcionárias. etc.”* A tarefa exigia *“formar amplos organismos de mulheres pelas suas reivindicações, pela libertação do Brasil do jugo, imperialista e feudal, pelas liberdades democráticas e na luta contra a guerra”*. Neste sentido, era necessário

Ampliar a União Feminina, fazer incluir mulheres proletárias e trabalhadoras ao lado das intelectuais e dar combatividade a essa organização. Fazer com que as mulheres e organizações femininas adiram à ANL.¹⁰⁸

Certamente, Armanda tinha esperanças de que os amigos de sempre pudessem ajudar de algum modo em sua libertação. Testemunhara que o drama vivido por Edgar tinha sido minimizado por uma rede de solidariedade, construída na escrita e pela escrita, quando as cartas que ele recebia, mais do que estabelecer um elo com o mundo, serviam para amalgamar uma comunidade de remetentes e destinatários estreitando laços de afeto, minimizando a ausência, intercambiando informações, avaliando a conjuntura e definindo estratégias de libertação.

Nas cartas de Carlos Sússekind de Mendonça ao irmão, estava presente a preocupação em identificar na rede de relações aqueles que pudessem colaborar na saída de Edgar da prisão, numa correspondência que representava um pacto de sofrimento. Buscava

¹⁰⁸ Ver VIANNA, Marly. *op. cit.* p. 53.

notícias: “Como vai o estomago? O Isaac Garçon, que foi posto em liberdade disse que você tem tido dores. Mas, ontem, o desembargador Barros Barreto, que esteve aí, nos tranquilizou assegurando que você está bem”.¹⁰⁹ Logo após a detenção, Carlos já envidava esforços para conseguir das autoridades a absolvição “desde o primeiro dia nos empenhamos, vamos procurar ao menos removê-lo para um hospital em terra onde você possa ser corretamente tratado. Nesse sentido, o Dr. Agenor já se entendeu com o próprio ministro Ráo”.¹¹⁰

A esse respeito comentaria depois que, em visita do médico ao ministro, encontrara o Chefe de Polícia e ouvira de Felinto Müller que “em verdade ‘nada havia contra v. que o autorizasse a incluir seu nome no processo’, mas que quanto a soltar v. não podia prometer por enquanto”.¹¹¹ Em fevereiro de 1936, informava que ele havia escrito para Assis Brasil e a mãe para Borges de Medeiros, conversara pessoalmente com o Procurador Geral do Distrito Federal e o Procurador dos Feitos da Saúde Pública em busca de uma solução, solução essa que era constantemente adiada em função do acirramento do cerco sobre os “revolucionários de 35”.¹¹² Restava requerer a transferência de Edgar do “navio que viaja parado” para a Casa de Detenção. Filinto Müller não colocou objeção “desde que o diretor da Detenção informasse ser possível o alojamento de mais um preso político nas galerias superlotadas do estabelecimento”.¹¹³

No quadro político de repressão generalizada e crescente, a rede se ampliava. Além das autoridades, dos que tinham prestígio com os ocupantes do poder, amigos da política ou da profissão eram contatados para ajudarem na solução de vários impasses especial-

¹⁰⁹ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 25 de dezembro de 1935. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹⁰ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 30 de dezembro de 1935. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹¹ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 12 de março de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹² Ver VIANA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

¹¹³ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. Abril de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

mente de ordem financeira, uma vez que com as faltas ao trabalho os proventos tinham sido suspensos e pairava a ameaça de perder os empregos por abandono não justificado:

No Geológico é que é preciso agir com urgência. O Mathias recomenda que você passe uma procuração (pode ser passada diretamente ao Jacobina) pois do contrário, os vencimentos caem em exercícios findos. Isso tem que ser feito logo, sem demora. Também é necessário que você escreva, em ofício ao Euzébio, comunicando que não tem comparecido ao serviço por estar detido no Pedro I desde 4 de dezembro. Mande o ofício dirigido a mim que o entregarei em mãos. Idêntica comunicação deve ser feita ao Lourenço Filho, a quem também entregarei.¹¹⁴

O irmão de Edgar cuidava da hipoteca e aluguel da casa, do recebimento dos vencimentos, da retirada de exemplares de livros da editora para colocá-los à venda, da penhora da radiola, enfim tomava providências para sanar compromissos financeiros. Ao mesmo tempo, dava notícias sobre a recepção, entre os meios intelectuais e profissionais, do livro de Edgar que acabara de ser lançado: *“O seu livro de Desenho já saiu! Estive com o Fernando de Azevedo que me deu a notícia e disse que tinha ficado lindo! Acrescentou, mesmo, que não conhece em qualquer outra língua nenhum outro trabalho tão completo sobre o assunto. Ontem tivemos ocasião de recebê-lo. Está de fato, admirável, sob todos os aspectos”*,¹¹⁵ o que deve ter dado um pouco de felicidade, uma vez que a possibilidade de viabilizar uma reforma na rede de ensino representada por Azevedo, levou Edgar a assumir a direção de escolas, participar de comissões, escrever programas de disciplinas, assumir cursos de férias.¹¹⁶ Empenho tão grande que o fez descuidar-se de suas atividades de editor, levando-o à falência.

¹¹⁴ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 30 de dezembro de 1935. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹⁵ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 20 de dezembro de 1935. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹⁶ Ver SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos e SÚSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. de. *op. cit.* p. 122.

Apanhar o livro na editora, distribuí-lo com os amigos e pedir críticas para que fossem publicadas na imprensa, constituíam possivelmente uma estratégia que ia além de resolver questões financeiras, colocando em evidência o trabalho intelectual que Edgar realizava junto aos meios educacionais:

O Lourenço, com as novas funções, está quase invisível. Não tenho, portanto, podido pedir a ele que escreva sobre o livro. Já mandei pedir ao Bertrando, da Editora, mais 10 exemplares para distribuição a quem escreva. Ainda não os recebi. Já estão, porém falados o Frota, o Toniquinho (Figueira) e o José Rangel.¹¹⁷

As notícias veiculadas na imprensa sobre o livro também eram motivo de comentários: “*Soube, aliás, que além do ‘Jornal do Brasil’ a que você se refere, na carta do dia 8, saiu outra notícia muito elogiosa no ‘Fon Fon’ ou na ‘Revista da Semana’ não souberam precisar*”.¹¹⁸

As notícias dos amigos visavam, de um lado, acalmar Edgar; e de outro, evidenciar que não o haviam abandonado. Em carta escrita em 12 de janeiro de 1936, informava que Lourenço Filho havia sido nomeado Diretor da Educação Nacional e que Francisco Venâncio Filho viajara para a Europa. Em outra, dizia que o Oswaldo Pereira tinha cartas de diversas alunas e um livro para mandar no “*gênero lobatiano de iniciação ao Rádio*”.¹¹⁹ Conta que, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, os colegas professores se interessavam pelo seu caso. Nereu Sampaio pretendia fazer um abaixo-assinado em favor de Edgar com cerca de “600 firmas” mas que não julgou prudente, cautela que, com o passar do tempo, se justificou. Em maio daquele ano, alguns professores seriam surpreendidos pelo inquérito instaurado sobre as atividades comunistas na instituição, quando vários deles foram denunciados, dentre os quais, o próprio

¹¹⁷ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 06 de março de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹⁸ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 12 de março de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹¹⁹ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. s/d. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

Nereu Sampaio, Raja Gabaglia, Afrânio Peixoto, Júlio Cesar de Mello e Souza (Malba Tahan), Osvaldo Pereira, Murillo Braga, Moysés Gikovate, Manoel Castello Branco Villaça, e a professoras Josefa Rossi Magalhães, Aúrea e Lygia Lemme e Edith Gomes da Rocha,¹²⁰ dentre outros.

A ampla rede de amigos não era suficiente para dar fim à situação:

Não tenho amigos na Polícia, como v. supõe. Tenho-os na Justiça. Tenho-os no governo. E de uns e de outros não me posso queixar porque têm sido incansáveis e se mais prontamente não conseguem o que prometeram será por tudo, menos pelo descaso ou pelo desfalecimento que experimentam nos seus esforços.¹²¹

Em outro momento, comentava, a solidariedade de todos os amigos, entre os quais

Tanto o Lourenço como o Britto, não menos que o Nereu se têm mostrado interessadíssimos pela sua sorte. E posso lhe assegurar que esse interesse não tem sido meramente platônico.¹²²

Mesmo com poucas cartas e com a ameaça permanente de prisão rondando todos,¹²³ Francisco Venâncio Filho, Frota Pessoa e Lourenço Filho, escreveram na imprensa sobre o livro de Desenho de Edgar desafiando a cautela que o bom senso poderia sugerir. Isso talvez ajude a explicar as razões pelas quais os pioneiros mesmo tendo diferentes posicionamentos, sempre procuraram falar do que os unia silenciando sobre o que os diferenciava.¹²⁴ Em diversas estações da vida partilharam sonhos, projetos, decepções e dores

¹²⁰ Ver NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.

¹²¹ Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 12 de janeiro de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹²² Carta de Carlos Sússekind de Mendonça para Edgar Sússekind de Mendonça. 12 de fevereiro de 1936. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹²³ Sobre o inquérito administrativo motivado pela acusação de comunistas que atingiu os colegas de Edgar Sússekind de Mendonça que atuavam no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, consultar NUNES, Clarice. *op.cit.* PIMENTA, Jussara. *Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco* In: NEVES, Margarida de Souza, LÔBO, Yolanda Lima e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cecília Meireles: a poética da educação*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio: Loyola. 2001. pp. 105-120.

¹²⁴ Ver BRANDÃO, Zaia. *op.cit.*

tanto da esfera pública quanto da esfera privada.¹²⁵ Edgar esteve preso, mas seus familiares e amigos também: foram prisioneiros de uma rede de ideias e afetos.¹²⁶

Do amigo Francisco Venâncio Filho com quem havia participado desde a juventude de vários projetos – o Grêmio Euclides da Cunha, A Escola Regional de Meriti, a Associação Brasileira de Educação, entre outras – há “*um bilhete de saudades*” datado de abril de 1936, encaminhado junto com um livro. Dava breves notícias das reuniões culturais no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e avisava que, em breve, enviaria outro livro sobre aviação para Edgar traduzir. De Gustavo Lessa, companheiro da Associação Brasileira de Educação, encontra-se um cartão de visita, sem data, informando que, pela segunda vez, tentava visitá-lo mas que não tinha sido possível. Um cartão da Livraria Botelho, com assinatura ilegível, datado 1936-1937, tenta tratar com humor a situação: “*Votos de felicidades dos amigos Hitler e Mussolini*”, numa alusão ao avanço do nazifascismo que Edgar tanto havia denunciado e combatido publicamente.

Ter testemunhado a rede de solidariedade, quando Edgar estava preso e ela ainda usufruía da liberdade, talvez tenha contribuído para que Armanda se desse conta de que as diferenças entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros, eram muito menores do que aquilo que os unia.

Sonhava, provavelmente, em contar com o apoio daqueles com os quais participara do debate e da definição dos rumos da educação, especialmente a partir da Associação Brasileira de Educação, entidade da qual fora sócia fundadora, juntamente com

¹²⁵ A esse respeito, ver a correspondência de Anísio Teixeira com Fernando de Azevedo. VIDAL, Diana Gonçalves. (org) *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista:/Edusf, 2000. Na apresentação feita por Clarice Nunes, ela chama a atenção para o fato de que os educadores da geração de 1930 partilharam utopias mas também seus dramas pessoais e existenciais.

¹²⁶ A noção de ideias e afetos foi aqui tomada na perspectiva posta por BOSI, Alfredo. “História de um encontro (1)”. *Ideias/Jornal do Brasil*, 24 d agosto de 1996, p. 7.

Edgar Süssekind de Mendonça, Heitor Lyra, Francisco Venâncio Filho, em 1924.

O isolamento permitia voltar-se para si mesma, efetuar um balanço do vivido. Lembrava-se, provavelmente, que, no interior da entidade que pretendia ser uma obra cívica capaz de congregar a sociedade em torno da causa educacional, participara ativamente do debate, liderando a produção e difusão de recomendações e prescrições relativas às práticas de leituras infantis na escola e na família, na medida em que produziu um discurso especializado.

Desde 1925, um ano após a criação da Associação Brasileira de Educação, constituiu a Seção de Cooperação da Família composta por mulheres que atuavam no magistério da rede particular e pública, protestantes e católicas, militantes de associações femininas e feministas. Em sintonia com a orientação geral da entidade, procurou aglutinar diferentes correntes de opinião em torno da causa da educação nacional com a finalidade de incorporar contribuições diversificadas, experimentar novas ideias, diluir orientações de cunho religioso e político.

Mas, enquanto o Conselho Diretor da entidade debatia seus estatutos, definia princípios, elegia prioridades, na Seção de Cooperação da Família foram estabelecidos os pontos programáticos, delineando as ideias que contribuiriam para chamar a atenção para a causa educacional. Com as integrantes desta Seção – Laura Jacobina Lacombe, Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, Corina Barreiros, Miss Eva Hyde, Miss King, entre outras, – se valeu de várias estratégias para se aproximar das ideias educacionais estrangeiras: livros, jornais, revistas, prospectos, onde se destacavam as publicações que vinham da *Parents Teacher Association*, dos Estados Unidos e da *Ligue pour l'Education Familiale* da Bélgica, além de correspondências com professores. Em nome dos direitos das crianças ampliaram a questão educacional para além da escola,

formulando propostas para as famílias e a cidade, buscando moldar o futuro do país.¹²⁷

Inicialmente, a Seção de Cooperação da Família foi criada com a finalidade de esclarecer pais, mães e professores sobre questões relativas à formação das individualidades, de forma a assegurar uma ação harmônica; promover a organização de Círculo de Pais e Professores nas escolas; sugerir reuniões de pais e professores nas escolas para trocar informações e impressões; indicar a franquia das famílias às aulas; estimular cursos de educação familiar; e solicitar às associações religiosas que promovessem divulgação de *“manuais práticos de educação familiar, que deverão ser distribuídos a todo casal em seguida à celebração do casamento”*,¹²⁸ a exemplo do que acontecia na Bélgica. A partir do segundo ano de funcionamento começou-se a definir a centralidade que a leitura desempenharia não só neste como nos anos seguintes. Em 1926, o leitor infantil não escapava do autor, do livreiro-editor, da propaganda, dos bibliotecários e dos próprios educadores.

Ali, tornara-se interlocutora privilegiada no âmbito da própria entidade ao interferir nas discussões acerca dos destinos da infância brasileira. As proposições a respeito do que, como, onde e porque ler tiveram como alvo os intermediários das leituras – os pais, os professores e os bibliotecários; os agentes do mercado editorial – autores, editores, tradutores, ilustradores; e, o poder público.¹²⁹

Promover um movimento de opinião capaz de reverter o panorama da literatura para crianças e adolescentes no país foi a tarefa que mobilizou de forma especial a Seção de Cooperação

¹²⁷ Cf. CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde nacional e forma cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação – ABE (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

¹²⁸ Conforme Ata da Seção de Cooperação da Família que definiu as suas atividades, em 8 de agosto de 1925. Arquivo da Associação Brasileira de Educação.

¹²⁹ Ver atas, matérias de jornais da referida seção e textos escritos por Armanda Álvaro Alberto sobre o tema.

da Família. Do inventário das leituras prediletas à definição de leituras recomendáveis, no entanto, um longo caminho fora percorrido. O combate à falta de leitura, aos maus livros e a ausência de sua difusão foi uma questão crucial para a “intelligentsia educacional” dessa geração. O esforço pela escolarização de massas não prescindiu da formação do leitor na medida em que esta deixava de ser vista como simples instrução e a educação pretendida não se restringiria mais à alfabetização.

À escola, à nova escola, caberia formar o homem novo, construtor do mundo novo, de um país moderno, tarefa esta que não poderia prescindir de “*outras instituições sociais aparelhadas de todos os recursos para estender e fecundar a sua ação na solidariedade com o meio social, centro de criação, atração e irradiação de todas as atividades educativas*” como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹³⁰ explicitaria ao definir a função e limites da escola.

Liderou, ainda, a discussão, implantação e divulgação dos Círculos de Pais e Professores, campanhas contra o sensacionalismo da imprensa, a favor da censura aos filmes destinados às crianças e a promoção de conferências, inquéritos, produção de listas de livros e exposições, que propiciaram a produção e circulação de uma série de recomendações e prescrições sobre a leitura infantil. As práticas levadas a efeito se inscreviam na finalidade maior da entidade de promover a difusão e aperfeiçoamento da educação, forjando modelos de conduta e padrões para os costumes numa perspectiva moralizadora.

Na ABE, à frente de atividades ligadas à proposição de uma política editorial e de bibliotecas voltadas para as crianças, Armanda Álvaro Alberto, assim como as mulheres de sua geração reunidas na entidade se engajaram no projeto coletivo de despertar as elites

¹³⁰ Ver *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: ao povo e ao governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 72.

para a grande causa da educação nacional. Expandiram a ação política por vias distintas. A partir de outros temas, estratégias e redes de sociabilidade participaram, na cena pública, do debate que visava difundir as novas concepções acerca da educação e, da escola nova, em particular.

Desta forma, partilharam a defesa em favor da ampliação das oportunidades educacionais, aperfeiçoamento dos quadros técnicos, na ambiciosa proposta de reforma social através da educação. O discurso sobre os livros e as práticas de leitura por elas produzido fez parte da proposta de reforma moral e intelectual que perpassava a entidade e o projeto dos educadores pioneiros¹³¹. Assumindo o papel de guardiãs do futuro, zelosas para estenderem os benefícios do progresso, interpretaram parte delicada da difícil *“arte de amar as crianças”*¹³² e que Armanda assim definiu: *“Uma só condição é exigida a quem toma a si a tarefa de ensinar: gostar, gostar muito de crianças e de livros”*.¹³³

As estratégias adotadas visando à implantação dos Círculos de Pais e Professores, nas escolas do Distrito Federal, durante a gestão de Carneiro Leão na Diretoria da Instrução Pública, resultaram, posteriormente, no apoio de Fernando de Azevedo, em momento no qual ele enfrentava fortes resistências às mudanças que pretendia efetuar. Contou também com o apoio de Anísio Teixeira, na capital da República, quando ele estimulou a criação de bibliotecas escolares e infantis, indicando inclusive Cecília Meireles, para a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco.

A esperança que Armanda Álvaro Alberto provavelmente nutria de contar com o apoio dos amigos tinha como fundamento, além da solidariedade prestada a Edgar, o fato de que, desde o

¹³¹ Ver CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *op.cit.*

¹³² Para Venâncio Filho, a consciência do dever para com as crianças tomava formas concretas, evidenciando-se a necessidade de conhecê-la, protegê-la, educá-la. Essa forma de amar as crianças traduzia-se cotidianamente na atenção dada à escolarização, à escolha de brinquedos, aos filmes e às leituras.

¹³³ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1948, Publicado, também, *In*: MORAES, Dalva Lazaroni, 1978, p.130.

lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* – documento liderado por Fernando de Azevedo, que encerrava um programa político em favor da escola pública, gratuita, universal e laica – o grupo demonstrara sua união, articulando-se sempre em defesa da democratização e modernização do ensino em oposição às forças conservadoras católicas.

No Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, juntamente com Edgar e Francisco Venâncio Filho, se posicionara, desde a criação da entidade, estrategicamente em favor da neutralidade da entidade em questões religiosas e partidárias. Pretendiam assim preservar a unidade que permitiria ampliar a ação política no debate educacional. Defenderam o ensino público, laico e a coeducação, e, em momentos de radicalização ideológica, permaneceram ao lado daqueles que, diferentemente dos católicos, lutaram por uma escola que acompanhasse as mudanças, se adaptasse às novas exigências, independente de doutrinas, valores e verdades.

Desde o início, a questão religiosa tinha permeado os debates no interior da ABE. Armanda Álvaro Alberto, Edgar Süsskind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, encontraram sempre argumentos para impedir a catolicização das propostas. Barraram sistematicamente todas as propostas nesta direção, desde as missas comemorativas até a inserção do ensino religioso nos currículos, convencidos que a educação moral deveria ser livre de doutrinas religiosas.¹³⁴

Rejeitaram, também, sistematicamente, todas as tentativas de partidarização da entidade. Essa posição não significava despolitização, pois em várias oportunidades o casal se manifestou em favor do Partido Comunista. Minoritários no Conselho Diretor, a estratégia visava impedir que a ABE se posicionasse ao lado de partidos políticos que defendiam os interesses da burguesia.¹³⁵

¹³⁴ Ver análise dos primeiros anos da Associação Brasileira de Educação elaborada por CARVALHO, Marta Chagas de. *op.cit.*

¹³⁵ *Idem.*

Em 1932, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Educação, o sonho de construir uma entidade capaz de abrigar todas as correntes de opinião, em favor da causa cívica de combate à indiferença das elites sobre as questões educacionais, começou a desmoronar. Com a possibilidade de traçar um plano nacional de educação, como foi interpretado pelo grupo mais progressista da entidade, o sentido das mudanças foi se explicitando.

Enquanto os pioneiros defenderam que cabia ao poder público assumir e assegurar a todos o direito à educação, os católicos não aceitavam que a Igreja e a família se submetessem ao Estado. Divergiam, também, da coeducação como um direito que permitiria a igualdade de oportunidades entre os sexos porque consideravam prejudicial à identidade sexual. O pomo da discórdia, no entanto, era o ensino religioso nas escolas. Os pioneiros lutaram contra esta ideia enquanto os católicos criticavam a escola laica alegando que a pedagogia cristã tinha sido formadora da nacionalidade.¹³⁶

As diferenças entre os dois grupos que conviviam no interior da entidade, até então contornadas, ampliaram-se naquele momento em que vislumbravam a possibilidade de influir na Assembleia Nacional Constituinte, o que acirrou o conflito entre os dois grupos. Deixara, assim, de prevalecer a ideia de que a ABE seria a instituição capaz de formular o projeto educacional para o país.

A divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, criticado por representar “*ditadura pedagógica*”, “*absolutismo pedagógico*” ou “*pedagogia comunista*”, acirrou os conflitos.¹³⁷ A saída do grupo católico da ABE dividiu os educadores, enfraqueceu a entidade. A posição marxista de Armanda e Edgar, a ênfase com a qual

¹³⁶ Ver HORTA, Silvério Bahia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

¹³⁷ Cf. análise de XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. Sobre o debate entre católicos e pioneiros, consultar CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. Católicos e pioneiros. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

faziam oposição à partidização da entidade, os apoios que prestaram ao Partido Comunista, a declaração de que eram marxistas, fez deles um alvo constante de críticas.

O posicionamento marxista de Armanda e Edgar gerou uma série de desdobramentos quando o grupo católico se retirou da entidade e fundou a Associação de Educadores Católicos. O grupo que se retirava da entidade que ajudara a fundar não se limitou a lutar pelo ensino religioso. Na luta política que envolveu acusações de parte a parte, sobre a ABE pesava a de que era “*uma chancela de homens de governo*”, “*um foco de anticatolicismo*” e “*um foco de comunismo*”, o que obrigou o Conselho Diretor a divulgar uma carta aberta aos sócios, reafirmando a “*neutralidade política e religiosa*” sobre as quais havia se edificado.¹³⁸

Refutando um a um os argumentos, afirmaram que tanto Anísio Teixeira como Belisário Penna ocupavam cargos públicos de destaque e, na entidade, por terem conquistado credibilidade nos meios educacionais, em função das ideias renovadoras que defendiam. No que se referia ao anticatolicismo, mesmo os membros da entidade que assumiam publicamente a posição, nunca levaram o tema para dentro do Conselho Diretor, de modo a preservar a neutralidade. Para a última acusação que tinha como objetivo atingir Armanda e Edgar, o documento lembrava que ela não se justificava, pois de todos os 44 membros que integravam a Direção, o Conselho Diretor e as Seções da entidade, apenas dois se manifestaram publicamente pelas teorias marxistas, mas ressaltava-se que, nem uma só vez eles procuraram provocar da associação um pronunciamento em favor de suas ideias. Note-se o seguinte: figuram entre os fundadores da ABE, eram dos mais íntimos amigos de Heitor Lyra da Silva, e, mais ainda, sempre receberam, na vida associativa, provas da maior consideração e apreço por parte dos

¹³⁸ “A Associação Brasileira de Educação – Carta aberta aos sócios”. Panfleto publicado também em *A Pátria*. 20.1.1933. s/p. Arquivo pessoal Edgar Sússekind de Mendonça.

chefes do grupo dissidente, isto é, por parte dos nossos acusadores atuais, bem como parte de toda a Associação.¹³⁹

A expectativa de contar com a solidariedade daqueles que faziam parte da sua rede de ideias e afetos se justificava ainda, porque, já contara com o apoio dos intelectuais de esquerda, quando retornou ao Rio de Janeiro, vinda de Fortaleza, em 1934, onde se realizou a 6ª Conferência Nacional de Educação, cidade onde o integralismo era forte, e que foi cenário de um conflito entre Edgar Sússekind de Mendonça e os professores favoráveis à aprovação do ensino religioso nas escolas.

A questão de ordem levantada por Edgar para impedir a votação, já que se tratava de uma moção individual que, regimentalmente, não poderia ser votada em plenária, permitiu que a tensão tomasse conta do ambiente, ao ser acatada pela mesa diretora, na medida em que Dom Xavier de Mattos declarou bem alto que o representante carioca era comunista. Entre

gritos e protestos, levantam-se delegados, ouvem-se morras ao comunismo e vivas ao catolicismo. (...) Encerrada a reunião, continua a confusão, bate bocas violentos. A atitude do padre Helder Camara, de Moreira de Souza e outros congressistas, consegue acalmar o recinto”.¹⁴⁰

A proximidade da votação da Constituição, favorecia a ampliação do embate com os católicos, com os ânimos muito exaltados. O episódio que poderia ter se encerrado no plenário teve desdobramentos. Edgar foi vítima de uma tentativa de agressão num restaurante, após o encerramento da sessão. Pouco depois, houve um tiroteio em frente ao café onde se encontrava, que não

¹³⁹ Idem. Na nota, que era um apelo à unidade, uma tentativa de manter os sócios, lembrava-se que a associação era um bem coletivo, um patrimônio de muitos esforços. Na Constituição de 1934, Armanda e Edgar foram parcialmente derrotados, uma vez que ela consagrou a educação como direito de todos, a necessidade de um plano nacional de educação, estipulou os gastos da União, estados e municípios, mas estabeleceu que o ensino religioso seria voluntário.

¹⁴⁰ “VI Congresso Nacional de Educação”. *Correio do Ceará*. 8 de fevereiro de 1934. s/p. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

teve vítimas, mas que ganhou registro policial com repercussão na imprensa local e nacional.¹⁴¹ As manchetes das notícias publicadas davam o tom da polêmica que se instaura: “Provoca tumultos a proposta de ensino religioso obrigatório”, “O estandarte rubro da Escola Normal Pedro II”, “Vitalidade católica”, “A covardíssima agressão ao Dr. Sússekind de Mendonça”, “Consequências da exaltação religiosa”, “Agressão a um ministro do congresso de educação”, “Relembrando uma cena de vandalismo clerical” e “Que a lição nos aproveite”.

A imprensa cearense se dividiu. De um lado ficaram os “*ministros de Deus*”, de outro, os “*arautos de Moscou*”.¹⁴² Os intelectuais cearenses das correntes laicistas e de livre pensamento, promoveram reuniões de homenagem aos correligionários cariocas. Edgar recebeu o apoio de partidos políticos, de jornais, da maçonaria e de estudantes da Faculdade de Direito que se congratularam pelo gesto revolucionário.

Antes do retorno ao Rio de Janeiro, Armanda e Edgar visitaram redações de jornais, agradeceram o apoio e a solidariedade. Mas, *O Nordeste*, publicou “Bons ventos os levem... e os conservem por lá mesmo”:

O ilustrado casal comunista que, anteontem, nos deixou as plagas para talvez não mais a elas retornar tem em mãos grande parcela de responsabilidade no ensino do país. E diz-se ainda que o comunismo não encontra, no Brasil, clima propício e, por isso, não devemos temê-lo. Enganam-se redondamente os que assim pensam. O que houve, de último, como o definiu, magistralmente, Tristão de Athayde, foi nova tática de ação da parte destes demolidores modernos. Deixaram as tentativas no terreno da violência e blandiciosamente se enveredaram pela instrução. E dela quase que já tomaram conta, lá pela capital federal. Basta dizer que a figura de prola, de cultura polimorfa, como o é, de fato, Alceu Amoroso Lima, viu-se, outro dia, desclassificado, em concurso no Rio. Isso é de revoltar os

¹⁴¹ Inúmeras matérias publicadas em jornais sobre este episódio estão guardadas no Álbum de recortes do arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹⁴² *O Nordeste*. 16 de fevereiro de 1934. s/p. Arquivo pessoal de Edgar S. Mendonça.

espíritos mais frios. E tristeza deveras os deve despertar saber que o casal – Armanda Álvaro Alberto-Edgar Sússekkind de Mendonça – declarados defensores de ideias subversivas – enfeixam apenasmente as elevadas profissões educacionais que seguem abaixo. Damos-lhe retiradas de ‘O Povo’, as atribuições no alto magistério no sul. A professora Armanda Álvaro Alberto é presidente da Associação Brasileira de Educação (Distrito Federal), fundadora e diretora da Escola Regional de Meriti (E. do Rio), presidente da Seção de Educação de Adultos da ABE (Nacional), membro da Comissão de Censura Cinematográfica do Ministério da Educação e delegada da ABE E o Sr Sússekkind é presidente da Seção de Ensino Profissional da ABE (Distrito Federal), membro do Conselho Diretor da ABE (Nacional), delegado do Distrito Federal, professor de ciências no Inst. de Educação (Escola Normal), do Distrito Federal, Assistente de Paleontologia do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil (Ministério da Agricultura).

Ora, francamente, depois disso, que é tão eloquente, ainda se propalala, por aí afora, que no Brasil os elementos oficiais acudiam seriamente de impedir a vitória do comunismo. Que pilhéria de espíritos irrequietos! Que pândegos!¹⁴³

A Associação Brasileira de Imprensa aprovou moção de protesto contra a agressão sofrida. Intelectuais promoveram uma recepção e uma reunião em desagravo.¹⁴⁴ Edgard de Castro Rebello, Nise da Silveira, Abrahão Ackerman, Leônidas de Rezende, entre outros, assinaram uma convocação para hipotecar solidariedade e discutir uma ação em favor da liberdade. No Liceu de Artes e Ofícios foi fundada a Liga de Defesa das Liberdades, presidida por Joaquim Pimenta, Maurício Medeiros e Hermes Lima, visando congregar a sociedade num “*movimento de ação e de cultura contra o clericalismo e o fascismo*”.¹⁴⁵ O Instituto de Educação divulgou a

¹⁴³ “Bons ventos os levem ... e os conservem por lá mesmo”. *O Nordeste*. 16 de fevereiro de 1934. s/p. Arquivo pessoal de Edgar Sússekkind de Mendonça.

¹⁴⁴ “A ABI e o incidente ocorrido com o senhor Sússekkind de Mendonça”. *Correio da Manhã*. 28.2. 1934. s/p. Arquivo pessoal de Edgar Sússekkind de Mendonça.

¹⁴⁵ “Liberdade e cultura”. *A Pátria*. 22 de fevereiro de 1934. Arquivo de Edgar S. Mendonça.

promoção de reuniões culturais para comemorar o retorno do professor que havia participado com “*independência e brilhantismo*”.¹⁴⁶

A Associação Brasileira de Educação não se manifestou publicamente sobre o episódio. Amargava uma irreparável cisão. Via crescer a Associação de Educadores Católicos.

Na prisão, aguardando julgamento, as esperanças de Armanda Álvaro Alberto encontraram eco. Os amigos, mais uma vez, não faltaram. Os laços construídos ao longo da vida lhe permitiram contar com Belisário Penna, Roquette-Pinto e Gustavo Lessa que se dispuseram a emprestar o reconhecido prestígio para depor a seu favor, o que não foi necessário porque, na ausência de testemunhas de acusação, o advogado deixou de apresentar os de defesa.

Mais uma vez, o médico Belisário Penna com quem mantinha uma amizade de longa data, e que desde o início colaborou com a Escola Regional de Meriti, pois considerava que aquela escola, sob a égide de preceitos higienistas, poderia servir de antídoto à pauperização da infância, subvertendo as condições de vida da população, como postulavam os médicos, professores e outros profissionais, em diversas regiões do mundo, não faltou.¹⁴⁷ Admirava bastante a educadora e partira, inclusive, dele, quando ocupara interinamente o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública, em 1931, o convite para que Armanda, integrasse a Comissão de Intercâmbio Intelectual Brasil-Uruguai, – em cumprimento do decreto presidencial que regulamentava a execução do convênio assinado entre os dois países, com a finalidade de promover, anualmente, “*o intercâmbio de professores e alunos ou qualquer outro ato de aproximação espiritual entre estes dois países*”.¹⁴⁸

¹⁴⁶ “Ensino Municipal”. *Jornal do Brasil*. março de 1934 (?), s/p. Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

¹⁴⁷ Ver TERRÓN BAÑUELOS, Aida. “*La higiene escolar: um campo de conocimiento disputado*”. In: *Áreas: Revista de Ciências Sociales. Higienismo y Educación (ss.XVIII-XX)*. 2000, pp. 73-94.

¹⁴⁸ Sobre esta missão de intercâmbio, consultar MIGNOT, Ana C. V. “Viajar para legitimar: Armanda Álvaro Alberto na Comissão de Intercâmbio Intelectual Brasil-Uruguai (1931)” In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 22, 2010. (prelo) BrasDecreto assinado por Getúlio Vargas, A. de Mello e Franco e Francisco Campos, em 16 de junho de 1931.

Contou, ainda, com Roquette-Pinto, igualmente signatário do Manifesto dos Pioneiros, de quem sempre tivera apoio em sua escola, e, em especial, na festa que, em 1926, visava arrecadar fundos para a construção da nova sede, e com Gustavo Lessa, um dos muitos amigos que lhe estimulou a prosseguir, quando pensava até em desistir diante das dificuldades que enfrentava na escola, e que escreveu um cartão de congratulações que seria para sempre guardado: “*O seu artigo trouxe luz e alegria para um domingo que de outra forma seria insípido. Há muito tempo não leio nada na literatura do país que me tenha causado uma impressão tão agradável*”.

Por ocasião do julgamento, em plena radicalização ideológica, a imprensa publicava em suas manchetes: “Mulheres na rebelião vermelha”, “Eva no Tribunal de Segurança”, “Iniciada a formação de culpa das mulheres comunistas”, que davam conta de que o ineditismo do caso atraía um grande número de curiosos.

Em meio a forte aparato policial, somente em 28 de julho de 1937, foram julgados os indiciados “*por excesso de prazo para a formação de culpa*”, conforme noticiou *O Jornal*, no dia seguinte, em “O julgamento dos corrêus da intentona vermelha”: proibição de trânsito de veículos na rua, policiamento ostensivo, investigadores armados, agentes da polícia especial, e sem a presença dos acusados que já estavam soltos.

Armanda ficou entre os 35 absolvidos neste julgamento que condenou 26 corrêus do processo. Com outras mulheres envolvidas na “*trama revolucionária*” e acusadas de extremistas – Maria Werneck e Valentina Barbosa – estava, finalmente, isenta de culpa, o que não impediu que continuassem sendo vistas como “*agitadoras inveteradas*” e “*inimigas do regime*”, como assinalou *A Vanguarda*, ao esclarecer que havia sido apreciado apenas o grau de culpabilidade dos acusados, em face das provas dos autos:

Assim, a absolvição de ontem, proclamada nos termos em que foi, não se refere de modo algum à confirmação ou negação do credo professado pelos indiciados, que não constituem nem poderia constituir objeto de

deliberação do Tribunal, chamado a julgar, como dissemos, os acusados, de participação no levante extremista que enlutou o país no fim de 1935. Assim, as absolvições não retiram dos absolvidos, sua condição de agitadores inveterados e de inimigos do regime.¹⁴⁹

Armanda não mais escreveria e receberia, na prisão, as cartas que amenizavam as incertezas e a solidão, naqueles tempos de exílio da vida. Um mês antes do julgamento, em 16 de junho de 1937, enquanto aguardava o veredicto, fora posta em liberdade.

A saída da prisão representou um difícil recomeço. Os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova estavam dispersos: Anísio Teixeira, recolhido ao interior da Bahia, onde se exilou, por longo tempo; Edgar Sússekind de Mendonça afastado do serviço público, em função do processo do qual tinha sido vítima; Cecília Meireles, sofrendo, em setembro de 1937, censura ao livro *As aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain, existente na Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco, por ela dirigida, gerando seu afastamento do cargo, Paschoal Lemme e Hermes Lima, presos e aguardando julgamento.¹⁵⁰ O período das grandes realizações conjuntas tinha desaparecido.

A Escola Regional de Meriti representou para a educadora um refúgio, uma possibilidade de interferir no mundo, ainda que de modo mais tímido. Até 1945, quando a sociedade civil começa a se organizar, sua manifestação pública se resume à divulgação pela imprensa de alguns relatórios anuais da escola que, antes enviados

¹⁴⁹ “Os julgamentos de ontem no TSN”. A *Vanguarda*. 29 de julho de 1937. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

¹⁵⁰ Para melhor compreender a atuação destes educadores, neste período, consultar VIANA, Aurélio e FRAIZ, Priscilla (orgs). *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985; VIDAL, Diana. “Edgar Sússekind de Mendonça”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs). *Dicionário de Educadores no Brasil*: da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002, pp. 285-290, e PIMENTA, Jussara. “Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco” In: NEVES, Margarida de Souza, LOBO, Yolanda e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs). *op.cit.* pp. 105-120 e LEMME, Pachoal. (1988) *op.cit.*

aos colaboradores, servem, a partir de então, de pretexto para que expusesse seus pontos de vista, assegurando visibilidade à sua obra educativa – que já havia sido divulgada em livros escritos por educadores como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carlos Delgado de Carvalho, Afrânio Peixoto e por Adolph Ferrière, em *Transformons l'école* publicado na Suíça, onde registra sua viagem ao Brasil¹⁵¹ – o que mereceu de Carlos Drummond de Andrade, uma crônica, publicada na *Folha Carioca*:

¹⁵¹ Refiro-me, aqui, particularmente ao livro *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*, de Lourenço Filho, publicado inicialmente em 1931, e que, graças à grande circulação que teve, deu grande visibilidade à Escola Regional de Meriti. A entidade passou, a partir de então, a receber um grande número de visitantes desejosos de conhecer a experiência. A Escola Regional de Meriti e sua idealizadora são citadas por Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira*, publicado em 1944. Carlos Delgado de Carvalho, por sua vez, no livro *A escola como ajustamento social*, de 1931, também destaca os modernos métodos de ensino empregados. Em *Noções de história da educação*, de 1942, Afrânio Peixoto assinala a Escola Regional de Meriti, que no interior do Rio, se sobressai pela adaptação ao ambiente e aos interesses da criança, em estreita cooperação com a família. Todos estes depoimentos foram reunidos por Armanda Álvaro Alberto em seu livro. A referência de Ferrière à Escola Regional de Meriti, quando examina os sistemas empíricos de experimentação e ensaio, é objeto de comentário de Francisco Venâncio Filho em *Notas de educação*, de 1933. Não se pode esquecer que outras importantes referências já haviam sido feitas ao seu trabalho. Em 1924, a escritora Júlia Lopes de Almeida publica na revista *Universal* a crônica “Um maço de cartas” no qual convida as leitoras a conhecerem uma escola de aparência simplíssima, localizada numa região com muito pó, mas que era uma obra de larga visão moral, espírito humanitário, social e moderno. No ano seguinte, Francisco Venâncio Filho, colaborador desde os primeiros tempos da escola, publica na revista *A Educação*, da ABE, vol. X, nos 5 e 6, um artigo intitulado “A escola popular (Escola Regional de Meriti)”. Esta foi a primeira de algumas referências que o educador fez a Armanda Álvaro Alberto e à sua escola. Em “Uma conversa entre moças”, no jornal *Triângulo Azul*, da Associação Cristã Feminina, do mês de maio, é noticiado o funcionamento da instituição. Em 1926, o número 26 da revista *Saneamento*, órgão do Serviço de Saneamento Rural, de dezembro, traz artigo assinado por Savino Gasparini, com elogiosos comentários ao trabalho que Armanda Álvaro Alberto realizava com as crianças que moravam na então Estação de Meriti. Em 1934, “Escola viva e em movimento” é o título do artigo de Orlando M. Carvalho em *Ensaio de Política Econômica*, publicado pelos Amigos do Livro, quando o autor comenta os programas de ensino e os horários orgânicos da Escola Regional de Meriti, dentre outros aspectos por ele ressaltados. Já em 1942, Afrânio Peixoto fez alusão ao ensaio de Armanda Álvaro Alberto, na Escola Regional de Meriti, no livro *Noções de história da educação*. Em *Visitando escolas*, editado pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, em 1948, Yvonne Jean destaca a Escola Regional de Meriti. É a única instituição de ensino fora da capital por ela examinada. Posteriormente, Laura Jacobina Lacombe, em 1962, faz referência à Armanda Álvaro Alberto no livro *Como nasceu o Colégio Jacobina*.

Se os relatórios burocráticos são sempre envoltos numa camada de tédio, há outros, os escolares, que podem oferecer-nos a sugestão dos documentos sociológicos e mesmo o interesse dos romances. Contar a vida de uma escola durante um ano, é tarefa que deveria seduzir o escritor, ou despertar em quem não o fosse o desejo de lê-lo, porque nada há mais vivo e rico de humanidade, mais cheio de problemas e sugestões, do que o funcionamento da comunidade escolar. Necessariamente, a narrativa do ano letivo será tanto mais palpitante quanto for a integração da escola nos seus verdadeiros fins, porém mesmo da escola triste, mal dirigida e de nenhum rendimento, se poderá fazer uma pintura impressionante, que desperte no leitor o sentimento de curiosidade e, mais, o de solidariedade com a pobre infância que ali se destrói.

O relatório não é, pois em si, coisa enfadonha. Saiba-se escrevê-lo, saiba-se ver o que está aí para ser visto, sentido e interpretado e logo se conseguirá isto que aparentemente é tão difícil: interessar o povo na vida escolar. (...)

Muito bem, *d. Armanda Álvaro Alberto*.¹⁵²

Lentamente, retorna à cena pública. Volta à Associação Brasileira de Educação. Recompõe amizades desfeitas. Participa de comissões. Denuncia arbitrariedades. Assina outros manifestos que marcam posições em favor da educação pública, da democracia e da liberdade.

Somente na década de 1980, com a redemocratização do país, o silêncio sobre a prisão política das mulheres ganharia visibilidade. A publicação do livro *Olga*, do jornalista e escritor Fernando Moraes, parece ter encorajado Maria Werneck a escrever sobre este doloroso período, com a intenção de testemunhar injustiças e alertar as novas gerações sobre as consequências da intolerância política. Mesmo com as lembranças turvadas pela passagem do tempo, não esqueceu uma das mais terríveis noites de sua vida, quando as mulheres da sala 4, impotentes, viram Olga ser levada

¹⁵² Publicado inicialmente, em 1945, foi incluído em ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968. *op.cit.* p. 133.

da prisão para ser posteriormente deportada para a Alemanha, quando foi assassinada num campo de concentração nazista:

Olga muitas vezes se atormentava. Sempre que a chamavam a depor, temia não voltar à sala 4.

Engordava. Às vezes não se sentia bem. Cada noite em que ouvia os passos dos guardas e o tilintar das chaves, acreditava que a vinham buscar e a Sabo. Pressentia que a viriam buscar. Isso realmente ocorreu em setembro de 1936.

Primeiro foi Olga que partiu. Sem acreditarmos nas mentiras que um tal sr. Brandes nos contava, tivemos que ceder.

Como, desarmadas, dentro de uma cela, rodeadas por todos aqueles policiais poderíamos reagir?

Nossas palavras se ouviam, atordoando os guardas. E, seguiram-se gritos e tampas de panelas nas grades.

Muitas choraram diante da impotência. Só Olga, de olhos muito arregalados, de mãos nas mãos de Sabo, nada dizia.

Que significava sua impassibilidade? Esperança em que a barulhada impedisse sua ida? Ou a firmeza de quem sabe se conter em momentos cruciantes?¹⁵³

Os destinatários da carta de Armanda Álvaro Alberto, os seus “*passarinhos*” – conforme o tratamento carinhoso, que fazia contraponto entre a liberdade que tinham para voar, conhecer o mundo, viver em plenitude, e a solidão, dolorosamente experimentada na prisão política, tinham amenizado, com seus cadernos e trabalhos escolares, o sofrimento e ajudado a suportar o isolamento imposto.

Com seus alunos, ao longo dos anos, havia aprendido que o problema da educação brasileira não se resumia ao ler, escrever e contar, conforme a visão predominante nas ligas nacionalistas que,

¹⁵³ WERNECK, Maria. *op. cit.* p. 71. Dedicado às companheiras da prisão política e prefaciado por Luis Carlos Prestes, Nise da Silveira e Moema Toscano, traz uma introdução de Florestan Fernandes. Em 1988, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) inicia a publicação das memórias de Paschoal Lemme, nas quais, particularmente, no volume 2, existem algumas referências à Armanda Álvaro Alberto e Edgar Sússekind de Mendonça que, como ele, estiveram presos, na década de 1930.

desde a década anterior à criação de sua escola, procuravam aglutinar os jovens em torno da ideia de coesão e integridade nacional, do desenvolvimento do culto do heroísmo, da propagação da educação popular e do combate ao analfabetismo, que era apontado como responsável pelo atraso do país. Educar, passava a ser visto, como muito mais do que simplesmente alfabetizar ou instruir.

Graças a eles, seus alunos, ela pode fazer uma particular interpretação do significado da escola, a partir das muitas leituras sobre educação, e construir assim um projeto que procurava traduzir um novo olhar para a criança, que deixava de ser vista como um adulto em miniatura, neste momento de valorização social da infância. Para Armanda não se tratava apenas de fazer mais uma escola, mas promover, através dela, a educação integral, tomando como princípios, “Saúde”, “Alegria”, “Trabalho” e “Solidariedade”, que simbolizavam a preocupação com a disseminação dos preceitos higiênicos, a ênfase na atividade infantil, a formação moral mediante o trabalho e a cooperação entre a escola e a família.

Sem conseguir fugir das preocupações científicas em circulação nos discursos médicos e psicológicos que informavam e conformavam as discussões educacionais e práticas educativas naquele momento, ela se apropriou, interpretou e recriou os princípios e perspectivas de Montessori, Pestalozzi, Fröbel, Dewey, Kerchensteiner, e tantos outros, em sua experiência escolar, a partir de uma particular preocupação com a dimensão social, que se somava à compreensão acerca da especificidade do desenvolvimento intelectual, físico e emocional das crianças.

Sua proposta ambicionava ser *“sinceramente preocupada em dirigir essas atividades preferidas pelas suas crianças, e não em preparar efeitos para admiração de visitantes menos avisados”*,¹⁵⁴ e se diferenciava de outras experiências em curso nas capitais e grandes cidades, as quais con-

¹⁵⁴ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “As diretrizes regionais de educação”. *op.cit* Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

siderava como “algumas escolas tipos de ‘escola nova’ às vezes luxuosas, sem dúvida, porém, amostras de escolas para admiração dos entendidos.”¹⁵⁵

Fora para estes alunos que chegavam descalços e com fome, que construía um sistema próprio de ensino, que tomava a região como ponto de partida, o que implicava eleger o local, o próximo, o concreto. Para eles, amadureceu a possibilidade de despertar na criança o espírito de civismo, de amor à pátria, o que só poderia ocorrer se pudesse conhecer seu ambiente mais próximo.¹⁵⁶ Sua concepção de escola regional traduzia assim a compreensão de que não existia nacionalidade sem as características de cada região e, ao mesmo tempo, sintetizava uma crítica às propostas uniformizadoras que dominavam os debates políticos sobre educação.

Regionalismo era a afirmação da necessidade de diversificar experiências pedagógicas. Regionalismo constituía-se em condição de busca de alternativas, o que nas palavras de Edgar Sússekind de Mendonça exigia compreender que:

Querer realizar o ensino primário brasileiro é, de princípio ordenar que cada escola desse grau de ensino seja diferente de cada outra (...). Não copiar a ‘escola modelo’ valeria por um repúdio, embora exagerado, de um tabu de comodismo, e, principalmente, seria uma nota de sinceridade na afinação do falsete do nosso ensino primário uniformizado.¹⁵⁷

Diferentemente da escola modelo, a Escola Regional de Meriti pretendia ser um “laboratório de pedagogia prática”, uma escola nova, diferente, que servisse de exemplo, de inspiração para a educação popular no país, com o método ativo, que, segundo Francisco

¹⁵⁵ Ver ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “As professoras primárias do Brasil”. 4 de julho de 1935. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

¹⁵⁶ Isto era assim sintetizado: “desconhecemos a pseudo-educação cívica das festas protocolares, a que preferimos a comemoração das efemérides vividas da nossa existência escolar, convictos de que, só depois de os alunos vibrarem com as comoções mais próximas do ambiente em que vivem, é que poderão vibrar sinceramente pelos apelos da Pátria, que para eles transposta aquela fase de preparação intelectual e emocional não será um desdobrar-se de formalidades”. Ver MENDONÇA, Edgar Sússekind. “A Escola Regional de Meriti: realizações e projetos”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968. *op.cit* p. 14.

¹⁵⁷ *Idem. op.cit* p. 15.

Venâncio Filho, deveria despertar a capacidade para a ação própria onde, com base nos problemas, os alunos deixariam de acumular informações, mas poderiam reconstruir mediante experiências, o fato científico. Por vários caminhos, através da pesquisa e da experimentação, aprenderiam a definir problemas, elege-los hipóteses, submetê-las à prova.¹⁵⁸

Para tanto, na escola, considerava-se o desenvolvimento infantil na própria organização das turmas

Para a formação das turmas, vigora o grau de desenvolvimento intelectual, podendo o aluno passar de uma para outra em qualquer época, porque não se fazem exames nem se corre ou estaciona à espera dos colegas.¹⁵⁹

Levava-se em conta o desenvolvimento do aluno em cada matéria, que podia apresentar rendimento diferenciado, o que não resultava em reprovação, para evitar que interferisse na autoestima:

as provas de passagem de turma vão-se fazendo sem notas, prêmios ou reprovações. Demais, como o aluno pode pertencer a diversas turmas, conforme o grau de adiantamento em cada matéria, não se sente diminuído em se retardar nesta ou naquela turma.¹⁶⁰

Visando habilitar os alunos para as exigências concretas, juntamente com as outras disciplinas, havia aulas de trabalhos manuais como jardinagem, marcenaria, cozinha e costura, sem o objetivo de profissionalizar. Tendo como suposto a necessidade de superar a divisão social do trabalho, na escola não deveria existir a valorização do saber intelectual em detrimento do manual, estas aulas serviam de pretexto para estreitar as relações com o meio cotidiano, trazendo para a escola a mesma base de interesses das atividades da casa e da vizinhança. Faziam parte de um projeto mais amplo de educação integral que pretendia impedir que o saber de uns se impusesse aos outros.

¹⁵⁸ Ver VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Notas de educação*. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1933, p. 53.

¹⁵⁹ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *op.cit* p. 39.

¹⁶⁰ *Idem*.

Desse modo, o projeto de educação integral compreendia também a vivência de práticas democráticas que deveria começar na escola, onde as crianças seriam envolvidas nas tarefas cotidianas e, aos poucos, passariam a exercer o direito de voto. A escola pretendia ser uma continuação da casa e, nela, os alunos tinham responsabilidades. A educação moral pelo trabalho objetivava inculcar, nos alunos, o orgulho pela execução da própria tarefa. Numa proposta de cogestão, todos os alunos se envolviam no funcionamento da escola, os chefes eram escolhidos pelos próprios colegas em comissões que se diversificavam e ampliavam com o decorrer dos anos.

Assim, as crianças praticariam a vida em comunidade, aprendendo a dividir tarefas e a trabalhar para a coletividade, adquirindo ordem, disciplina e respeito aos outros. Poderiam, ainda, experimentar situações problemas onde exercitariam a iniciativa e a independência; partilhariam experiências; vivenciariam a democracia, subvertendo barreiras de raças, classes, credos religiosos e sexos. Para Armanda, isso possibilitaria que as crianças afastadas precocemente das escolas pudessem aprender a se autogovernarem, com possibilidades de exigir seus direitos.

Sintetizando a perspectiva que informava sua escola, Armanda comentara, em conferência sobre o tema escola regional que, a seu ver, deveria ser aquela que *vive no seu meio, investiga suas condições físicas, sociais e econômicas, e procura contribuir, de qualquer modo, para melhorar aquelas condições. Não é, pois, uma instituição à parte da sociedade, coisa que só interessa a crianças e professores...*¹⁶¹, o que resume também o entendimento que tinha da dimensão política da educação regional cujas diretrizes deveriam contemplar

escola do trabalho, designação da escola ativa vulgarizada pelo livro conhecidíssimos do educador alemão Kerchensteiner, não quer dizer só a escola onde se trabalha manualmente. Trabalho criador, trabalho

¹⁶¹ Ver ÁLVARO ALBERTO, Armanda. "As diretrizes para a educação regional". *op.cit.* Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

que seja principalmente cerebral, não tarefas mecanizadas, que matam a pobre alma sem defesa... Nada menos ‘escola do trabalho’ neste sentido moderno, do que certos internatos de órfãos, que eu conheço, que todos nós conhecemos, e onde se fabricam verdadeiras peças de tortura da personalidade infantil. (...)

O prazer de se associar a outros já terá surgido na idade escolar, logo, os alunos trabalharão em pequenos grupos e juntos farão as suas observações, as suas experiências, os seus jogos ao ar livre. Com toda a sua individualidade livre das compressões da disciplina externa, arbitrária, e por isso incompreensível e inaceitável, a criança vai se libertando do seu egocentrismo, socializando-se. O próprio regime interno da escola virá a ser o de uma sociedade infantil, uma sociedade sem classes, sem forças armadas, sem polícia, sem casas de correção, com trabalhos e responsabilidades, tocando a cada um por sua vez, – antes o embrião da sociedade humana do futuro, do que um arremedo de sua organização atual...¹⁶²

Ao despedir-se dos alunos, seus “*passarinhos*”, na própria cerimônia epistolar, Armanda não se esqueceu de fazer referência às suas mães e àquelas que participavam do Círculo de Mães, criado em 1925, porque acreditava na participação da família e da comunidade na obra educativa da escola.

Com o Círculo de Mães, e, em nome do interesse público, guiando e ensinando as mulheres do povo, Armanda partilhou da crença no poder regenerador da educação. Considerava ser esta “*uma ação feminista no meio operário*”, como assinalou no artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 29 de junho de 1930: “Escola Regional de Meriti: um aspecto feminista de sua ação social”. Com noções de higiene, economia doméstica e educação familiar, ela pretendia disseminar o conhecimento científico, contribuindo para que as mulheres, como cidadãs esclarecidas, valorizassem o cuidado com as crianças.

Este trabalho surgido quando enfrentou as primeiras dificuldades com as famílias dos alunos, que quase lhe fizeram

¹⁶² Idem.

desistir, no início, pode ser sintetizado no programa de rádio “Honra ao Mérito”, de 1952 - gravado em disco, carinhosamente guardado na biblioteca da escola, e no qual são dramatizados momentos significativos da vida de Armanda Álvaro Alberto –, quando o locutor anuncia que vai contar uma história muito antiga, “*lá pelo princípio do século*”. Dentre as cenas que a focalizam desde a infância, uma se destaca abordando o Círculo de Mães. As participantes eram donas de casa modestas e a diretora precisava orientá-las sobre os cuidados com a saúde, a higiene e as crianças:

– Minhas amigas, é realmente um prazer estar com vocês. E seu marido como está do reumatismo, Augusta?

– Ele ontem mandou benzer as juntas.

– Melhorou?

– Qual!

– Benzedoiras não adiantam, minha amiga. Leve seu marido ao médico. Ele é que sabe benzer de um jeito que dá resultados.

– Pedrinho continua cada vez mais levado dos diabos. Ontem eu dei uma boa surra de chicote.

– E o que você conseguiu com isto?

– O menino ficou desesperado e me xingou de tudo quanto foi nome e acho até que tomou mais raiva de mim. E eu, dele.

– E era isto o que você queria, minha querida?

– Eu? Não senhora. Eu só queria corrigir ele.

– Mas você está cansada de saber que dar surras numa criança não resulta em coisa boa. Não faça nunca mais uma coisa dessas, Maria (...) ¹⁶³

Por intermédio do Círculo de Mães, expressara a compreensão de que a educação não era um simples problema técnico. A escola precisava se legitimar na comunidade, na medida em que respondesse às suas aspirações. Não era suficiente que os alunos vivessem na escola a experiência democrática de participação. Cabia à escola, como centro da vida cultural, irradiar sua ação para as famílias, diluindo as fronteiras que impediam uma ação na vida da comunidade.

¹⁶³ Arquivo da Escola Dr. Álvaro Alberto, em Duque de Caxias, antiga Escola Regional de Meriti.

No tom afetuoso e nas referências feitas às professoras Zulmira Braga Coutinho e Dulce Trindade, com as quais os alunos poderiam contar na sua ausência, ela se dirigia, também, às mulheres de sua geração e posição social que, como ela, descobriram que o magistério poderia conferir um novo sentido às suas existências.

Tinham sido muitas delas, com o despreparo e a falta de compromisso com a continuidade dos trabalhos, fontes de suas grandes preocupações, o que lhe permitiu refletir sobre a formação de professores, quando combateu a Escola Normal dissociada da realidade, distante do universo das crianças da escola rural, presa aos compêndios de pedagogia, desconhecadora dos modernos métodos de ensino.

Foram as professoras que lhe permitiram pensar sobre a injusta carreira do magistério que obrigava as jovens professoras a irem para o interior, para a zona rural, deixando nas cidades as melhores profissionais, para as crianças mais preparadas e deixando os alunos mais pobres prejudicados, com as professoras menos experientes.

Ao se despedir dos alunos, com “*todo o carinho de sua professora muito amiga*”, Armanda deixou claro sua compreensão do que deveria orientar a relação professores-alunos, questão que a inquietava e que tinha sido objeto de sua tese “Uma experiência de escola regional”, apresentada na 5ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, em Niterói, em 1932, no qual defendia uma relação de camaradagem no processo ensino-aprendizagem:

Sejam, entretanto, as professoras, o que precisam ser - amigas de mais idade e experiência, que sabem e às vezes também não sabem, não se acanhando de pesquisar ao lado dos alunos, de aprenderem, mesmo com eles, as coisas todas da região que conhecem desde pequeninos...

Amigas discretas que, ao apresentar um plano de coisas a estudar, esperam sugestões, discutem com os alunos os detalhes de execução, respondem a perguntas muito mais do que perguntam, na atitude de quem encaminha o aprendizado, sem o autoritarismo de quem

dá lições... Amigas que sabem deixar cada um dar tudo de si, satisfeita do esforço próprio...

Sejam as professoras essas camaradas que ensinam como querem que as crianças aprendam - fazendo. Sejam capazes de encontrar a sua própria infância na infância delas, e corram, e brinquem no meio delas...

Sejam as professoras as trabalhadoras conscientes e alegres do seu trabalho, trabalho que as identifica inteiramente com as aspirações sociais que nutrem para os seus alunos, e pouco a pouco aquelas linhas ideais, que já se deixam entrever, mas ainda não fixadas, se fixarão.¹⁶⁴

Antes de abandonar a carta guardada, me pergunto sobre seus destinatários. Seriam apenas aquelas crianças que estudavam na escola que fundou em Duque de Caxias?

Os destinatários da carta escrita por Armanda Álvaro Alberto na Enfermaria da Casa de Correção, certamente, foram os alunos de sua escola, que sofreram com sua ausência durante o período no qual estava na prisão e que, ao longo da vida, se orgulhavam de estudar numa instituição tão importante, como observou Raquel Trindade, em nome dos ex-alunos, na festa de despedida da fundadora:

Quando estive na Europa, me mostraram métodos de ensino adiantadíssimos. Os senhores não imaginam o que eu senti quando verifiquei que os métodos da escola que o povo chamava de mate com angu estavam além dos métodos europeus. Mate com angu era como nos chamavam na rua, mas eles sabiam que nós não ligávamos para o apelido, não ligávamos porque éramos felizes.¹⁶⁵

Foram todas as mães, professoras e alunos que inspiraram os vários textos de Armanda sobre a escola, a leitura e os livros: “Biblioteca para Moças”, em 1925; “Inquérito sobre leituras infantis”, em 1928; “Biblioteca para Crianças e Adolescentes”; “Biblioteca Pública Infantil”, em 1932; “Livros, revistas e jornais para crianças” e “Escola Regional de Meriti - um aspecto feminista de sua

¹⁶⁴ ÁLVARO ALBERTO, Armanda. “Uma experiência de escola regional”, publicada em seu livro, em 1969. pp. 54-55.

¹⁶⁵ TRINDADE, Raquel. “Na festa de despedida”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. 1968, *op.cit.* p. 173.

ação social”, em 1930, em 1933; “Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular)”, “Ainda a literatura infantil” e “Dois anos de atividade na Censura”, em 1934; “Leituras infantis” e “Era uma vez”, em 1948, dentre outros, que, em grande parte, emergiram da experiência pedagógica em desenvolvimento.

Também foram todos os amigos da cidade que acolheu seu projeto de vida e aos quais, como prova de gratidão, dedicou seu único livro: *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, publicado em 1968, que contém todo o período no qual esteve à frente da escola, até transferi-la para o Instituto Central do Povo, instituição pertencente à Igreja Metodista,¹⁶⁶ depois que seus esforços fracassaram para doá-la ao governo estadual fluminense.

Nesse livro reuniu textos apresentados em Conferências Nacionais de Educação, testemunhos dos principais colaboradores, depoimentos de ex-alunos, impressões de visitantes, homenagens e fotografias, que permitem compreender a importância de sua obra. Nelas se pode ver a importância que a escola e sua diretora tinham para seus contemporâneos, que ressaltaram sua ousadia intelectual, sensibilidade para com as crianças das camadas populares e compromisso político com um projeto de educação de qualidade para todos. Por isso, neste livro, um documentário, deu voz a vários intelectuais, e, em particular, a Lourenço Filho, Belisário Penna, Paschoal Lemme, Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsskind de Mendonça, todos eles signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Foram também os educadores com os quais compartilhou a crença no poder regenerador da educação e da escola, o que permitiu que, mesmo esquecida na historiografia da educação brasileira, até bem pouco tempo, fosse reconhecida pelos seus contemporâneos como uma educadora que contribuiu de forma de-

¹⁶⁶ Sobre o Instituto Central do Povo, consultar: CAMPANTE, Décio. *Metodismo e setores populares (Rio de Janeiro: 1906-1930)*. Rio de Janeiro, Iesae: Fundação Getúlio Vargas. (Dissertação de Mestrado), 1985.

cisiva para o debate educacional e para a construção da Escola Nova no país. Exaltada por muitos, chegou a ser comparada por Paschoal Lemme a uma educadora internacionalmente conhecida por seu trabalho em um bairro popular próximo da capital italiana, no qual buscava interessar a comunidade e a família pela educação dos filhos: “D^a. Armanda Álvaro Alberto pode ser comparada sem favor, no plano brasileiro, às maiores figuras da pedagogia contemporânea e cognominada, sem exagero, a Montessori brasileira”.¹⁶⁷

Foram, igualmente, os historiadores da educação que, nos anos que se seguiram à publicação de seu livro e, particularmente no bojo da valorização de novos objetos, questões e fontes da historiografia e da historiografia da educação, realizaram estudos sobre a Escola Nova, deixando de focalizar somente a legislação, as reformas de ensino e os reformadores, e se voltaram para outros signatários do Manifesto dos Pioneiros, o cotidiano da Associação Brasileira de Educação e as lutas políticas das mulheres e das professoras, iluminando a presença de Armanda Álvaro Alberto no debate político e educacional, o que contribuiu para que sua presença saísse do esquecimento.¹⁶⁸

Hoje, os destinatários somos todos nós que, como Armanda Álvaro Alberto, compreendemos que, a educação não é apenas um problema técnico, é um ato político, que exige compromisso

¹⁶⁷ Cf. ata do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, de 25 de setembro de 1961. Arquivo da Associação Brasileira de Educação.

¹⁶⁸ Em 1975, Charles Francis O’Neil defende a tese de doutorado *The search for order and progress: brazilian mass education (1915-1935)* pela University of Texas. Armanda Álvaro Alberto foi por ele entrevistada. No ano seguinte, Jorge Nagle publica *Educação e sociedade na Primeira República*. Clássico da historiografia da educação brasileira, a obra traz breve alusão à atuação de Armanda como a realizadora da primeira experiência de Escola Nova no país, pista esta que custou a ser seguida. Na Baixada Fluminense, em 1978, é publicado o livro *Esboço histórico-geográfico do município de Duque de Caxias*, de Dalva Lazaroni de Moraes, no qual a autora, além de tecer alguns comentários à importância da Escola Regional de Meriti e à sua idealizadora, seleciona alguns textos da educadora que considerou mais significativos. Dentre eles estão o primeiro relatório anual da então Escola Proletária de Meriti e o resultado do “Inquérito de leituras infantis” realizado quando ela presidia a Seção de Cooperação da Família da ABE, divulgado originalmente, na imprensa, em 1928. A tese de doutorado *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no*

de toda a sociedade e que se traduz em cuidar pedagogicamente das escolas, assegurando um clima propício às inovações; preservar fisicamente seus prédios, de modo a prosseguir em seus esforços para construir um ambiente belo e adequado ao universo infantil; equipar o espaço escolar com modernos recursos didáticos; ampliar as bibliotecas de modo a que atendam aos alunos e às comunidades; pagar salários justos aos profissionais; assegurar uma formação continuada como questão fundamental ao exercício da docência; defender um ensino de qualidade para todos, sem discriminação de qualquer natureza; estimular, enfim, a participação da família e da comunidade na tarefa educacional.

Tomo, mais uma vez, a carta nas mãos. Mais uma vez me pergunto: por que esta carta é o único documento escrito por Armanda, durante a sua prisão política, ainda presente em seu arquivo pessoal? A questão ganha mais força pois, em meio aos muitos documentos, constato que ela não apagou de sua vida a militância política. Os numerosos recortes de jornais, a anotação na agenda e uma pequenina fotografia que eterniza o retorno às aulas em Duque de Caxias, junto dos alunos e de suas mães e

projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931), de Marta Chagas de Carvalho, na Faculdade de Educação da USP, que, em 1999, foi editada pela Universidade de São Francisco, inventaria as diferenças entre os grupos políticos que conviviam no interior da associação e destaca Armanda Álvaro Alberto, Edgar Sússekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho como pertencentes a um grupo que não defendia a descentralização do ensino, reticente quanto à interferência do estado nas questões e laicista, se colocando sempre contra qualquer tentativa de catolicizar as propostas da entidade. Preocupada com os discursos pedagógicos sobre a família, em 2001, Ana Maria Magaldi defende no programa de pós-graduação em história da UFF a tese de doutorado *Lições de casa*: discursos pedagógicos sobre a família no Brasil, que se transformou em livro, em 2007, no qual examina os discursos de Cecília Meireles, Armanda Álvaro Alberto e Júlia Lopes de Almeida. *Signatárias do Manifesto de 1932*: trajetórias e dilemas é o título da tese defendida na Unicamp, em 2007, por José Damiro de Moraes que analisa Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Noemi da Silveira Rudolfer. Finalmente, no programa de pós-graduação em educação da UFF, Vilma Correa Amâncio da Silva se volta para a experiência pedagógica da Escola Regional de Meriti. Em *Um caminho inovador*: o projeto educacional da Escola Regional de Meriti (1921-1937), dissertação que privilegia o estudo dos sentidos da renovação dos métodos pedagógicos, com o intuito de contribuir para a história da educação regional da Baixada Fluminense.

professoras, evidenciam que tinha a intenção de guardar para a posteridade um testemunho da participação dos educadores e, em particular, das mulheres nas lutas pela democracia e liberdade.

O recrudescimento da censura e da perseguição aos intelectuais, durante o período da ditadura militar, a teriam obrigado a apagar essas pistas, assim como teria feito com todos os documentos que comprovassem sua possível ligação com o Partido Comunista? As cartas que escreveu chegaram aos destinatários ou ficaram pelo meio de caminho, nas mãos dos censores – estes intermediários incômodos dos intelectuais que foram prisioneiros políticos? Ou será que somente esta carta sobreviveu porque as outras poderiam revelar sua intimidade?

São perguntas que permanecem, que aguardam novas leituras, que também se constituem em rastros para todos aqueles que partilham de uma visão ampliada de documento e que se permitem compreender a vida na história e a história na vida.

A carta sobreviveu graças à intenção de Armanda de preservar para um futuro incerto e distante algo que ajudasse a ressignificar a própria vida, a experiência política e a prática docente ou, simplesmente, para colocar em xeque a visão predominante no discurso oficial de que as mulheres eram submissas e incompetentes no debate político e na tarefa de educar as novas gerações.

Percebo que, mais que destinatária, sou sua portadora. Ao dar a conhecer a carta guardada, que guardava a vida de Armanda, compreendo que ela nos resguarda do esquecimento, assegura que seja lembrada como uma educadora que, lançando mão de um discurso técnico, compreendeu a educação como um ato político, um direito de todos, sem qualquer discriminação ou preconceito.

Ana Chrystina Venancio Mignot é doutora em Ciências Humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem se dedicado aos estudos de História da Educação, investigando, particularmente, instituições e experiências pedagógicas inovadoras, a presença das mulheres nas mudanças educacionais.





TEXTOS SELECIONADOS

Tentativa de escola moderna*

Impossibilitada de comparecer pessoalmente, ou um dos outros membros da diretoria da Escola Regional de Meriti, à 1ª. Conferência Nacional de Educação, tenho, entretanto, a satisfação de enviar um resumo do que tem sido a vida de nossa tentativa pedagógica.

Antecedentes

Tendo observado de perto, em convivência longa, vários grupos de população brasileira do centro e do nordeste do país, sempre interessada pelos problemas de educação no Brasil, aproveitei, durante uma estadia de muitos meses numa praia de Angra dos Reis, em 1919, a primeira oportunidade que se me oferecia para ensaiar uma escola. Apareceram prontamente cerca de 50 crianças, para as quais não existia escola pública ou particular, por toda a redondeza. Não tendo coragem de rejeitar nenhum desses alunos, que iam dos 3 aos 16 anos, organizei as turmas com a homogeneidade possível em tais circunstâncias, e pus-me a praticar o que estudara nos livros de Montessori. Era pouco por causa dos alunos mais velhos. Enfim, experiências, tropeços, não é mister recordá-los aqui, bastando acentuar que lidava com crianças, adolescentes mesmo, que não saibam sequer dar nome às cores, salvo a dos frutos verdes e maduros, que ignoravam sua condição de brasileiros, que dos engenhos da civilização moderna, apenas

* Tese apresentada na 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1927 (Publicada no livro organizado por Armanda Álvaro Alberto, em 1968, pp. 33-42).

conheciam os vapores costeiros e os navios de guerra de vez em quando ancorados na baía...

Os desenhos espontâneos, que ainda conservo, são documentos fiéis daquela mentalidade. Para compreensão de tanto atraso é preciso lembrar que o impaludismo, a opilação e o alcoolismo degradam a população da Ponta da Cidade, tal e qual a de Meriti. Além da pesca, ocupação de todos os homens, existia uma indústria – a da aquardente; lavoura, unicamente a da cana e da bananeira, em escala reduzida.

Aquela escola ao ar livre, à sombra dos bambus, cujo mobiliário constava de uma mesa, uma cadeira e esteiras pelo chão, onde as manhãs eram consagradas à distribuição de remédios, e muito material escolar improvisado ali mesmo do que pudesse ser aproveitado – se foi a escola que iniciou alguns patriciozinhos nas coisas primordiais da vida, foi também a nossa própria escola, a que preparou essa outra de Meriti, fundada menos de um ano depois de sua extinção.

Objetivos fundamentais

Eram propósitos, ao fundar-se a então Escola Proletária de Meriti, continuar o que fora interrompido em Angra: um ensaio de escola moderna, regional, criada e mantida por iniciativa particular.

Feições próprias

Não tendo sob os olhos nenhum modelo a seguir, foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1921, sem um só programa escrito; tomou desde o começo, no entanto, a feição de um lar-escola, embora externato, com número limitado de alunos, a quem não se dão notas, prêmios ou castigos. A orientação geral apresentava-se resumida em quatro cartazes com os dizeres: Saúde, Alegria, Trabalho e Solidariedade. Juntamente com a escola, considerada anexo indispensável, inaugurava-se a Biblioteca Euclides da Cunha,

repartida em três seções: para alunos, professores e moradores de Meriti. Um museu escolar foi-se logo organizando, em parte com as contribuições trazidas pelos próprios alunos, da natureza local. Muito naturalmente, as funções domésticas, mais a de auxiliar da Biblioteca e do Museu, e outras, que a vida do estabelecimento ia exigindo, foram sendo exercidas pelas crianças. Nunca tivemos um servente ou outro empregado para tais misteres.

A diretora e os membros do Comité de Auxílio – Dr. Francisco Venâncio e Comandante Coriolano Martins – davam aulas para orientação das professoras e conhecimento individual de cada aluno. A diretora começou então, ainda seguindo Montessori, a escrever suas notas no “Livro de Generalidades sobre a Criança”, que, hoje, bastante modificado, continua a ser feito. O primeiro programa escrito – isso era de esperar – foi o de Higiene, para o 1º grau do curso (hábitos de saúde). Ainda hoje temos programas em elaboração. Todos são acompanhados de “instruções” destinadas às professoras, que suprem os compêndios inexistentes, e de indicações bibliográficas (para o que está aparelhada a Biblioteca Euclides da Cunha).

Dadas as condições em que vivem nossos alunos, cedo compreendemos que a sua escola não deveria ter férias completas, assim, a assistência médica e as aulas de trabalhos manuais não se interrompem nesse período. “Afeiçãoada pelo seu próprio meio é que será capaz de reagir eficazmente sobre ele”, está dito no 1º relatório anual da diretoria.

Feições que se acentuam

Se a feição de escola-casa de família, baseada na liberdade, no trabalho individual, nos hábitos de saúde, na alegria com que se desempenham as funções domésticas, se essa face evidenciou-se desde os primeiros dias, a outra, de ação na vida local, direta, essa foi surgindo a partir do 3º ano de existência da escola, com o 1º

concurso de “Janelas Floridas”, em 1923. São notórios a indolência, o descaso por tudo que não seja o estritamente necessário ao seu viver de incultos, sem uma parcela de intuição na arte de aformosear a vida, entre os nossos roceiros. Combater a fealdade e o desconforto de Meriti, dar-lhe alegria das flores e a sombra das árvores, tais são os fins visados pela iniciativa da escola. A princípio, só os alunos floriram suas janelas; depois, a população foi concorrendo também, sendo distribuídos, em 1920, 64 prêmios dos quais 26 aos moradores. Casas construídas recentemente já apresentaram nas janelas jardineiras de cimento ou de madeira! Claro é que a Comissão julgadora das janelas floridas não concede prêmios àquelas desacompanhadas de um quintal bem tratado. E o gosto pelas plantas vai-se desenvolvendo... Na mesma ordem de ideias institui-se o “Concurso de Criação”, o ano passado. Para começar, 20 moradores foram premiados.

Em 1924 e 1925 realizamos exposições de trabalhos manuais aqui no Rio, a elas concorrendo, de par com os alunos, os moradores. Da primeira vez expusemos 120 trabalhos e da segunda 232. Nossas aulas de trabalhos são franqueadas a pessoas estranhas à casa, a quem estimulamos nos labores mais característicos, tais os tapetes de anagem tecidos à mão, objetos de bucha, contas etc. Quem sabe se não veremos nascer, um dia, uma indústria feminina, caseira, das mãos rudes destas mulheres? Já temos um plano de cooperativa para elas, dependendo principalmente de capital. Em 1928 pretendemos efetuar nova exposição.

Nota: A escola retira apenas 20% sobre o lucro das vendas na Exposição, quer se trate de trabalhos dos moradores, quer dos alunos.

Que saibamos, coube à Escola Regional a fundação do primeiro “Círculo de Mães” entre nós, o qual, como as outras afirmações de sua atividade, foi-se esboçando desde os primeiros tempos para afinal surgir em hora oportuna. Daí a sua eficácia.

Tem dois anos e meio de funcionamento, com programa especialmente traçado para aquelas mães analfabetas em sua maioria; higiene, educação familiar, economia doméstica são as três partes do programa destinado a preparar a cooperação, que sonhamos, das famílias com a escola.

Dentre as campanhas em que se tem empenhado a escola em favor da comunidade, certo a do saneamento é a mais importante. Este ano satisfiz-nos essa aspiração – a maior do povo meritiense – a Diretoria do Saneamento Rural.

Ainda incluídas em nossa campanha pelo saneamento devem figurar as conferências populares, sempre realizadas na sala do cinema local. Tem-se incumbido de quase todas o Dr. Belisário Penna, cuja ação apostolar sobre o povo é excusado encarecer.

Atualmente estamos iniciando o movimento escoteiro e bandeirante dentro e fora da escola. Ao grupo de escoteiros já foi dado o nome de “Belisário Penna”.

Em outras campanhas de menor alcance social tem-se envolvido a escola; delas não nos ocuparemos por falta de espaço.

Como se vê, a escola tem lançado raízes profundas no seu meio social. A doação do terreno para seu prédio próprio, “Nossa Casa”, não é o reconhecimento formal, por parte ao menos dos dois proprietários que a fizeram, Dr. Bernardino Jorge e Sr. Manuel Vieira, daquela afirmação?

Programas e métodos de ensino

O curso completo da escola está contido em 4 graus, 3 fundamentais e 1 de aperfeiçoamento em desenho, trabalhos manuais, economia doméstica, jardinagem e criação. Devemos advertir, todavia, que não tendo até hoje nenhum aluno completado o 3º grau (todos saem antes para ajudar à família), é possível que alguma alteração venha a ser feita imposta pela experiência. Sendo Meriti um distrito meio rural, meio operário, de população instável (os

assentamentos dos Livros de Generalidades provam-no de sobra), ora em caminho de sanear-se, portanto de reter os habitantes, futuras alterações podem ser feitas, segundo o tipo que venha a predominar em sua heterogênea população. A proximidade do Rio de Janeiro se lhe traz inegáveis vantagens, traz-lhe em troca, desvantagens sérias. Demais, é preciso confessar aqui, com franqueza, que tivemos que modificar, ou mesmo de desistir de muita coisa praticada com sucesso em meios estrangeiros. É sabido que o principal, o único fator de eficiência dos métodos modernos de educação é o professor. Infelizmente, desde que inauguramos a escola não temos tido maior preocupação que a de preparar as professoras por meio de aulas, empréstimos de livros, excursões etc. É doloroso constatar que, depois de tanto trabalho, quando começam a agir razoavelmente, deixam-nos, nomeadas para as escolas do governo (quase todas são normalistas) ou outro emprego igualmente vantajoso. Outras não podem continuar por inadaptáveis aos métodos adotados. Está reservado á professora-residente, se a encontrarmos em condições, uma vez terminadas as obras de “Nossa Casa”, um papel preponderante em nosso trabalho educacional.

Não podendo, ainda, dotar os “horários orgânicos” das escolas novas, praticamos, contudo, o princípio de não interromper uma atividade interessante, ao mesmo tempo que vamos entrelaçando a mais e mais os conhecimentos nos exercícios que se executam, das seguintes matérias: linguagem, desenho (fazem parte de todas as aulas), cálculo, geometria, trabalhos manuais femininos e masculinos, jogos e cânticos infantis, estudos da natureza, higiene, jardinagem e criação, geografia (especialmente do Brasil), história da humanidade (especialmente do povo brasileiro), economia e trabalhos domésticos.

Os programas até agora prontos ou em andamento são os de estudos da natureza, geografia, higiene e jardinagem, escritos por mim; desenho pelo professor Edgar Sússekind de Mendonça;

história (1º grau) pelo professor Francisco Venâncio Filho; cálculo, adaptação de Paula Vera (indicação do saudoso professor Heitor Lyra), e geometria de Heitor Lyra e Paula Vera, pela professora da escola D^a Laura Araripe; o de economia doméstica está sendo escrito por Miss Maud Mathis, do Colégio Bennett.

Para a formação das turmas, vigora o grau de desenvolvimento intelectual, podendo o aluno passar de uma para outra em qualquer época, porque não se fazem exames, nem se corre ou estaciona à espera dos colegas. Os anormais, os inadaptáveis ao regime da escola, os que faltam sem justificativas, são eliminados.

As excursões, como aula de geografia e estudo da natureza, são semanais. No Rio, quando o permitem os recursos financeiros, visitam-se museus, fábricas, o Jardim Botânico etc. Os álbuns de postais e fotografias sistematicamente organizados, tendo notas explicativas, e as revistas ilustradas prestam inestimável auxílio no ensino da geografia, da história e outros.

As salas são adaptadas ao ensino das diversas matérias, inclusive a cozinha e a sala de jantar; temos um gabinete para os exames médicos e um banheiro, de bastante utilidade. Temos uma vitrola com discos escolhidos; o aparelho de rádio e o de cinema serão para depois de inaugurada “Nossa Casa”.

A educação sexual é iniciada no estudo das plantas e animais (que se cultivam e criam), continuada na fisiologia humana (terceiro grau); mais não a consideramos bem feita, porque pensamos que só aos pais compete fazê-la, como deve ser feita, isto é, com oportunidade. O que a escola faz, e não é pouco, é habituar o espírito das crianças a considerar, com naturalidade, com espírito científico, podemos dizer, os fenômenos da reprodução. No Círculo de Mães tem-se procurado prepará-las para o exercício dessa função educativa. Mas, há ainda dificuldades a vencer.

As visitas domiciliares efetuadas por uma professora, são obra complementar à do Círculo de Mães.

Mandamos às famílias boletins mensais, comunicando todas as atividades do aluno, os exames de saúde, os atos de bondade que praticou (se os praticou), seguindo o seu desenvolvimento, sem compará-lo ao dos companheiros. Nada que se pareça com notas, pelo contrário; estimulamos a cada um a autocrítica, desejosos antes de tudo, favorecer a formação de homens e mulheres fortes.

Nesta data frequentam a escola 61 alunos, sendo 37 meninas e 24 rapazes. É o mês de menor frequência. 80 é o número máximo que aceitamos.

Assistência geral

Além de educação gratuita, a Escola Regional fornece merenda, vestuário, calçado, assistência médica e remédios.

Ainda não obtivemos um dentista, nem a enfermeira-visitadora. O médico e uma professora se encarregam das fichas sanitárias.

A pobreza e a doença são a regra entre os nossos escolares.

Situação financeira

A escola, em seus primeiros, foi mantida exclusivamente pela firma F. Venâncio & cia., fabricantes do explosivo Rupturita, em Meriti. Decorrido um ano e pouco, em 1922, modificamos nosso plano inicial, fundando uma caixa escolar, para a qual os moradores de Meriti poderiam também contribuir. Passados outros dois anos, em 1924, o desenvolvimento da caixa era tal, que resolvemos transformá-la em Fundação Dr. Álvaro Alberto, agora com três seções: Escola Regional de Meriti, Biblioteca Euclides da Cunha e Museu Regional de Meriti, as duas últimas destinadas a auxiliar a primeira e a espalhar um pouco de cultura entre os adultos.

No ano financeiro, terminado em setembro, a despesa total foi de 8:377\$800. A Fundação conta, hoje, 173 sócios contribuintes e 6 fornecedores de material.

Está funcionando em prédio próprio, não concluído ainda; desde abril deste ano, em cuja construção se gastaram até agora 32:499\$050.

O maior doador tem sido o Comandante Álvaro Alberto, com donativos que sobem a 14:000\$000.

O Município de Nova Iguaçu ofertou 500\$000, único dinheiro do governo recebido por nós.

Nomes ligados à Escola Regional

Seria injusto atribuir-se a uma só vontade o esforço de que resulta nossa escola.

Os nomes de Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsserkind de Mendonça, Belisário Penna, Heitor Lyra e Otávio Veiga, colaboradores no passado e no presente a elas estão ligadas pelo muito que deve a cada um.

Conclusões

Oito anos de ação e meditação, sulcados de acertos e desacertos que, todos, redundam em alguma experiência, levam-nos às seguintes conclusões:

1º - Os métodos de educação, venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si – são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela.

2º - A escola primária tem que ser regional, o que não a impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio, quanto mais adaptada lhe estiver. Na roça é o único centro,

muitas vezes, de vida intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua região e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem os seus alunos.

3º - A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um Círculo de Mães, que as prepare convenientemente.

4º - Sem a iniciativa particular, o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam à União e aos Estados os recursos financeiros suficientes. A Escola Regional de Meriti tem por máxima aspiração ser reproduzida em todo o país. Que os fazendeiros, os industriais, os capitalistas fundem escolas para os filhos dos seus colonos, sitiantes, operários, empregados... Peçam aos poderes públicos ou aos centros de educação, como a Associação Brasileira de Educação, os programas, mesmo as professoras, mediante entendimento com o governo. E aqueles que só dispõem de boa vontade, fundem associações como a nossa – que o ocupar-se da criança ainda é a mais humana das funções de nossa espécie.

As diretrizes regionais de educação*

Atualmente, todo professor que lê um pouco, até mesmo os leigos da profissão, que folheam as obras pedagógicas por simples gosto de gente culta, estão a par do que afirmam os experimentadores da educação quanto à filiação da pedagogia ao modo de ser da personalidade infantil: é preciso conhecer as tendências, as atividades espontâneas, os interesses profundos manifestados em cada fase do desenvolvimento da criança para, indo-lhes ao encontro, poder-se dirigir à aquisição de conhecimentos sobre as coisas do mundo, ao redor. E é mesmo de observação comum, diária, feita por pessoas

* Conferência pronunciada em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, na 1ª Conferência Regional de Educação, em 1933. (Publicada no *Jornal do Comercio*, em 07/07/1933, s.p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto)

simples, sem pretensões de descobrir leis psicológicas que os pequenos aprendem com toda facilidade brinquedos e jogos às vezes complicados, além de outras habilidades com que nos surpreendem, sem nenhum auxílio dos adultos, lá no meio dos que são de sua idade. No entanto, como custam a aprender as lições escolares!... Os que sabem e os que não sabem, estão, pois, acordados em reconhecer a necessidade de atender ao “interesse natural” da criança.

Outro princípio igualmente divulgado é o de que aprendizado deve partir do conhecido, ou melhor, do familiar, para o desconhecido, o estranho. Quem ousaria contestar que a criança aprende muito melhor o que seja a montanha, que avista da janela de sua casa, do que seja a planície caracterizada pela denominação de “deserto”, que nunca viu? Nem o cinema com sua formidável atuação pôde substituir imagens e sensações de toda ordem que o contato de todo dia imprime no espírito infantil.

Só depois de conhecer bem o que cerca é que, pelas analogias e generalizações, ela atinge os objetos distantes. E assim por diante, qualquer que seja a ordem dos fenômenos a estudar. Ora, toda escola moderna, dirigida por pessoal competente, orienta-se pelos princípios da psicologia infantil e será uma genuína “escola regional”, esteja situada no campo ou na cidade. Há quem pense que essa denominação só se aplique às escolas rurais, como se as urbanas não se diferenciavam também conforme a feição do bairro em que se acham localizadas.

Flexível, adaptando-se às peculiaridades da mentalidade infantil a que serve, a escola vai, no mesmo passo, ao encontro de duas metas: o ponto de vista econômico, higiênico etc.). Método de ensino e finalidade do ensino conjugam-se em perfeita harmonia.

Não há dúvida de que a escola regional rural oferece aspectos fascinantes aos estudiosos das questões de educação, os quais, aos administradores se apresentam como problemas cheios de dificuldades. Tratando-se de cidades do interior como esta, Barra do Piraí, centro

ferroviário importante com indústria já próspera mas, – justamente pela natureza de sua indústria – ainda bastante ligada ao ritmo da vida da zona rural circundante, aqueles problemas são quase os mesmos.

Antes de nós, brasileiros, os mexicanos e os russos, não faz muitos anos e quase ao mesmo tempo, em situação sob certos aspectos, semelhante à nossa de hoje, empreenderam imensa e intensa campanha pela transformação do seu sistema escolar, mostrando depois, ao mundo, como testemunho mais fidedigno do seu esforço vitorioso – a regionalização de suas escolas rurais.

No entanto, numa e noutra federação, havia circunstâncias contrárias à obra governamental, idênticas às que nos defrontam aqui. Grandes extensões de território com escassa população, estado lastimável de incultura das massas camponesas, largo passado de exploração dessas massas pela classe dirigente, falta de professores preparados para a escola nova, não definem a deles e a nossa própria situação, agravada, lá e cá, pela escassez de recursos financeiros?

...Contudo, os outros venceram. Precisaremos, portanto, estudar atentamente os processos por eles empregados com tanto sucesso. Num e noutro caso, é verdade, a situação político-social diferia profundamente da nossa. Houve um plano de conjunto estabelecido pelo governo central que pode orientar, mobilizar e organizar todas as forças de que lançaria mão, ao passo que no Brasil – para encarar apenas o lado pedagógico da questão – a União não intervém no ensino primário, do que resultou serem estas jornadas pedagógicas a que estamos assistindo de exclusiva iniciativa do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nosso torrão fluminense é pobre ... tal e qual os rincões russos ou mexicanos; pois tanto melhor para esta experiência de regionalização de todas as suas escolas. Só depende de vós Srs. prefeitos, e de vós, Srs. industriais e comerciantes, com o concurso dos homens e mulheres inteligentes que se apresentarem, para que o êxito coroe esta iniciativa da Diretoria de Instrução Pública, a

cargo da qual ficará a responsabilidade da atuação do pessoal técnico. Com ela, a solução dos problemas de construção dos prédios escolares e quantos se prendam ao funcionamento eficiente do aparelho escolar, inclusive o mais transcendente, da formação e treinamento dos mestres: convosco, todos os outros elementos com que se criam as verdadeiras escolas regionais.

Em poucas linhas se definem as diretrizes regionais da educação e a conseqüente parte que cabe à sociedade nela tomar.

Baseada naqueles princípios psicológicos aludidos no começo destas atividades preferidas pelas suas crianças, e não em preparar efeitos para admiração de visitantes menos avisados, vai transmitindo aos alunos as técnicas fundamentais da linguagem e do cálculo, de par com os hábitos de saúde e os hábitos de trabalho manual e mental. Ocorre-me, agora, a existência de um outro equívoco que convém destruir logo: escola do trabalho, designação da escola ativa vulgarizada pelo livro conhecidíssimo do educador alemão Kercshensteiner, não quer dizer só a escola onde se trabalha manualmente. Trabalho criador, trabalho que seja principalmente cerebral, não tarefas mecanizadas, que matam a pobre alma sem defesa... Nada menos “escola do trabalho” neste sentido moderno, do que certos internatos de órfãos, que eu conheço, que todos nós conhecemos, e onde se fabricam verdadeiras peças de tortura da personalidade infantil. Em compensação, visitei no Uruguai uma classe experimental, dirigida por um de seus mais notáveis pedagogos, onde os únicos trabalhos manuais admitidos eram os necessários ao bom emprego, consertos e ajustamentos do material usado no laboratório de ciências. E que adestramento mostravam possuir aqueles pequenos alunos! Apresso-me em declarar que ali, também, havia exagero. Na escola rural, de que vínhamos nos ocupando, então, seria um absurdo. Nela as fainas domésticas, os trabalhos manuais de utilidade (de acordo com o desenvolvimento da criança e as necessidades da vida local), o cultivo de plantas e criação de animais domésticos desempenham o

papel duplamente educativo de atender aos impulsos construtivos da idade e correr para o conforto e embelezamento da própria escola e dos lares de seus alunos. Trabalhos vendáveis também, por que não? Se não executados sob a orientação conveniente...Nós, que ainda ouvimos as famílias do povo protestarem que “puseram seus filhos na escola para aprender, não para trabalhar” sentimos a fundo quando nossa escola de hoje deve diferir da de ontem, a fim de modificar tais concepções deprimentes sobre a dignidade do proletário – e fazer daquelas atividades a trama mesma da vida escolar.

O prazer de se associar a outros já terá surgido na idade escolar, logo, os alunos trabalharão em pequenos grupos e juntos farão as suas observações, as suas experiências, os seus jogos ao ar livre. Com toda a sua individualidade livre das compressões da disciplina externa, arbitrária, e por isso incompreensível e inaceitável, a criança vai – libertando do seu egocentrismo, socializando-se. O próprio regime interno da escola virá a ser o de uma sociedade infantil, uma sociedade sem classes, sem forças armadas, sem polícia, sem casas de correção, com trabalhos e responsabilidades, tocando cada um por sua vez, – antes o embrião da sociedade humana do futuro, do que um arremedo de sua organização atual...

Os estudos da natureza – ciências e geografia, em conjunto – constituem o núcleo central de que decorre a oportunidade para aplicação de todas as outras matérias. Qualquer que seja o caminho ou método empregado pelo professor, é aí, parece-me, que se chega no ensino primário.

A escola regional é, pois, a que vive no seu meio, investiga suas condições físicas, sociais e econômicas, e procura contribuir, de qualquer modo para melhorar aquelas condições. Não é, pois, uma instituição à parte da sociedade, coisa que só interessa a crianças e professores... A interferência das escolas rurais americanas nas obras de benefício público está à altura da fama de que gozam. Ora vigorando um tal regime de conhecimento direto das coisas, de

participação na vida da comunidade, de troca de serviços com ela, está dito o que a cada cidadão consciente compete fazer. Ou individualmente, ou fazendo parto de associações de amigos da escola, desde o industrial, que franqueia as suas oficinas à visita das turmas de escolares em excursão e que, se os produtos de sua indústria podem ter consumo na escola, fornecendo-lhes regularmente: ao pequeno lavrador que, por ser pobre, só pode contribuir uma visita mensal ao terreiro escolar para ensinar como se semeiam, se podam, se tratam as plantas ali cultivadas; ao comerciante que, ou fornece certa quantidade de gêneros a prazo certo para o almoço familiar da escola, ou prefere contribuir em espécie para a caixa escolar: até ao médico, ao dentista, à costureira, à doceira, todos podem e devem contribuir para a obra de educação comum. Talvez, quem sabe, a parte de benefícios colhida pelos que contribuem para a escola, seja tanta ou maior do que a recebida pelos pequenos escolares... Porque, se eles, os adultos, para quem a escola agora apela, perderem essa oportunidade de aperfeiçoamento de sua educação social, exercitando-se nas funções mais nobres que cabem a um membro da comunidade – que são as dedicadas à infância – eles perderão pelo menos, o seu melhor título de civilização... Não muito longe daqui em Merity, o terreno para construção de uma Escola Regional além de diversos materiais para o prédio e depois disso, até hoje, contribuições em dinheiro e outras que lhe dão, valem como antecipada afirmação do que virá a ser a cooperação dos particulares quando essa cooperação for estimulada e sistematizada pelos poderes públicos.

Na Rússia, o que o povo faz pelas suas escolas chega às raias do inacreditável. Até os camponeses, aqueles broncos *mujies* mal afamados, se cotizam para construir com suas próprias mãos escolas que oferecem ao governo. As bibliotecas circulantes, os clubes para auxílio de toda natureza à instrução pública, multiplicam-se por toda aquela imensidade de terras... No México, hoje em dia,

quando um lugarejo qualquer despercebido do governo deseja ter a sua escola, requisita-a ao Ministério da Educação, comprometendo-se a alojar a professora gratuitamente. Os moradores oferecem-lhe, cada um, morada por seis meses revezadamente. Ela é considerada a “primeira”, a mais importante pessoa do lugar.

O carpinteiro, o agrônomo, o médico são os colaboradores costumeiros daquela mulher às vezes uma menina de 20 anos, segundo teve ocasião de observar certo pedagogo americano, no interior do país.

Será a nossa gente – uma vez que a escola aqui também mude, que não lhe roube mais os filhos ao trato da lavoura, mas que os prepare melhor para essa ou qualquer outra profissão futura; que mude a ponto de se tornar uma pequena oficina, sem prejuízo da formação intelectual, uma grande e alegre casa de família em lugar de uma gaiola ou um quartel: um jardim público, em lugar de uma casa feia, triste, sem flores – será nossa gente insensível a tanta mudança para melhor?

Não sentirá nossa gente, por instinto ao menos, que a seus filhos aguardará um nível mais alto de vida, se eles os pais, quiserem unir esforços aos esforços do governo? Aqui a minha experiência de 14 anos está gritando uma verdade que sou obrigada a repetir.

Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular)*

Nenhuma outra questão nos pareceu a nós, membros da Seção de Educação de Adultos da A. B. E., tão importante para o início de nossa atividade quanto esta: leituras para os homens e mulheres de maior idade. Claro que nos referimos a proletários, aqueles que em geral não tiveram oportunidade de ir além da escola primária. É que eles constituem a grande maioria dos que sabem ler no Brasil. Exercendo, embora, as profissões manuais

* Tese apresentada na 6ª Conferência Nacional de Educação, em Fortaleza, em 1934. (Publicada no *Jornal do Comércio*. 11. 03.1934, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto)

mais especializadas, chegam até lá sem um prévio curso escolar profissional, apenas com a aprendizagem prática adquirida, na própria oficina – e a teoria, quando a têm, formada na leitura dos raros livros que lhes são acessíveis. Deixamos, portanto, propositalmente, de parte o problema da educação dos adultos analfabetos – problema fascinante, na verdade, interessando à quase totalidade das massas brasileiras, porém acima de nossas possibilidades de um ataque em cheio no momento atual, tão poucos são os elementos de que ainda dispomos dentro da Seção.

O livro ainda é em nossos dias o que vinha sendo de século em século: o melhor instrumento de cultura e de elevação humana. Se o cinema e o rádio agem diretamente, com mais rapidez e com um raio de ação muito mais amplo – pois alcança a massa de analfabetos, – em compensação, não se lhes pode atribuir para com os que sabem ler o mesmo papel oportuno, íntimo, incomparável do livro como reativo psicológico da vida afetiva e volitiva. Por toda parte existem inúmeros testemunhos do que tem sido conseguido nos últimos tempos em benefício da educação extraescolar por intermédio do livro isto é, das bibliotecas populares. Nenhum entretanto, tão impressionante como a experiência rigorosamente científica, realizada em larga escala e prosseguida por mais de vinte anos por Nicolau Rubakine, na Rússia, que a expõe em sua obra fundamental “Introdução à psicologia Bibliológica”.

O ponto de partida do notável psicólogo e educador foi o estudo da linguagem falada e escrita de milhares de crianças e pessoas do povo com as quais estava em contato na biblioteca popular e com quem mantinha correspondência direta, por cartas. Depois, unicamente com os 1.200 a 1.500 vocábulos assim recolhidos escreveu numerosas obras de divulgação científica destinadas às crianças, aos operários, aos camponeses, separadamente. Por meio desses inquéritos diretos e de outros indiretos (estudo das estatísticas anuais das bibliotecas públicas, por exemplo) foi co-

nhecendo as predileções literárias e as aspirações de cultura do povo. Discriminou tipos psicológicos usando o livro *A prática da instrução de si mesmo – Entre os livros* etc. Um dos princípios de Rubakine que maior aplicação deve encontrar na biblioteca popular é o seguinte: *a força atuante de um livro não está nele mesmo, mas em relação determinada com o leitor dum dado tipo*. Assim, o que importa não é dar ao adulto que começa a ler uma bela obra literária, mas sim um livro qualquer – seja ele o Rocambole! – que lhe agrade, que lhe desperte o gosto, estabelece-se o hábito – e só dependerá do bibliotecário a direção futura desse hábito.

Melhor do que quaisquer citações, no entanto, o sumário da Introdução Bibliográfica evidencia quanto será de utilidade aos que se ocupam destas questões conhecer a obra de Rubakine: “Psicologia da criação dos livros de sua distribuição e circulação, de sua utilização pelos leitores, as escolas, as bibliotecas, as livrarias etc. – teoria e prática”. Com essa teoria e essa prática Rubakine conseguiu contribuir como poucos para o esclarecimento das camadas populares em pleno regime czarista. É obvio que teve colaboradores entusiastas – e que tudo conseguiu sem o auxílio oficial.

Com ou sem auxílio oficial, vale a Penna balancear a obra considerável desenvolvida pelas bibliotecas públicas hoje em dia, graças ao aparelhamento aperfeiçoado; aos serviços cada vez mais completos de que vão dispor. É incontestável que a feição moderna da biblioteca popular surgiu nos Estados Unidos e que em número, em adaptações de serviços às necessidades do público, em tamanho das coleções, em eficiência técnica, enfim, caminham à frente dos outros países. Em 1921 já os Estados Unidos possuíam 20.000 bibliotecas públicas, quase todas com um núcleo central e várias filiais, seções ambulantes – estas, desde 1893 – clubes de estudo ou cursos para pequenos grupos e um sistema de livre acesso dos leitores às estantes (biblioteca aberta) sistema que só agora a França começa a adotar. Lá a iniciativa particular não se distingue da oficial, nem pela

timidez, nem pela modéstia; quando uma falta, a outra surge na certa mas, comumente coexistem – e não se hostilizam, antes colaboram com toda cordialidade. O Mechanic’s Institute é uma poderosa fundação, cujas bibliotecas funcionam em muitas cidades, para o uso exclusivo dos operários, tanto que, pela maior parte, as suas coleções são constituídas de obras técnicas. Como se vê, o surto das bibliotecas americanas é formidável – e para avaliar bem o papel que desempenham, basta considerar que no ano longínquo de 1918 já a Biblioteca Pública de Nova York emprestava para a leitura a domicílio 10.700.000 livros! E em conjunto, as bibliotecas públicas do país emprestaram 200.000.000 de livros. Há ainda um dado de suma importância a acrescentar: é que todo esse trabalho educativo foi executado por um corpo de bibliotecários profissionais, formados em cursos universitários, equivalentes ao do magistério primário ou secundário – com quem partilham as funções educacionais.

Na U. R. S. S. toda a organização de bibliotecas públicas é devida ao Estado. Tal é a importância atribuída à sua função, que não há fábrica, escola, quartel, estabelecimento agrícola, colônia correcional, sindicato – que não conte com a sua biblioteca. Em 1931 o número de bibliotecas públicas alcançava 18.000 com 50.000.000 de livros 6.000 bibliotecas ambulantes percorriam o interior da União. Todos os tipos de organização e processo de funcionamento americanos foram adaptados. Mais. As agências do correio se incumbem de facilitar a difusão do livro onde não existiam as “casas de leitura”; e certas associações, como a dos pioneiros (escoteiros de lá) também desempenham o papel de agentes das bibliotecas entre os camponeses dos rincões distantes.

Na Tchecoslováquia, as comunas são obrigadas pela lei a manter cada uma a sua biblioteca, controlada pelo Ministério de Instrução Pública e pelo Instituto Masaryk, de educação de adultos. Em 1930, essas bibliotecas de caráter regional eram cerca de 16.500, com 700.000 livros, 20% dos quais devem versar sobre assuntos de inte-

resse especial da população local. Havia naquele ano – e não deixa de ser uma nota significativa – 50.000 bibliotecários servindo nas bibliotecas populares, dos quais, a maior parte, era de voluntários.

Na Bélgica, na Suécia, na Finlândia e na Dinamarca as comunas também são obrigadas, explícita ou implicitamente a manter bibliotecas populares. Povos muito adiantados, as suas associações culturais são poderosas. Assim na Bélgica de território tão exíguo, o seu Ofício das Bibliotecas da Central Operária dirige 2.200 bibliotecas, mais ou menos. As associações proletárias suecas mantêm 3.600 bibliotecas populares. Os outros povos nórdicos andam por perto.

Na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Itália, na Suíça, no Japão (onde as agências do correio também já são aproveitadas), na Espanha, no México, por toda a parte, enfim, quando e onde os poderes públicos não instalam as bibliotecas populares, formam-se associações particulares, que assumem às vezes as proporções da “Biblioteca para todos”, da Suíça, hoje subvencionada pelo governo. Em Paris, por exemplo, cada distrito (arrondissement) tem a sua biblioteca – portanto são vinte – que aliás, estão passando por completa remodelação, graças à influência dos técnicos americanos – o que não impede a fundação de outras pelas agremiações particulares.

A Espanha acaba de iniciar uma das obras mais interessantes para a cultura popular as Missões Pedagógicas, encarregadas de difundir a cultura entre as massas das províncias, por meio de bibliotecas ambulantes com sessões de leitura, conferências, cinema, rádio e exposições de quadros célebres. Em plena praça de aldeia os Velásquez e os Goyas são contemplados nas carretas em que são conduzidos pelo povo, que neles se revê com emoção.

A Argentina – único país da América do Sul, além do nosso, de que possuímos dados, tinha, em 1931, 1.313 bibliotecas populares, com 2 milhões e meio de livros. De certo, as pequeninas bibliotecas – kiosques, situados nos jardins de Buenos Aires, que emprestam livros e revistas a crianças e adultos, não foram computadas no refe-

rido censo. Isso não as impede de prestar serviços ao povo e de fornecer um modelo econômico que nós outros devíamos imitar desde já. Outra iniciativa, sem dúvida sugerida pelo que se faz na Rússia, é a da utilização das agências do correio de todo o território argentino como outras tantas livrarias, segundo uma detalhada notícia publicada pelo *Jornal do Brasil*, de 15 de maio de 1930.

Agora, o Brasil. A estatística de que nos valemos é a fornecida pelo Ministério da Educação corresponde a 1933. Por mais pessimista que seja a nossa expectativa, a revelação da verdade sobre o nosso grau de cultura popular quando vamos sondá-la mais a fundo neste ou naquele sector – não deixa nunca de ser um choque: 93 bibliotecas públicas – bibliotecas? Penna é que a estatística aqui presente não informe sobre o número de volumes de cada uma, as modalidades de seus serviços, o orçamento, a frequência anual de leitores, as obras mais procuradas etc. Em todo o caso, examinemos a situação das que nos proporcionaram elementos informativos.

Vejamos a Biblioteca Nacional, a maior da América do Sul, com uma coleção de 600.000 livros, frequentada em 1933 por 74.837 pessoas, que retiraram 97.426 livros. A leitura predileta do público carioca é a literatura, a mais procurada, num total de 16.131. Em seguida figuram as de ciências médicas pedidas 7.627 vezes. A filologia e linguística e as ciências matemáticas ocupam respectivamente o 3º e o 1º lugar na procura. Esta estatística não é um detalhe inútil. Numa entrevista publicada há quatro anos e meio pelo jornal *A Ordem* o então diretor da Biblioteca Nacional declarava que *o maior frequentador daquela casa era o estudante pobre*. Estudante sim, mas de academia, universitário. A não ser, naturalmente, a literatura que é procurada indistintamente por todos os grupos de leitores, as outras rubricas confirmam de fato a asserção do antigo diretor. Ciências médicas, filologia, linguística não são do domínio da cultura do povo. E a contraprova pode ser achada na própria discriminação de assuntos adotada pela Biblioteca – nada fácil para os autodidatas das camadas populares

em suas primeiras sessões de estudo. O regime de funcionamento da Biblioteca também não é democrático: fechada aos domingos e feriados (pois nesses dias só funciona a Seção de Periódicos), sem filiais ou simples depósitos de livros espalhados pelos subúrbios, sem serviços ambulantes para as zonas afastadas do Distrito Federal e estados próximos, sem serviços circulantes, sem o livre acesso às estantes com exigências de um cartão-passaporte válido para a frequência durante um ano, além de outras características negativas. Bastava a primeira alegada: onde se viu biblioteca popular fechada nos dias de folga dos trabalhadores? E depois de tudo isso, como perguntar pelos clubes, pelos cursos de divulgação científica, pelo ambiente estimulante que exige a moderna instituição da biblioteca popular?

Haveria, ainda, outras críticas a formular contra a organização atual da nossa maior biblioteca. A de que lá não se encontram edições recentes, pelo menos das obras de maior repercussão nos centros cultos da Europa e América. Mas, quando se atenta na exiguidade da dotação orçamentária de que ela dispõe, a inutilidade da crítica é evidente: 62:000\$000 anuais para a aquisição e permuta de livros – é francamente uma ninharia. É aí, afinal, que se vem a chegar sempre: a falta de recursos destinados à cultura popular.

Muito menor do que a Nacional, é a Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro. Tem cerca de 40.000 livros e, relativamente, mais recursos financeiros. Seu orçamento anual é de 288:000\$000 dos quais 30:000\$ para aquisição de livros. Foi frequentada em 1933 por cerca de 15.000 pessoas que leram 19.300 obras. Também é desprovida de serviços modernos para a circulação dos livros; contudo, não se exige a inscrição a quem se apresenta para ler.

Deu-se com ela um fato interessante. Como é de fácil acesso ao público, as crianças da rua a invadiam. O antigo diretor mandava expulsar a gente miúda mas o atual achou mais conveniente arranjar-lhes uma salinha com certa quantidade de livros e revistas para sua idade... e assim, mesmo sem o mobiliário apropriado aquele ambi-

ente particular das salas de leitura para a infância, que os americanos já ensinaram a fazer a muitos povos, nós tivemos no Rio a nossa primeira biblioteca pública infantil – diga-se, de passagem, uma das aspirações por que luta a ABE desde os seus primórdios. Formada ao acaso, é verdade, mas muito melhor que nada. Temos a sua estatística do mês de outubro de 33, mês da sua inauguração. Foi frequentada por 116 crianças, que leram 123 livros.

Voltando à Seção de Adultos. Os defeitos gerais de organização encontrados na Biblioteca Nacional – como a despreocupação de destacar na indicação de assuntos das obras os referentes à tecnologia e outros mais interessantes para o operariado – se reproduzem também nesta Biblioteca.

A Biblioteca Popular, mantida pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, não nos forneceu todas as informações que pedíamos. Mesmo regime das demais: fechada aos domingos e feriados, não empresta livros para leitura a domicílio, não permite o acesso às estantes. Seu último catálogo data de 1922. Em 1933 foi frequentada por 10.425 pessoas que consultaram 9.780 obras e 7.738 jornais e revistas. Apesar do nome as suas coleções não se distinguem na seleção de assuntos.

Há mais duas bibliotecas franqueadas ao público na capital federal: a do Museu Nacional e a da Casa de Rui Barbosa. Como, porém, nenhuma das duas é largamente frequentada pelo povo, e o tempo nos era escasso, não colhemos os dados a ambas referentes e que nos autorizariam a criticar-lhes a organização.

Se nos falham elementos para uma apreciação objetiva do que seja o papel educativo desempenhado no seio da massa pelas bibliotecas públicas nos demais Estados do Brasil, pelo menos o número desses estabelecimentos já é suficiente para se avaliar de sua escassa influência. Num Estado como o de São Paulo, onde tantas solicitações de cultura se fazem sentir, apenas duas bibliotecas são franqueadas ao público: a Biblioteca Municipal e a Biblioteca Pú-

blica do Estado, ambas na capital. Aqui no Estado do Ceará – uma única biblioteca aberta a todos! O Estado que conta maior número delas é o de Minas – 30 – mas, justamente dali, firmado pela autoridade do diretor da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, Dr. Guimarães Menyale, temos em mãos um relatório oficial que é um documento de valor, inclusive pela crítica insuspeita e bem fundamentada das condições da que presumimos ser a melhor biblioteca pública do Estado. Dispondo de um orçamento mesquinho e incerto, não podem ser ricas as suas coleções – tanto que “temos obras, nas várias especialidades, mas na quase totalidade datam de quinze, vinte anos ou mais”. Chega a dizer, adiante: que *vai para vinte anos não se adquire coisa alguma*. Esse relatório é de 1932. Pelas considerações de caráter técnico; pelas seções novas que criou – a infantil, a dos cegos, a de empréstimos à Casa de Correção etc.; pelo questionário distribuído na portaria, indagando do público quais os gêneros de obras gostaria ele de encontrar; pela frequência, que veio multiplicada, por tudo o que tem conseguido realizar nas aludidas condições financeiras – a direção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte soube aproximá-la do tipo contemporâneo da biblioteca popular. Duas faltas, porém fazem-se sentir na lúcida exposição: o número de frequentadores e das retiradas durante o ano, e a lista dos livros que mais reclamam os leitores das Bibliotecas. Para nós seria um dado precioso. Porque para apurar-se o que o povo mais procura ler não é nas livrarias onde se *compram* livros, mas nas bibliotecas onde se encontram os livros mais vendidos são os da chamada biblioteca das moças: Delly, Ardel. etc. Evidentemente que não são os milhares de trabalhadores que por ali desfilam diariamente que adquirem tais livros. Que diga o próprio pessoal da pequena livraria. Entre os trabalhadores os que sabem ler, ou leem de graça ou só despedem o níquel do jornal. Uma ou outra vez adquirem aos vendedores ambulantes os folhetos de tostão com as *Aventuras de Lampeão* e coisas parecidas. (Aliás, haveria oportunidade para uma explicação de or-

dem psicológica ao lado da econômica, na preferência dada pelo povo a esse gênero literário). Por enquanto o jornal é que é quase única leitura do proletário. Por isso não se justifica a falta de uma seção diária em todos os jornais exclusivamente dedicada aos trabalhadores em que se publicassem cursos de divulgação de ciências e outros conhecimentos. O noticiário sensacional deve ser restringido em benefício dos reais interesses da maioria da sociedade.

Quanto às edições a preços reduzidos de livros de valor literário ou científico, é justo reconhecer que algumas empresas editoras já avançaram alguma coisa, todavia, muito mais no campo da literatura, podendo ser citada a coleção “Terramarear” que pela sua feitura material, escolha das obras e apuro nas traduções merece a divulgação que vai tendo.

Em nosso mercado de livros, infelizmente, há uma enorme falta de obras técnicas, com terminologia brasileira, para os nossos profissionais. No gênero da “Bibliotecas de Instrução Liautey”, ou melhor ainda, no dos “Manuaes Hoppeli”, mais variados, mais completos, mais atualizados.

Conclusões

1º - O livro em nossos dias, ainda é o melhor instrumento de cultura.

2º - O livro ainda está fora do alcance da maioria dos brasileiros que sabem ler porque incumbindo à biblioteca pública prover as leituras para o povo, essas bibliotecas não existem em número suficiente e as poucas que existem não são atraentes nem cômodas em seus sistemas. Além disso não oferecem às classes populares as leituras que atendem as suas necessidades culturais.

3º - A eficiência da biblioteca popular depende muito mais do bibliotecário do que de um rico aparelhamento material. Assim, o cargo de bibliotecário deve ser exercido por profissionais aptos para a função de educadores do povo.

4º - O Congresso Nacional de Educação sugere aos poderes competentes a adoção em todas as bibliotecas públicas do Brasil do regime de “biblioteca aberta”.

5º - Os educadores preocupados com o problema da cultura das massas populares reconhecem que é urgente a publicação de livros de divulgação científica, tecnologia e assuntos afins, a preços reduzidos. Entendem, outrossim, que compete aos poderes públicos estimular essas edições – caso não tomem a si o empreendimento – concedendo anualmente um prêmio em dinheiro, repartido entre a casa editora e o autor que oferecerem ao público a melhor obra com uma tiragem mínima de 10.000 exemplares.

6º - É inegável a importância do jornal na cultura popular. O 6º Congresso Nacional de Educação apela para a imprensa do país no sentido de ampliar aquela atuação criando ou desenvolvendo em cada jornal seções de divulgação de conhecimentos gerais.

Inquérito sobre leituras infantis*

Com uma pergunta apenas: “Qual o livro que mais gostou até hoje?” e entre parêntese “excluídos os didáticos” – a que se seguiam naturalmente as referências do autor da obra e nome, idade e escola do votante, é que foi levado a cabo o presente inquérito sobre as leituras preferidas pelas crianças e adolescentes cariocas. Trata-se de um modestíssimo ensaio que abrange o pequeno número de 3.094, leitores, entre 8 e 17, alunos de escolas públicas e participantes. Para que número tão restrito tivesse a máxima significação, foram escolhidas escolas que apresentassem certa diversidade entre si, urbanas e rurais, brasileiras e estran-

* Inquérito realizado em julho de 1926. Armanda Álvaro Alberto assina como presidente da Comissão de Leitura da Seção de Cooperação da Família, da ABE. (Publicado no *Jornal do Commercio*, maio de 1928, s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto).

geiras, que já possuíam uma biblioteca para o uso dos alunos. Dispondo de uma comissão de poucos membros, resignamo-nos a efetuar um inquérito – amostra, um ensaio, como já acentuamos, feito porém, com todo rigor, com a assistência pessoal de uma das encarregadas em cada estabelecimento.

Que outros, dispondo de elementos que nos faltam – a Diretoria de Instrução Pública, por exemplo – realizem oportunamente um inquérito extenso sobre este assunto de tanta importância para todos aqueles que se ocupam de educação.

É de 22 o número de estabelecimentos em que inquirimos os alunos. Públicas: Escola Normal, Wenceslau Braz, José de Alencar, Rodrigues Alves, Deodoro, Prudente de Moraes, Nilo Peçanha, Ennes de Souza, 1ª Mista do 15.º Distrito, 4ª Mista do 2º Distrito e Estado Unidos. Particulares: Colégios Bennett, Rezende, Anglo Americano, Mallet Soares, São Paulo, Curso Jacobina, Curso Andrews, Escola Alemã, Liceu da Fundação Osório, Associação Cristã Feminina e Escola Regional de Meriti.

Houve 5 votantes avulsos.

Dos referidos 3.094 leitores, que nos responderam, 345 tiveram os seus votos inutilizados por escolherem livros didáticos ou votarem em branco. Dos 2.749 restantes são meninas 1871 e rapazes 878, cujos votos foram contados em três grupos, segundo a idade: dos 8 aos 11, dos 12 aos 14 e dos 15 aos 17.

Votantes:

rapazes de 8 a 11 anos	383
meninas	581
rapazes de 12 aos 14 anos	410
meninas.	858
rapazes dos 15 aos 17 anos	85
meninas	432
Total	2.749

Como se vê, desses 22 estabelecimentos, só 2 são exclusivamente femininos e 3 aceitam rapazes até 10 ou 12 anos; os demais são mistos.

O excesso de 993 votos femininos sobre os masculinos deve ser atribuído ao fato de os meninos abandonarem prematuramente a escola pela necessidade da luta pela vida.

O livro mais votado pelos rapazes de 8 a 11 anos, foi *Contos da Carochinha*, de Figueiredo Pimentel: com 26 votos; o autor por eles preferido foi Arnaldo Barreto, com 64 votos.

As meninas da mesma idade ainda preferiram o *Contos da Carochinha* no qual deram 48 votos; e o mesmo autor Arnaldo Barreto, que alcançou 106 votos.

Pelos rapazes de 12 a 14 anos, foi escolhida *Robinson Crusóe* de Defoe, com 23 votos; o autor predileto foi Julio Verne, com 21 votos.

As meninas de 12 a 14 anos deram sua preferência a *O Guarany*, de José de Alencar, com 44 votos; Arnaldo Barreto, o autor mais votado por elas, teve 105 votos.

Os rapazes de 15 a 17 anos preferiram o *O Guarany*, com 7 votos; sendo José de Alencar o autor mais votado, com 12 votos.

Pelas meninas de 15 a 17 anos foi também escolhido *O Guarany*, com 35 votos; o autor preferido, Delly, obteve 75 votos.

O número de obras votadas em todo o inquérito foi de 673, entre as quais 104 de autor ignorado. São de autores brasileiros 186 obras, franceses 140 obras, alemães 106, portugueses 40, italianos 8, espanhóis, anglo-americanos 52, russos 4, dinamarqueses 3, polônês 1, sueco 1, grego 1, hindu 1. *Mil e uma noites*, *Bíblia* e 13 de nacionalidade não identificadas.

O número de autores abrangido pelo inquérito foi de 312, dos quais: 96 brasileiros, 63 alemães, 57 franceses, 40 anglo-americanos, 21 portugueses, 8 italianos, 5 espanhóis, 3 russos, 1 suíço, 1 polônês, 1 dinamarquês, 1 sueco, 1 grego, 1 hindu, as *Mil e uma noites*, a *Bíblia* e 11 de nacionalidade ignorada.

rapazes de 8 a 11 anos	36,4
meninas”	31,2
rapazes de 12 a 14 anos.	28,9
meninas	37,0
rapazes de 15 a 17 anos	32,6
meninas	27,9

Conclusões:

1º- Há grande necessidade da instalação de bibliotecas nos estabelecimentos de ensino, pois só de uma escola municipal foram inutilizados 100 votos por se referirem a obras didáticas adotadas em suas classes.

2º- Dos 8 aos 11 anos não há diferenças marcadas entre a mentalidade de um e de outro sexo; o mesmo livro, o mesmo autor foram preferidos por ambos. Igualmente a condição econômica não influi nas preferências dessa idade, fazendo-se porém sentir, daí em diante, quando, justamente com outro fator, o aprendizado de línguas estranhas, amplia a capacidade de leitura (Ex. a votação em Arnaldo Barreto e Figueiredo Pimentel, encontrada nas escolas populares, depois dessa idade).

3º- Ficou constatada uma certa desatenção dos jovens leitores (mesmo adolescentes) em relação ao que leem, de que resultou a confusão de nomes de autores de obras, tanto de estranhar em se tratando de livro predileto.

4º- Enquanto bons autores brasileiros e portugueses conseguem agradar muito pouco aos adolescentes, as péssimas traduções de romancistas franceses, alguns bem medíocres, são estimadíssimas.

5º- Confrontando-se a porcentagem de autores nacionais nas diferentes idades, verifica-se um decréscimo na chegada à adolescência, principalmente entre as meninas, em que, de 15 a 17 anos, é a mesma a porcentagem de autores franceses e brasileiros.

6.º Nota-se a grande falta de edições populares de livros bons. É evidente que o preço influi na divulgação das obras, como provam, por uma lado, a biblioteca infantil de Arnaldo Barreto e as edições Quaresma, as mais citadas pelas crianças, e por outro, a quantidade de livros absolutamente impróprios que deveram a sua votação ao ínfimo de seu preço.

7.º - Há um desconhecimento sensível por parte dos adolescentes das obras primas universais. É como se os grandes poetas e prosadores houvessem sempre escrito fora de seu alcance.

8.º - Reconhecemos, à vista desses resultados, a necessidade de se organizarem edições dos grandes autores, principalmente nacionais, adaptados à leitura dos adolescentes, à maneira do que se faz em outros países.

Outras conclusões podem-se tirar do presente inquérito: as que aí estão são aquelas que nos parecem mais gerais.

Talvez a desorganização que constatamos nas leituras de nossos jovens possa, em parte, ser atenuada com a instituição “bibliotecas rotativas” que serviriam revezadamente às escolas populares, preparando a organização futura das bibliotecas escolares.

Finalmente, lembraríamos se instituísssem sessões de leitura nas escolas e que casa aluno registrasse metodicamente as impressões de suas leituras prediletas.

Pela criação de bibliotecas infantis*

Dada a ação que vêm desenvolvendo em nosso campo social o Rotary Clube e a Associação Brasileira de Educação, não será de estranhar que de vez em quando as duas sociedades se encontrem empenhadas na mesma campanha, como tantas vezes já tem acontecido.

De fato, é a promoção de mais um encontro feliz que venho provocar, hoje, aqui em nome da ABE.

* Publicado em *O Estado* (Niterói). 6/04/1932, s.p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

Vinha a nossa Associação trabalhando, há bem uns seis anos, pela fundação de uma biblioteca pública infantil, quando, ultimamente, tendo conhecimento do projeto do atual diretor da Instrução Municipal, que por, uma coincidência promissora é também o presidente em exercício da ABE, criando cinco bibliotecas nas futuras cinco escolas experimentais, bibliotecas essas planejadas com o rigor que impõe desde o aparelhamento material até o preparo técnico da professora-bibliotecária, reconheceu que aquele projeto era na realidade um complemento do nosso. Resolveu, portanto, a ABE conjugar os seus esforços com os da Diretoria de Instrução... e o seu primeiro ato de colaboração pública é este pedido a outra colaboração preciosa.

Respondendo a uma provável interrogação dos srs. rotarianos, apresso-me em esclarecer desde já a questão principal no conjunto de questões relativas ao assunto que aqui nos trouxe. Tanto na biblioteca pública, quanto nas escolares, o que se deseja organizar é “alguma coisa inteiramente nova” em nosso meio. Não se trata de oferecer às crianças cariocas salas providas de coleções de livros, que se leem ali mesmo ou que se levam para casa. Trata-se de estabelecer no centro da cidade e dentro de suas escolas públicas um aparelho complexo, maravilhoso em seus efeitos educativos destinado a atingir, segundo a autorizada especialidade americana, Miss Luciene Fargo, os seguintes objetivos: enriquecer o currículo escolar com informações complementares, instruir as crianças no uso dos livros e das bibliotecas como instrumentos de trabalho, treinar as crianças em atividades sociais (clubes de leitura e dramatização, autocontrole dos alunos etc.) e, sobretudo, ensinar a ler por prazer, como um hábito para toda a vida. A “hora do conto” para os pequeninos, de que se encarrega a bibliotecária, as exposições de livros e gravuras muitas vezes organizadas pelos próprios frequentadores da biblioteca, as pequenas palestras feitas a convite, por pessoas capazes de

interessar auditório tão exigente, além de outras muitas atividades, estão contidas naquele programa, que requer para seu pleno desenvolvimento, um ambiente de alegria, de conforto, de beleza, de liberdade, tal o que apresenta a Biblioteca infantil municipal de Paris, chamada tão apropriadamente “L’Heure Joyeuse”, justamente aquela que chamamos ver produzida no Rio de Janeiro.

Os primeiros passos para a execução do nosso plano global, isto é, de colaboração com a instrução pública, já foram dados.

Assim, contamos neste momento com o terreno para a edificação da biblioteca pública num dos nossos parques (o da Praça da República) e com 80 contos de réis, ambos contribuição da Prefeitura. Sendo o total do orçamento de 80:000\$000, faltamos obter mais 50:000\$000 em dinheiro e material.

Para os Estados Unidos seguirá breve o apelo dirigido ao “Book Committee on Children’s Libraries”, o mesmo a quem se deve a referida “L’Heure Joyeuse” de Paris e a de Bruxellas. Temos esperança de ser atendidos e vermos, então, o Rio receber o mesmo benefício com que foram contempladas as duas capitais europeias.

A ABE conta com os bons ofícios de algumas personalidades de destaque, nos meios intelectuais norte-americanos. Aqui, também esperamos ser bem sucedidos. O alcance de nossa campanha é evidente. No Brasil, em geral, mesmo os que sabem ler, leem pouquíssimo. Proporcionemos, pois, às crianças de hoje outras perspectivas de cultura – pelo livro – que o livro ainda é, apesar do cinema, do rádio e dos métodos de laboratório empregados pela escola moderna, o melhor instrumento de cultura, por cuja difusão vale bem a Penna trabalhar.

“Era uma vez...” *

Era uma vez..., parece história da Carochinha – mas não é. O que lhes vou contar não é propriamente uma história, são várias histórias entrelaçadas. E nenhuma por inteiro. Trechos de histórias, somente.

Aconteceu, ou melhor, começou a acontecer faz vinte anos, — e foi assim: consciente do alcance de sua iniciativa, um dos pioneiros da educação renovada entre nós, Heitor Lyra da Silva, convocou um grupo de educadores e com eles funda a Associação Brasileira de Educação, em outubro de 1924. É oportuna uma palavra sobre o fundador da ABE: todos reconheciam nele um espírito de rara lucidez e um dom especial de congregar personalidades vindas das mais diversas correntes de opinião. Assim como todos concordavam com ele em que o momento era o mais propício para lançar-se um movimento nacional em prol da educação de nossa gente.

Com relações de amizade no grupo fundador, fui convidada para a ele me associar. Pouco tempo depois, surgia a Seção de Cooperação da Família, em agosto de 1925. A diretora deste Colégio,** Miss Eva Louise Hyde, acompanhada pela turma das alunas formadas daquele ano, lá estavam iniciando uma participação nunca mais interrompida.

Ao começar seus trabalhos a Seção dispunha de pouquíssima literatura sobre o assunto de sua atividade, destacando-se o material da “Ligue pour L’Education Familiale”, da Bélgica. Em compensação, um grupo de senhoras devotadas pôs-se a trabalhar desde o primeiro dia. Miss Nancy Holt, hoje aqui no Bennett, foi das que mais contribuíram então. Era inesgotável a sua provisão de publicações da “Parents Teacher Association”, dos Estados Unidos, material utilíssimo, naquele momento. Naquela época era Miss Holt professora no Instituto Central do Povo, onde também tentara a

* Palestra feita em programa de rádio, em 1948. Texto também publicado por Dalva Lazaroni de Moraes, (1978). p. 123-125

** Colégio Bennet.

cooperação de pais e mestres, sem conseguir o resultado almejado. Deixara para mais tarde. Os colégios Bennett e Jacobina imediatamente aceitaram colaborar conosco. E nesse mesmo mês de agosto de 1925 tive a honra de assistir à instalação deste Círculo de Pais e Professores do Colégio Bennett e de nesta mesma sala ler para os seus membros o programa da Seção de Cooperação da Família a que o Círculo se filiava. Miss Hyde, é fácil de prever, não esperara por nós para lhe ocorrer tal iniciativa, porém, o círculo que fundara antes não correspondeu às intenções da excelente educadora. E eis que o Círculo ressurgiu para uma atividade não interrompida até hoje. Traçado para gente de elite interessada na educação de seus filhos, nele se trocam ideias, recolhem-se sugestões, travam-se preciosas amizades entre os pais e os professores. Eu mesma voltei a falar aqui, anos mais tarde, sobre a figura de Pestalozzi. Mais de um decênio se escoou desde essa noite. Alguns dos seus sobrinhos foram crescendo e vindo para o Bennett. O que se seguiu todos aqui o sabem: os pais dessas crianças atraídos pelo ambiente saudável da união da família com a escola — hoje são militantes desta causa. Uma cunhada – não é por estreito espírito de família que faço estas referências – Gilda Sussekind de Mendonça, entrega-se com entusiasmo ao teatro do colégio; um cunhado foi o presidente do Círculo o ano passado, ao passo que outro cunhado é o seu atual presidente... A este último é que cabe a culpa de eu estar neste momento ocupando tão mal o vosso tempo...

A Seção de Cooperação da Família incentivou a fundação de mais alguns círculos, além dos fundados nos dois colégios mencionados: o da Associação Cristã Feminina, o do Instituto Ferreira Viana e os de algumas escolas municipais, que, embora obedientes ao regulamento oficial, colaboraram amplamente com a Seção.

Passando a citar outras atividades da Seção, destacarei apenas as mais importantes: os dois inquéritos sobre as leituras de nossas crianças e adolescentes, por exemplo, constituíram tarefas muito

trabalhosas. Ao que nos consta, foi o primeiro enfoque do problema das leituras juvenis entre nós.

Os resultados com suas conclusões foram divulgados longamente pela Imprensa. O primeiro foi realizado em 1926; o segundo, em 1930. Depois da primeira enquete, era lógico que tratássemos de organizar listas de livros em português, destinados aos jovens leitores. Outra tarefa árdua, essa, mas tão interessante que atraiu outros membros da ABE, que não o eram da Seção, a virem nos oferecer sua colaboração. Publicamos duas listas, uma em 1928, outra em 1929, depois, em 1930, reunidas num folheto, sob o título “Biblioteca para crianças adolescentes”. Tanto o Inquérito como a Biblioteca só consideraram os livros recreativos. Também esse trabalho foi divulgado pelos jornais.

O terceiro trabalho, levado a efeito três vezes, foram as Exposições de livros infanto-juvenis. A primeira, foi de livros em português, em 1928, a de 1930 e a de 1934 exibiam livros de numerosos países europeus e americanos. Palestras sobre literatura infantil, horas de contar histórias, exibições de filmes e *slides* deram vida às exposições.

Se me propusesse a relembrar as demais atividades desenvolvidas na Seção de Cooperação da Família nos seus dez anos de atividade, sei que me alongaria demais. Portanto, de passagem, lembrarei apenas a campanha pelo rádio, jornais e palestras em várias instituições de prestígio para que se fundasse uma biblioteca pública para crianças; os cursos, alguns dados por cientistas de renome, para pais de famílias; revista semanal dos filmes exibidos nos cinemas da cidade com vistas ao público infantil; debates levados ao Conselho Diretor versando temas de grande interesse, tal o do sensacionalismo da imprensa; colaboração com o Bureau International d’Education de Genebra.

Em todas as atividades da Seção, o Bennett colaborava – diretora, professores e alunas. A Sta. Dina Fleisher – hoje Sra. Venâncio Filho – ainda aluna, exerceu o cargo de Secretária.

Dias depois da inauguração de nossa Seção de Cooperação da Família, surgiu o primeiro círculo de pais e professores das escolas municipais, fundado por Carneiro Leão, tendo o Dr. Lyra comparecido à solenidade de abertura. Os círculos das escolas municipais funcionaram com sucesso na gestão Fernando de Azevedo. Depois, foram suprimidos. Agora me informam de que vão ser reorganizados. Assim aconteça. Sim, porque são indispensáveis. Têm função muito mais complexa do que aqueles das escolas das camadas sociais elevadas. As mães frequentam o Círculo não só para informar, como, sobretudo para informar-se. Ali devem aprender desde os cuidados com a saúde dos seus, até o modo de agir ou qual situação psicológica dos filhos. O presidente deste Círculo, me sugeriu que não deixasse de ilustrar estes conceitos com casos concretos passados em certo Círculo de Mães, outrora zona rural, hoje transformada em suburbana. Trata-se da escola Regional de Meriti: aqui o Círculo foi fundado em junho de 1925, vindo a filiar-se à Seção de Cooperação da Família logo que esta se organizou. Como o Bennett, nunca deixou de funcionar. E se hoje conservo, consolidada, a minha antiga confiança educacional dos círculos de pais, é graças ao que venho observando ali. Se ao lado da mãe que frequenta o Círculo, existe um pai que frequenta o Clube de Leitura, então há garantia certa de se achar o filho-aluno entre os melhores da escola, ou a caminho de o ser um dia. E ainda há uma condição de nível mais elevado para a família: é quando a mãe também possui mentalidade para inscrever-se no Clube de Leitura.

Às professoras primárias do Brasil*

É invocando a experiência de dezesseis anos de trabalho ao vosso lado, olhos abertos diariamente para o mesmo espetáculo

* Publicado no *Jornal do Commercio*, 4.7.1935, s.p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

de desamparo das crianças do povo que educamos, que me dirijo, companheiras de profissão, à vossa consciência profissional.

Sempre achei que o contato de umas com as outras era o maior serviço dos congressos anuais de educação. E nos próprios locais onde vós mesmas, ou eu mesma, exercemos a nossa atividade, tenho recolhido vossas confidências amargas e desconformadas. Existem, portanto, latejando dentro de vossas fileiras, muitas queixas e reclamações.

Por que será, então, que dentre todas as classes laboriosas, neste momento em que todas fazem ouvir seus anseios por um nível mais alto de vida, a única silenciosa sacrificada sem melhorias a pleitear, há de ser a do magistério público primário?

Atentai bem na vossa própria situação constituís o órgão de ação direta da sociedade na formação da mentalidade popular. Nenhuma outra classe compartilha essa nobilíssima função. Compete-vos educar, instruir, despertar e guiar individualidades. A capacidade de inúmeros homens e mulheres que amanhã labutarão nos campos e nas fabricas em muito dependerá de vosso grau de desenvolvimento cultural e social... e no entanto, de que meios dispodes para atingir o nível técnico e cultural desejável? Onde estão as bibliotecas ambulantes, os cursos de aperfeiçoamento, as viagens e outros meios de cultura que abranjam a maioria das professoras em cada Estado? Onde e quando tendes a oportunidade de discutir oficialmente sobre aplicação de métodos de ensino e outras questões que tanto importam à vossa formação técnica e consequente eficiência profissional? Que vencimentos vos são concedidos que permitam a aquisição de livros, e revistas, uma vez que aqueles outros meios não existem?

Não há, professoras primárias do Brasil, não há classe de funcionários públicos tão mal remunerada quanto a vossa. Há localidades onde a professora despende mais do que recebe – para não perder o direito á nomeação. Há, ainda, Estados, onde em lugar

do aumento de vencimentos em relação à carestia crescente da vida, as professoras remuneradas com 600\$000 mensais antes de 1930 hoje veem aqueles vencimentos reduzidos para 200\$000.

Enfim, na maioria dos Estados, é vossa classe a primeira a ser cortada nos vencimentos ou tê-los em grande atraso, sempre que a situação financeira se agrava.

De par com a vossa pobreza obrigatória, a verba concedida nos orçamentos, por toda a parte às instalações e material escolar, é aquela mesquinharia que sabeis... Como sabeis, também de sobra, que existem nas capitais e grandes cidades algumas escolas tipos de “escola nova” às vezes luxuosas, sem dúvida, porém, amostras de escolas para admiração dos entendidos...

Depois da constatação destas realidades, seria acaso descabível perguntar onde estão as associações de professores?

De certo que estão espalhadas pelo afora... E, se através dessas organizações da classe não fazeis a vossa defesa, embora classe numerosíssima, vos sentis desprestigiadas e fracas. Lembrai-vos, entretanto mulheres educadoras, daqueles que tendes o dever de defender, tanto quanto a vós mesmas os vossos alunos. Não podeis separar a vossa causa da causa deles. A vossa classe profissional existe – por causa, deles. Logo, causa deles que deveis exigir em cada Estado onde trabalhais, tudo o que falta ao vosso próprio progresso. E mais: vós que conheceis como poucos, o estado deplorável de doença de miséria das crianças brasileiras; vós, que sois as confidentes das mães proletárias; vós, que sofreis com elas porque os seus meninos não raro tão inteligentes, não podem ir além do segundo ano do curso escolar, obrigados que são a abandonar a escola para ajudar na manutenção da família... vós tendes o supremo dever de vos unir em redor da infância, ao lado das mães.

Como? – perguntareis.

Congregando-vos com elas, com todas as mulheres de todas as camadas sociais, numa associação única, forte, capaz de defender em

cada região do país e em cada setor da atividade feminina as aspirações e os direitos de cada grupo de mulheres. Essa organização já existe, professoras! Está em pleno desenvolvimento, irradiando-se vigorosamente em todas as direções. Não distingue opiniões religiosas, políticas ou filosóficas. Surgiu para reunir não para desunir. Para realizar um programa nítido, franco, de reivindicações essenciais em benefício da mulher e da criança. Atendei ao apelo profundo que do íntimo de vós mesmas vos faz a vossa consciência de educadoras populares: Ingressai na União Feminina do Brasil!



CRONOLOGIA

- 1892 - Nasce na cidade do Rio de Janeiro, em de 1892. Filha de Maria Teixeira da Mota e Silva e de Álvaro Alberto Silva, viveu num ambiente intelectual que lhe permitiu adquirir um rico capital cultural.
- 1910 - Frequenta, de modo esporádico, o Colégio Jacobina, escola fundada em 1902, por Isabel Jacobina Lacombe, inspirada no Colégio Progresso, estabelecimento de ensino que funcionava em Santa Teresa, desde 1874, dirigido pela americana Eleanor Leslie Hentz, reconhecido nos meios educacionais pelo caráter inovador de seus métodos de ensino. Armanda, neste momento, se encontrava de luto pela morte do pai, ocorrida no ano anterior. A mãe estava entregue à dor. A família mudou para o Flamengo, bairro que começava a atrair a elite carioca.
- 1912 - Ingressa no curso especial de literatura do Colégio Jacobina, o que lhe permitiu aprimorar os conhecimentos adquiridos sob a orientação de sua mãe e de professoras particulares, estabelecer amizades fora do círculo familiar, partilhar ideais, experimentar, enfim, uma nova forma de sociabilidade. Por ocasião das comemorações do jubileu de ouro da escola, evocando os primeiros tempos que ali esteve, antes mesmo de se tornar professora, Armanda reconhecia que nela se confundiam o *“prazer intelectual misturado com impressões de carinho familiar (aquele chá com bolos para o qual nos convidavam depois das aulas, por exemplo)”*.
- 1917 - Inicia, por volta deste ano, as atividades no magistério, no Colégio Jacobina, delineando, assim, seu destino profissional. Lecionou nesta escola até 1925. Esta experiência lhe permitiu aperfeiçoar a reflexão sobre a educação e os métodos de ensino. Ali conviveu intensamente com Laura Jacobina Lacombe, educadora católica que, mais tarde, participaria da Seção de Cooperação da Família, da ABE, e, em 1925, viajou à Europa para estudar, em Genebra, no Instituto Jean Jacques Rousseau – dirigido por Édouard Claparède, importante psicólogo suíço que procurava traduzir suas conclusões para o campo educacional – instituição que exercia um fascínio especial sobre os educadores brasileiros, graças a uma estratégia de difusão adotada para fazer-se conhecer e reconhecer como o

principal centro de estudos sobre o desenvolvimento psicológico infantil. As alunas do Colégio Jacobina, uma escola feminina, estavam entre aqueles que colaboravam financeiramente com a Escola Regional de Meriti, nos seus primeiros anos de funcionamento.

- 1919 - Mora em Angra dos Reis, acompanhando o irmão que assume um posto da Marinha. Ali ensaia uma escola ao ar livre, nos moldes do que vinha sendo feito em países europeus. Apenas com uma mesa tosca, esteira no chão, experimentou uma nova maneira de educar: respeitando a liberdade, a atividade e o interesse dos alunos e alunas, filhos de pescadores. Na perspectiva pedagógica adotada, ao adulto não cabia dar ordens, ensinar, treinar. Deveria criar condições para que a criança pudesse agir, trabalhar, experimentar, descobrir. Inspirada nos ideais montessorianos, o ensaio de escola nova, moderna, ativa, propiciava a manipulação de objetos concretos, do cotidiano. Com estes alunos Armanda começava a exercer o magistério, procurando encontrar o sentido para sua vida em um momento no qual as mulheres assumiam, além da sagrada missão de mães, a tarefa de missionárias da civilização, através do ofício de ensinar.
- 1920 - Participa da Associação Cristã Feminina (ACF), uma associação feminina, de caráter filantrópico, criada, em 1920, resultando de uma dissidência da Sociedade Cristã de Moças organizada, em 1895, por mulheres pertencentes à Igreja Fluminense Protestante. A ACF reuniu, por ocasião de sua fundação mais de 800 mulheres entre brasileiras e estrangeiras, de vários credos.
- 1921 - Inicia as atividades da Escola Proletária de Meriti, posteriormente Escola Regional de Meriti, em Duque de Caxias, destinada aos filhos dos operários da Fábrica de Explosivos Rupturita, de seu irmão, Álvaro Alberto da Mota e Silva. Armanda concretizava com Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho – intérpretes e disseminadores do legado do autor de *Os Sertões* – o dever de incorporar a população do interior à civilização através da educação. Pretendiam chamar a atenção das elites para a tarefa daquela geração: assumir a educação como missão. Conferências populares, museu escolar e biblioteca aberta à comunidade faziam parte das estratégias adotadas para que a escola se tornasse o centro da vida social e cultural, irradiando sua ação para além dos seus muros.
- 1923 - Ocupa a vice-presidência da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que forjava e fortalecia a ideia de que a escola era a instituição capaz de promover o progresso, desenvolver o espírito patriótico, fixar o trabalhador no campo, aumentar a produtividade agrícola, combater as doenças, propagar, enfim, os avanços da civilização.
- 1924 - Participa da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade criada por Heitor Lyra, Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsssekind de Mendonça, dentre outros, com a pretensão de reunir profis-

sionais de diversas áreas para traçar uma política em favor da grande causa da educação nacional. Integra o comitê provisório do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, filiado ao “Conseuil International des Femmes”, constituído, também – segundo matéria publicada no *Bulletin* deste conselho, nº 10, assinada por Louise C. A. van Eeghen, editado em Londres – por “Mme Mesquita” (presidente), “Mme Carvalho de Mendonça” (tesoureira) e Bertha Lutz (secretária), presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

- 1925 - Preside a Seção de Cooperação da Família, da ABE, na qual, através de conferências, inquéritos, exposições, comissões, produção de listas de livros de leituras, discussão, divulgação e implantação dos Círculos de Pais e Professores, difusão de propostas para uma política editorial voltada para a infância e a defesa da ampliação de bibliotecas, bibliotecas escolares e bibliotecas infantis, assim como as demais mulheres ali reunidas, Armanda se qualificou como interlocutora capaz de formular um projeto de educação, no âmbito da entidade e da sociedade. Essas mulheres, sob a sua liderança, em eventos públicos, exibiam alunos e alunas, defendiam a infância, exercendo o papel de guardiãs da moral e do futuro. Promove, na Escola Regional de Meriti, uma série de conferências populares, inaugurada por Belisário Penna, com a finalidade de reunir a comunidade e envolvê-la na tarefa educativa.
- 1928 - Casa-se com Edgar Sússekind de Mendonça, professor, filho de Anita Sússekind de Mendonça e Lúcio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis. Armanda e Edgar já haviam trabalhado no Colégio Jacobina, na Escola Regional de Meriti, da qual ele foi um dos primeiros colaboradores, e na Associação Brasileira de Educação, da qual foram sócios fundadores.
- 1930 - Lidera o “Memorial aos Editores Brasileiros”, que teve entre seus signatários Edgar Sússekind de Mendonça, Francisco Venâncio Filho, Malba Tahan, Cecil Thiré, Erasmo Braga, Roquette-Pinto e Afranio Peixoto, no qual foram estabelecidas as condições necessárias para tornar aceitável o livro para crianças. Capas, tamanho, qualidade do papel, disposição tipográfica das letras, ilustrações, traduções, adaptações mereceram cuidadosas recomendações. Promove a “I Exposição de Livros Infantis” que se constituiu em ocasião especial para interferir na política editorial, com grande repercussão na imprensa. Destinada às crianças, educadores, escritores, editores e ilustradores, tinha como sentido pedagógico exibir, mostrar, ensinar o que os povos civilizados estavam realizando nesta área, como prova que valorizavam a infância. A iniciativa foi repetida até 1934, quando se realizou a terceira exposição, na qual os livros estrangeiros expostos ganharam um maior destaque, com a presença de publicações da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Portugal.

- 1931 - Participa do I Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, que pretendia encaminhar ao chefe do governo as reivindicações das mulheres para o pleno exercício da cidadania – direito de voto, ampliação das oportunidades educacionais, supressão da incapacidade civil da mulher casada, que foi liderado por Bertha Lutz, que presidia a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), entidade criada em 1919. Convidada pela Colônia de Pescadores Z 8, na Ponta do Caju, dirige os trabalhos da sessão na qual os conferencistas da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil discorreram sobre os direitos dos pescadores e a situação de abandono vivida pela classe.
- 1932 - Assume a presidência da ABE, juntamente com Afrânio Peixoto. Do Conselho Diretor fazem parte Lourenço Filho, Andréa Borges Costa, Louis Williams, cte Coriolano Martins, Ignácio Guimarães, Flávio Lyra e Silva e Belisário Penna. Assina o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, documento que pretendia servir de diretriz para a educação nacional, juntamente com outros intelectuais de projeção.
- 1934 - Assina o “Manifesto em defesa da soberania dos países e da paz entre os povos”, liderado por Maria Lacerda de Moura. Dirigido às mulheres brasileiras, o texto apelava para a união de todas em defesa da paz da humanidade que estava sendo ameaçada pelo ataque da Itália à Abissínia.
- 1935 - Integra o Conselho Consultivo do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Escolhida para relatora de sessão de Sexologia em Higiene Mental da Primeira Conferência Interamericana de Higiene Mental, juntamente com outros participantes do evento: Pontes de Miranda, Porto Carrero, Carlos Sússekind de Mendonça, Henrique Roxo, Roberto Lyra, para citar alguns. Preside a União Feminina do Brasil (UFB), com sede no prédio do *Jornal do Comércio*, no centro do Rio de Janeiro, entidade criada com a finalidade de lutar pelos direitos políticos e civis das mulheres, elevar o nível cultural, proporcionar igualdade econômica, lutar contra as guerras e os regimes que restringiam os direitos femininos.
- 1935 - Assina, entre outros manifestos, a moção de aplauso ao jornalista Clementino de Alencar, que abandonou o jornal *O Globo*, demonstrando, com esta atitude, que os intelectuais brasileiros antifascistas, defensores das liberdades públicas, estavam “*vigilantes e em desacordo com os inimigos do povo brasileiro, com os que pretendem esmagar as massas populares, com os que forjam terrorismos e preparam massacres*”, segundo nota publicada, na imprensa, no dia 11 de julho de 1937. Dirige um apelo “Às professoras primárias do Brasil” concitando-as a participar da União Feminina do Brasil (UFB) para lutarem pelos direitos das mulheres, intimamente relacionado aos direitos das crianças e das mulheres das camadas populares.
- 1936 - Presa, acusada de propagar o comunismo, a partir de dezembro de 1936, quando foi decretada a prisão preventiva de todos os acusados de ex-

tremismo, conforme matéria publicada no *Diário Carioca*, do dia 9 de dezembro. As diretoras da União Feminina do Brasil (UFB), que se filia à Aliança Nacional Libertadora, foram acusadas de envolvimento no levante de novembro de 1935 e de propagar as ideias marxistas.

- 1937 - Sai da prisão política, em 22 de junho. O julgamento do processo ocorre em 28 de julho, quando é absolvida por falta de provas. No retorno à liberdade viveu momentos difíceis. Edgar havia sido exonerado de seu cargo de professor do Instituto de Educação, sendo reintegrado em 1945.
- 1938 - A assembleia anual da Fundação Álvaro Alberto que reunia os colaboradores da Escola Regional de Meriti foi impedida pelas autoridades de se realizar. No retorno à escola, dedicou-se de modo mais forte à Biblioteca Euclides da Cunha, em torno da qual, conseguiu promover uma série de atividades que aglutinavam a comunidade. Em meio às turbulências políticas, Armanda continuava atuando. Incentivou o Clube de Leitura da escola que passou a realizar reuniões aos sábados, para antigos alunos e moradores. À frente, estava o escritor Oswaldino Marques que se ofereceu para colaborar.
- 1945 - Assina o “Manifesto-Protesto à Nação” liderado pela Associação Brasileira de Escritores, documento que pretendia representar um alerta contra o ressurgimento do terror e uma denúncia às restrições à liberdade de pensamento, que ocorreram em Recife, contra escritores, jornalistas, magistrados, professores e estudantes, especialmente Gilberto Freire, dentre outros. Divulgado no *Diário de Notícias* de 9 de setembro, o documento lembrava os princípios aclamados no Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo, em janeiro daquele ano, promovido pela Associação Brasileira de Escritores, que tinha na diretoria Sérgio Buarque de Holanda (presidente), Hermes Lima (vice-presidente), Peregrino Junior (1º secretário), Odilo Costa Filho (2º secretário), Humberto Bastos (tesoureiro), Homero Torres, Arnon de Melo, Eugenio Gomes e Francisco Venâncio Filho (conselho fiscal). Foi assinado, também, pelos seguintes intelectuais: Afonso Arinos de Melo Franco, Alceu Amoroso Lima, Alceu Marins, Álvaro Lins, Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Antonio Franca, Antonio Rangel Bandeira, Astrogildo Pereira, Augusto Frederico Schmidt, Aurélio Cândido Portinari, Carlos de Lacerda, Carlos Pointes, Clóvis Ramallete, Costa Rego, Dalcídio Jurandir, Danton Jobim, Diná Silveira de Queiroz, Edgardo de Castro Rebelo, Edgar Sússekind de Mendonça, Eneida de Moraes, Evaristo de Moraes Filho, Eustáquio Duarte, Francisco de Assiz Barbosa, Francisco Martins de Almeida, Gastão Cruis, Genolino Amado, Guilherme de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Heráclito de Fontoura Sobral Pinto, Horácio de Carvalho Junior, João Mangabeira, Jorge de Lima, José Honório Rodrigues, José Lins do Rego, Josué de Castro, Laura Astreugésilo, Lia

Correia Dutra, Lucia Benedetti, Lúcia Miguel Pereira, Lucio Rangel, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Luiz Jardim, Luiz Saia, Manuel Bandeira, Miguel Osório de Almeida, Milton da Costa Pinto, Múcio Leão, Oscar Stevenson, Otávio Mangabeira, Otávio Tarquínio de Sousa, Patrícia Galvão, Pedro Mota Lima, Pedro Nava, Pompeu de Souza, Prudente de Moraes Neto, Rafael Correa de Oliveira, Raimundo de Magalhães Junior, Roberto Lira, Roberto Melo Franco de Andrade, Romero Penna, Roquette-Pinto, Rubem Braga, Rubens Borba de Moraes, Valdemar Cavalcanti, Vitor do Espírito Santo, Virgílio de Melo Franco e Vinícius de Moraes.

- 1947 - Lidera documento encaminhado à Câmara Municipal do Distrito Federal, através da vereadora Lúcia Lessa Bastos, da UDN, com cerca de 300 assinaturas de mulheres, reivindicando que se desse o nome de Teixeira Mendes a um logradouro público, visto que neste ano se completavam 20 anos da morte daquele que havia idealizado a bandeira nacional. Na solicitação, argumentava-se que as signatárias do referido documento – Heloísa Alberto Torres, Maria Julieta Drummond de Andrade, Nuta Bartlet James, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Alice Flexa Ribeiro, Branca Fialho – por exemplo, eram de profissões, religiões e orientações políticas diversas, o que não as impedia de reconhecer a necessidade de prestar uma homenagem ao brasileiro a quem se devia um dos mais importantes símbolos nacionais. Assim, Armanda retorna, aos poucos, à cena pública com uma causa que poderia, além de reparar uma injustiça, aglutinar mulheres de diferentes posicionamentos políticos e construir a unidade, marca de sua ação política.
- 1948 - Profere conferência sobre o papel da mulher judia no movimento sionista, na cerimônia comemorativa do primeiro aniversário do Estado de Israel, evento organizado no Liceu Literário Português, pelo Escudo Vermelho de David, entidade que correspondia à Cruz Vermelha, data considerada histórica pela decisão tomada pela Organização das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947.
- 1949 - Representa a Associação Brasileira de Educação na organização do III Congresso Infante-Juvenil de Escritores. Condenou as revistas em quadrinhos, considerada “*subliteratura*”, perniciosas à juventude. Defendia que não se fazia necessário instituir censura prévia, nem emendar a Constituição para que as crianças tivessem em boas mãos revistas de boa qualidade que não prejudicassem a formação. A seu ver, a solução não seria policial. Bastaria que o Instituto Nacional do Livro tomasse a iniciativa de editar livros com temas genuinamente brasileiros com sentido cultural. Para ela, Monteiro Lobato mostrava que não nos faltavam escritores para isto.
- 1952 - Participa da solenidade organizada para comemorar o 20º aniversário de lançamento do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, na sede do Minis-

tério da Educação, na qual Nóbrega da Cunha discursou sobre o conteúdo e a repercussão do mesmo nas reformas empreendidas em vários estados, mas lamentava que os signatários ali reunidos não pudessem estar felizes pois as ideias nele contidas estavam a exigir ainda muito esforço de concretização, o que merecia um novo manifesto.

- 1956 - A credibilidade alcançada como especialista em literatura infantil lhe permitiu cancelar a *Enciclopédia em quadrinhos*. Propaganda de divulgação da obra, veiculada na imprensa, pela direção da Rio Gráfica e Editora, dava a conhecer o parecer assinado por Armanda Álvaro Alberto, membro da Comissão de Meios Auxiliares ao Ensino, da ABE, no qual expressava sua opinião: considerava a revista instrutiva, com variedade de assuntos, fidelidade no desenho das imagens e autoridade de quem assinava as páginas.
- 1957 - Assina parecer intitulado “A Associação Brasileira de Educação e o ensino público” elaborado por uma comissão designada pelo Conselho Diretor da ABE, constituída também por José Augusto Bezerra de Medeiros (presidente), Gustavo Lessa (relator), Luiz Hildebrando Horta Barbosa, Miguel Daddario, Juracy Silveira, Inês Barros Barreto Corrêa de Araújo, Edgar Sússekkind de Mendonça, Eunice Pourchet, Hilda Faria Machado, Risoleta Ferreira Cardoso, Arlete Pinto de Oliveira e Silva, Joaquina Daltro, Helena Moreira Guimarães e Odila Girão, de apoio a Anísio Teixeira. Nele defendem as posições do educador, expostas por ocasião da conferência “Escola pública, universal e gratuita”, pronunciada no Primeiro Congresso de Educação de São Paulo, em Ribeirão Preto, a partir da qual ele vinha sofrendo pressões dos setores conservadores, sendo acusado, em meio à tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de defender o monopólio do estado em questões educacionais e de professar suas ideias comunistas, sob a inspiração de John Dewey.
- 1958 - Morre Edgar Sússekkind de Mendonça, seu marido, com quem havia partilhado muitos projetos.
- 1959 - Assina o “Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público – Mais uma vez convocados – Manifesto ao povo e ao governo”, lançado por ocasião da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no qual defendem o ensino público como dever do estado, em contraposição às forças conservadoras que invocavam a liberdade de ensino. Alguns signatários do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova* o subscrevem: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Mário Casasanta, Carlos Delgado de Carvalho, Júlio Mesquita Filho, Antonio Ferreira de Almeida Junior, Nóbrega da Cunha, Paulo Maranhão, Raul Rodrigues Gomes, Hermes Lima e Paschoal Lemme. Dentre os demais

signatários, que ultrapassavam 160, destacam-se: Antonio Carneiro Leão, José Augusto Bezerra de Menezes, Arthur Moses, Mário de Brito, Renato Jardim Moreira, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Correia Leite Cardoso, Afrânio Coutinho, Branca Fialho, Maria Yeda Linhares, Mariana Alvin, Juracy Silveira, Cesar Lattes, Darcy Ribeiro, Celso Kelly, Bayard Demaria Boiteux, Irene de Melo Carvalho, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Álvaro Vieira Pinto, Augusto Rodrigues, Miguel Reale, Dalila Quitete, Antonio Candido de Melo e Souza e Wilson Martins.

Recebe o “Diploma de Membro Vitalício do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação”, pelos relevantes serviços prestados à educação e à entidade. Na mesma ocasião, foram igualmente contemplados Anísio Teixeira, Antonio Carneiro Leão, José Augusto Bezerra de Medeiros e Lourenço Filho.

1961 - Recebe homenagem da ABE pelos 40 anos da Escola Regional de Meriti. Paschoal Lemme, o mais jovem dos signatários do *Manifesto dos pioneiros*, orador, em seu elogioso discurso, publicado no livro de Armanda, em 1968, formulou um apelo às autoridades: não se podia perder de vista o papel fundamental que a escola desempenhou na cena educacional, edificada “*sob a inspiração de Euclides da Cunha, e isso já era todo um programa de seriedade, de devoção, de profunda compreensão do homem brasileiro, de sadio nacionalismo*”, razão pela qual despertou a colaboração e o aplauso de Heitor Lyra, Belisário Penna, Roquette-Pinto, Delgado de Carvalho, entre tantos outros. Por tudo isto considerava importante proteger a escola e sua fundadora do esquecimento.

1962 - Participa da cerimônia comemorativa dos 30 anos do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, na sede da ABE, solenidade que contou com o depoimento pessoal de Nóbrega da Cunha intitulado “Ano da grande confusão nacional” e conferência de Fernando de Azevedo, que abordou como a decisão de seus companheiros em lançar um documento ao povo e ao governo abriu uma nova perspectiva à educação brasileira.

1963 - É convidada de honra assim como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Pedro Calmon, Moreira de Souza, Jaime de Abreu, Álvaro Vieira Pinto, Paschoal Lemme, Branca Fialho, Mario Scherberg, o presidente da UNE e os ministros do trabalho, educação e exterior, do VIII Congresso de Educadores Americanos, que reuniu cerca de 250 congressistas de vários países americanos, tendo como pontos de discussão as condições de vida dos educadores, situação profissional e política do magistério.

1964 - Fracassa em sua tentativa de transferir a Escola Regional de Meriti para o governo do Estado do Rio de Janeiro. Doa a escola à que havia dedi-

cado toda a vida ao Instituto Central do Povo, da Igreja Metodista, entidade da qual participara desde a década de 1920, por suas relações com as principais lideranças, como Corina Barreiros e o Reverendo Tücker, seu fundador que imprimiu uma perspectiva diferente ao trabalho que empreendia, contrastando com as demais escolas protestantes voltadas para os alunos das classes médias e altas. Representante de uma tendência minoritária do protestantismo, adepto do Evangelho Social, que defendia o envolvimento dos cristãos com as lutas sociais, dirigindo a ação para as classes populares, ele estimulava o trabalho social em regiões pobres, priorizando os excluídos. Não existe nenhum registro sobre filiação religiosa de Armanda, mas, talvez tenha sido ali, nesta instituição que articulava o trabalho missionário em favor dos mais pobres, com um compromisso educacional com os menos favorecidos, fundado em um discurso nacionalista, que tenha sido estimulada para atuar junto aos alunos da Baixada Fluminense e a se aproximar de outras leituras da sociedade em favor das camadas populares e contra as injustiças sociais.

- 1971 - Participa das comemorações do cinquentenário da Escola Regional de Meriti. Nos últimos anos, estas solenidades constituíram oportunidade de homenagear a fundadora, inventariar inovações, afirmar o pioneirismo daquela educadora que acreditava que a escola deveria ser o centro da vida social e cultural da comunidade.
- 1974 - Morre na cidade do Rio de Janeiro, no dia 5 de fevereiro.



BIBLIOGRAFIA

Obras da educadora

ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968.

_____. “Inquérito sobre Leituras Infantis”. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, maio de 1928, s/p.

_____. “A iniciativa particular na organização das escolas primárias e profissionais”. (Tese apresentada na III Conferência Nacional de Educação, em São Paulo, 1929). *Jornal do Commercio*, 20/11/1929, s/p.

_____. “A cultura popular na Escola Regional de Merity. *O Estado* (Niterói), 24/04/1932, s/p.

_____. “Ainda a literatura infantil”. *Jornal do Commercio*. 16/04/1934, s/p.

_____. “As diretrizes regionais de educação”. *Jornal do Commercio*, 07/07/1933, s/p.

_____. “Às professoras primárias do Brasil”. *Jornal do Commercio*, 4/07/1935, s.p.

_____. “Biblioteca para crianças e adolescentes”. Rio de Janeiro: *Tico-Tico*, fevereiro de 1930, p. 14.

_____. “Biblioteca para moças”, Associação Cristã Feminina. Rio de Janeiro: *Triângulo Azul*, 1925, s/p.

_____. “Como iniciei a Escola Regional na Ponta da cidade, em Angra dos Reis – hoje em Merity. *O Estado* (Niterói), 21/02/1932, s/p.

_____. “Dois anos de atividades na censura” (Relatório da Comissão de Censura Cinematográfica, constituída pelo Ministério da Educação, como representante da Associação Brasileira de Educação – ABE). *A Nação*, 29/08/1934, s/p 1934, s/p.

_____. “Era uma vez...”. Rio de Janeiro (Palestra feita em programa de rádio, em 1948). In: MORAES, Dalva Lazaroni de. 1978, pp. 123-125)

_____. “Esboço provisório de uma biblioteca infantil”. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, 1930, s/p.

_____. “Escola Regional de Merity: uma aspecto feminista de sua ação social”, *Correio da Manhã*, 01/07/1933, s/p.

_____. “Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular)”. (Tese apresentada na VI Conferência Nacional de Educação. Fortaleza, 1934). *Jornal do Commercio*, 11/03/1934, s/p.

_____. “Livros, revistas e jornais para crianças”. Rio de Janeiro. (Tese apresentada na Conferência Nacional de Proteção à Infância, Rio de Janeiro). *Jornal do Commercio*, 2/11/1933. s/p.

_____. “Pela criação de bibliotecas públicas infantis”. Publicado em *O Estado* (Niterói). 6/04/1932, s.p.

_____. “Poderá a cultura sexual ser dispensada pelos pedagogos?”. s/e, 15/02/1934, s/p.

_____. “Tentativa de escola moderna”. (Tese apresentada na 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1927). *Jornal do Commercio*, 15/04/1928, s/p; e, posteriormente, publicado no livro organizado por Armanda Álvaro Alberto, em 1968, pp. 33-42).

_____. “Uma carta aberta da presidente da União Feminina à deputada paulista”. *A Manhã*. 26.7.1935. s/p.

_____. “Uma experiência de escola regional”. (tese apresentada na 5ª Conferência Nacional de Educação, Niterói. 1931). *Jornal do Commercio*, 05/02/1933, s/p; e, publicado, posteriormente, no livro organizado por Armanda Álvaro Alberto, em 1968, pp. 45-55).

Bibliografia sobre a educadora

ALMEIDA, Júlia Lopes. “Um maço de cartas”. *Universal*. 1925. s/p. e, posteriormente, In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968. pp. 57-62.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Uma escola vive”. *Fôlha Carioca*, 15.1.1945, s/p. e, posteriormente In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968. pp. 131-136.

CAPISTRANO, H. “Alma feminina”. *A Notícia*. 25.10.1924. s/p.

GASPARINI, Savino. “Iniciativa particular e higiene pública”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968, pp. 83-90.

JEAN, Yvonne. *Visitando escolas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Serviço de Documentação, Imprensa Nacional, 1948.

LEMME, Paschoal. “No 40º aniversário de fundação da Escola Regional de Meriti”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968, pp. 163-172.

MACEDO, Sérgio D. T. “Armanda Alberto, a educadora”. *O Globo*, (Especial para *O Globo Feminino*), 27/12/1946, s/p.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

_____. “A trajetória de uma educadora pioneira: Armanda Álvaro Alberto (1892-1974)”. In: SIMÕES, Simone (Org.). *Mulheres da Baixada Fluminense: histórias de luta e conquista da cidadania feminina*. Rio de Janeiro: Cedim, 2004, v. 04, pp. 31-45.

_____. “Armanda Alvaro Alberto (1892-1974)”. In: HOUSSAYE, Jean. (Org.). *Femmes Pédagogues* (Col. Pédagogues du monde entier). Paris: Editions Fabert, 2009, tomo. 2, pp. 371-417.

_____. “Armanda Alvaro Alberto”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITO, Jader Medeiros de. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. MEC-Inep, (1ª edição), 1999, pp. 89-98.

_____. “Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica”. In: Brasília: MEC/Inep: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.74, nº 178, set./dez. 1993, pp. 487-784.

_____. “Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. 1 ed. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 123-144.

_____. “Eternizando a imagem pioneira”. In: ALVES, Nilda e SGARBI, Paulo. (Org.). *Espaços e imagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 73-86.

_____. “Guardar fragmentos da vida”. In: *Escolas, culturas, identidades – comunicações*. III Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, Coimbra: Impressões Ediliber, 2000. v. 3. pp. 578-583.

_____. “Percurso de legitimação de uma signatária do debate educacional”. In: ARAÚJO, Marta Maria de; XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; PAIVA, Marlúcia Menezes de; e STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (Org.). *Intelectuais, estado e educação*. Natal: EDUFRN, 2006, v.2 , pp. 63-84.

- _____. “Relíquias de professora: a singularidade de uma trajetória na trama de histórias”. In: FRANCO, Creso e KRAMER, Sonia (Org.). *Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997, pp. 39-60.
- _____. “Traços de escrita, rastros de leituras”. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. e ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *Tempos, narrativas, ficções: a invenção de si*. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, v. , pp. 297-312.
- _____. “*Traits d'écriture, traces de lecture.*” In: SOUZA, Elizeu Clementino de. (Org.). *Autobiographies, écrits de soi et formation au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2008, pp. 261-278.
- _____. “*Une vie éternisée dans des papiers: lecture des archives d'une éducatrice pionnière.*” *Penser L'Éducation*, Rouen, 2004. v. 16, pp. 69-82.
- _____. “Viajar para legitimar: Armanda Álvaro Alberto na Comissão de Intercâmbio Intelectual Brasil-Uruguai (1931)”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 22, 2010. (prelo)
- MORAES, José Damiro. *Signatárias do manifesto de 1932: trajetórias e dilemas*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.
- NEVES, Maria do Carmo Vidigal Pereira das. “Páginas pedagógicas”. *Brasil feminino*, n°8, dezembro de 1932, s/p.
- PENNA, Belisário. “Solução de um problema vital”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968, pp. 67-76.
- _____. “Higiene e educação popular”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968, pp. 77-82.
- SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. “A Escola Regional de Meriti (realizações e projetos)”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968, pp. 13-22.
- SILVA, Vilma Correa Amâncio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Meriti (1921-1937)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (Dissertação de Mestrado, 2008).
- TRINDADE, Raquel. “Na festa de despedida”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968. pp. 173-176.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. “A escola popular (Escola Regional de Meriti)”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968. pp. 23-30.

Outras referências bibliográficas

Arquivo da Associação Brasileira de Educação.

Arquivo da escola Dr. Álvaro Alberto.

Arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) UFRJ.

Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

Arquivo pessoal de Edgar Sússekind de Mendonça.

“A ABI e o incidente ocorrido com o senhor Sússekind de Mendonça”. *Correio da Manhã*. 28.2.1934. s/p.

“A Associação Brasileira de Educação – Carta aberta aos sócios”. Panfleto publicado também em *A Pátria*. 20.1. 1933. s/p.

“A União Feminina do Brasil requer um mandado de segurança”. *Correio da Manhã*. 14.8.1935. s/p.

“A União Feminina protesta e lutará”. *A Manhã*. 13.07. 1935. s/p.

“Bons ventos os levem ... e os conservem por lá mesmo”. *O Nordeste*. 16.2.1934. s/p.

“*El movimiento reformista escolar en el Brasil*”. In: *Imparcial*, 14.11.1931, s/p.

“Ensino Municipal”. *Jornal do Brasil*. março de 1934 (?), s/p.

“Eva agitadora – a União Feminina é um disfarce do Partido Comunista – diz o ministro da Justiça”. *O Globo*. 15.9.1935. s/p.

“Liberdade e cultura”. *A Pátria*. 22.2.1934. s/p.

“Lutaremos legal ou ilegalmente, mas conscientemente pela emancipação total da mulher brasileira”. *A Pátria*. 26.7.1935. s/p.

“Os julgamentos de ontem no TSN”. *A Vanguarda*. 29.07.1937. s/p.

“Pela alfabetização das crianças suburbanas”. *O Jornal*. 24.10.1928. s/p.

“Perante o Tribunal de Segurança Nacional”. *A Manhã*, 21.1.1937., s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

“Será julgado amanhã o mandado de segurança da União Feminina do Brasil”. *Diário de Notícias*. 28.7.1935. s/p.

“*Two Women Being Held*”. *New York Times*. 6.1.1936. s/p.

“União Feminina do Brasil”. *A Manhã*. s/d. s/p. Arquivo pessoal de Armanda Álvaro Alberto.

“VI Congresso Nacional de Educação”. *Correio do Ceará*. 8.2.1934. s/p.

A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. ao povo e ao governo. São Paulo, Companhia Editora Nacional.1932, p. 72.

ARTIÈRES, Philippe. “O arquivamento de eu”. In: *Estudos Históricos*. CPDOC/FGV. 1998. vol. 11, n. 21, pp. 9-34.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: Editora Nacional: UnB, 1963.

BELLENS PORTO, Eurico. *A insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1936.

BOSI, Alfredo. “História de um encontro (1)”. *Ideias/Jornal do Brasil*, 24.8.1996, p 7.

BRANDÃO, Zaia. *A Intelligensia educacional, um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da escola nova no Brasil*. Bragança Paulista: Ifan-CDAPH. Editora da Universidade de São Paulo/Edusf. 1999.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins. “Cartas adolescentes: uma leitura e modos de ser...”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Camara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2000. pp. 203-228.

CAMPANTE, Décio. *Metodismo e setores populares (Rio de Janeiro: 1906-1930)*. Rio de Janeiro, Iesae: Fundação Getúlio Vargas. (Dissertação de Mestrado), 1985.

CARUSO, Andrea Soares. *Traço de união como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em educação. (Dissertação de Mestrado), 2006.

CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde nacional e forma cívica.: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação – ABE (1924-1931)*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. “La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII)”. In: *Bulletin Hispanique*, Tomo 100, 1998, n° 2, pp. 342-381.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. Católicos e pioneiros. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

CURY, Maria Zilda. Ferreira. “Acervos: gênese de uma nova crítica”. In: MIRANDA, Wander Melo (org). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 1995. pp. 53-64.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “O fio da meada no diário de Vargas”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. *Estudos históricos*. v. 9, ano 17, 1996, pp. 185-204.

DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Danièle. “Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX”. In: BASTOS, Maria Helena Camara,

- CUNHA, Maria Teresa Santos, e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs) *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: EDUPF, 2002. pp. 75-87.
- FERREIRA GULLAR. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Rio Arte, Coleção Perfis do Rio, 1996, pp. 41-42.
- FERREIRA, Elizabeth Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GARCIA, João Carlos Vitor. *Álvaro Alberto: a ciência do Brasil*, Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, (série Identidade Brasileira) 2000.
- HORTA, Silvério Bahia. *O bino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HUBERMAN, Michael. "O ciclo de vida dos professores". In: NÓVOA, Antonio (org). *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 1992, pp. 54-67.
- LACOMBE, Laura Jacobina. *Como nasceu o Colégio Jacobina*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda. 1962.
- LACERDA, Lilian Maria de. *Álbum de leitura: histórias de vida, memórias de leitoras*. Unesp. 2003.
- LEMME, Paschoal. *Memórias (2)*. São Paulo: Cortez, Brasília/Distrito Federal/Inep. 1988.
- LIMA, Hermes. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.
- LIMA, Sonia Maria van Dijck e FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor. "De Gilberto Freyre para José Lins do Rego". In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Batella (orgs) *Prezada senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000, pp. 241-250.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. (12ª edição).
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano. 1996.
- MEIRELES, Cecília. "O caso do Ministério da Educação". In: *Diário de Notícias*, 16.9.1931, p. 6.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. "Artesãos da palavra: cartas de um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos". In: BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: EDUPF, 2002. pp. 115-136.

MORAES, Dalva Lazaroni. *Esboço histórico-geográfico do município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: Asgráfica, 1978.

MORAES, Eneida. "Meu pai". *Diário de Notícias*, 4/3/1958, s/p.

NAGLE, Jorge. *Educação na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1976.

NEVES, Margarida de Souza, LÔBO, Yolanda Lima e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs). *Cecília Meireles: a poética da educação*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio: Loyola, 2001.

NOVAES, Júlio. Álvaro Alberto Silva. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Dez. 1908. (mimeo).

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.

O'NEIL, Charles Francis. *The search for order and progress: brazilian mass education (1915-1935)*. University of Texas: (tese), 1975.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PENNA, Belisário. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERROT, Michele. "Práticas de memória feminina". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero: Anpuh, v 9. n° 18, 1998. pp. 9-18.

PIMENTA, Jussara. "Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco". In: NEVES, Margarida de Souza, LÔBO, Yolanda Lima e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cecília Meireles: a poética da educação*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio: Loyola, 2001, pp. 105-120.

RAMOS, Graciliano, *Memórias do cárcere - memórias*, Rio de Janeiro: Editora Record. 1986, v.1. 21ª edição.

RANUN, Orest. "Os refúgios da intimidade". In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 211-266.

RUIZ BAUTISTA, Eduardo. "Cartas desde la cárcel: escritura y represión en un tiempo de guerra". In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed). *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Espanha: Sendoa, Coleção La tinta náufraga, 2001, pp. 155-172.

SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos; SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar, *Discursos na Academia*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1953, Separatas de Cadernos 21.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1968, (2ª edição revista e ampliada).

TERRÓN BAÑUELOS, Aida. “La higiene escolar: um campo de conocimiento disputado”. In: *Áreas: Revista de Ciências Sociais. Higienismo y Educación (ss.XVIII-XX)*. 2000, pp. 73-94.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Meriti (1921-1937)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (Dissertação de Mestrado), 2008.

TRINDADE, Raquel. “Na festa de despedida”. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*. Rio de Janeiro. MEC-Inep-CBPE, 1968. pp. 173-176.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Notas de educação*. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1933.

_____. *A educação e seu aparelhamento moderno - brinquedos, cinema, rádio, fonógrafo, viagens e excursões, museus, livros*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1941.

VIANA, Aurélio; FRAIZ, Priscilla (orgs). *Conversa entre amigos*. Correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985.

VIANA, Maria José da Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Faculdade de Letras, 1995.

VIANNA, Marly. (org.) *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: UFSC, 1995.

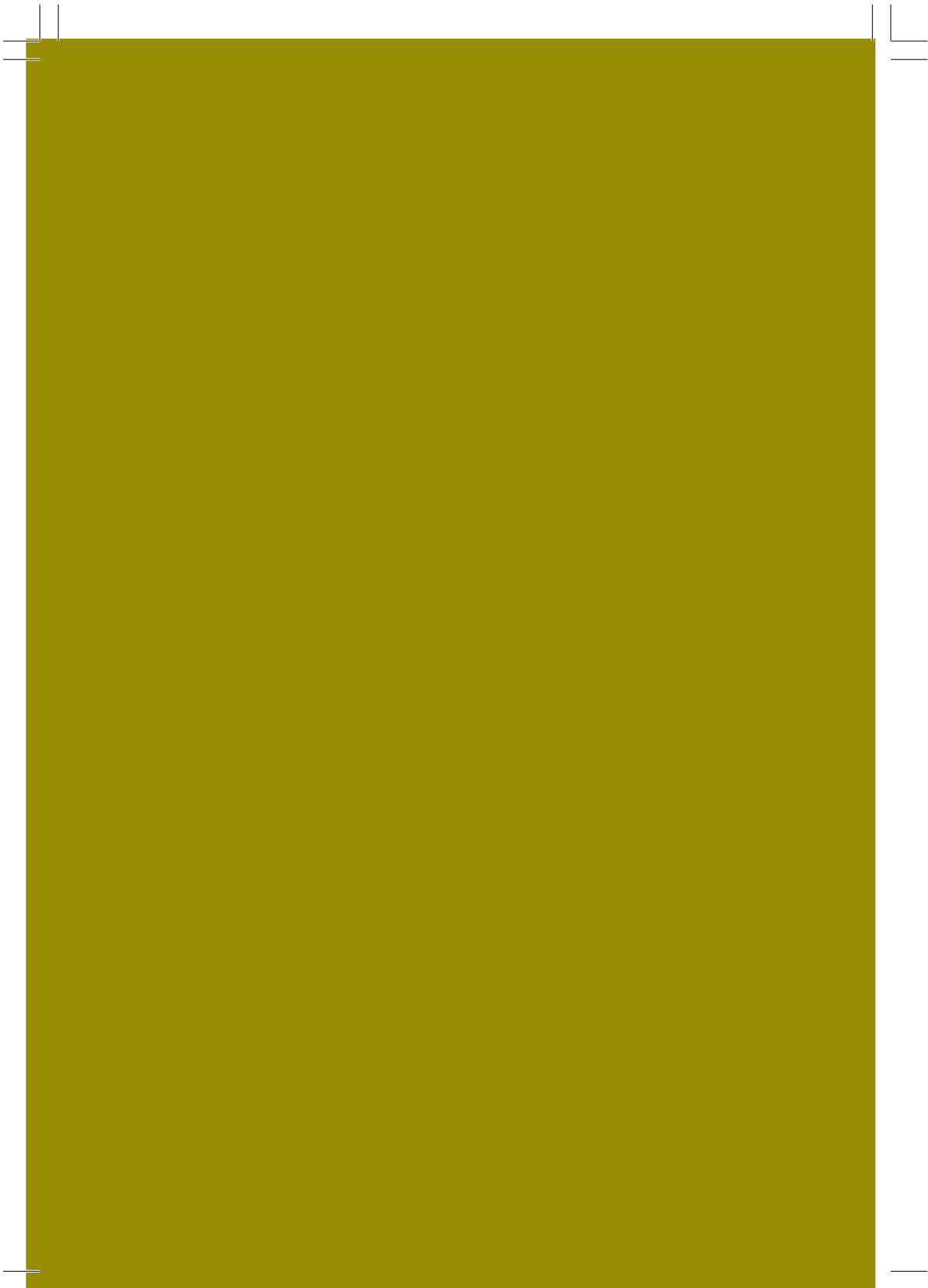
VIDAL, Diana Gonçalves. (org) *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista:/Edusf, 2000.

_____. “Edgar Sússekind de Mendonça”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002, pp. 285-290.

WARDE, Mirian. “Noemy da Silveira Rudolfer”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002, pp. 860-866.

WERNECK, Maria. *Sala 4: primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro, Cesac, 1988.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.







Este volume faz parte da Coleção Educadores,
do Ministério da Educação do Brasil, e foi composto nas fontes
Garamond e BellGothic, pela Sygma Comunicação,
para a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco
e impresso no Brasil em 2010.

